

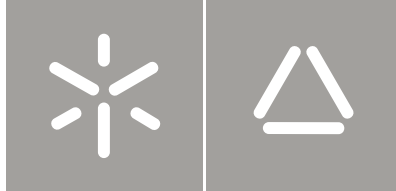
Universidade do Minho  
Instituto de Ciências Sociais

Joana Maria Araújo Ferreira

O povoamento no vale do rio Este do Neolítico  
à Idade Média: estudo preliminar







Universidade do Minho  
Instituto de Ciências Sociais

Joana Maria Araújo Ferreira

## O povoamento no vale do rio Este do Neolítico à Idade Média: estudo preliminar

Relatório de Estágio  
2º Ciclo em Arqueologia

Trabalho efectuado sob a orientação da  
**Professora Doutora Helena Paula Abreu de Carvalho**

## DECLARAÇÃO

**Nome:** Joana Maria Araújo Ferreira

**Endereço electrónico:** joanam\_ferreira@hotmail.com

**Telefone:** 917720166

**Número do Bilhete de Identidade:** 13266595

**Título relatório de estágio:**

O povoamento no vale do rio Este entre o Neolítico e a Idade Média: estudo preliminar

**Orientadora:**

Professora Doutora Helena Paula Abreu de Carvalho

**Ano de conclusão:** 2012

**Designação do Mestrado:**

Arqueologia

DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR, NÃO É PERMITIDA A REPRODUÇÃO DE QUALQUER PARTE DESTA TESE.

Universidade do Minho, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2012

Assinatura: \_\_\_\_\_

## **Agradecimentos**

Terminado este estágio resta apenas agradecer a todas as pessoas que tornaram possível a sua realização.

O meu primeiro agradecimento é dirigido à minha orientadora, a Professora Helena Carvalho, não só pela orientação no planeamento e realização deste trabalho, mas também pelas sugestões, conselhos, correcções e exigência.

Agradeço também à Professora Manuela Martins pelos conselhos preciosos, pelo interesse que demonstrou neste trabalho e pela prontidão em ajudar.

Ao Professor Luís Fontes agradeço os esclarecimentos e a ajuda com a documentação medieval. E ao Professor Francisco Mendes pelas indicações bibliográficas.

Um agradecimento especial à equipa da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, onde decorreu este estágio, e que sem os meios que disponibilizou teria sido impossível realizar. Agradeço especialmente à Dra. Fernanda Magalhães a orientação diária, a paciência inesgotável, os conselhos, a disponibilidade e a amizade. À Eng.<sup>a</sup> Natália Botica pelo apoio e pela ajuda na composição da Base de Dados e da Cartografia. À Dra. Cristina Braga agradeço a disponibilidade em ajudar sempre que necessário.

Ao Dr. Armandino Cunha, do Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Braga, agradeço a disponibilidade para aceder à informação do Plano Director Municipal.

À Professora Alexandra Esteves o meu agradecimento pela ajuda com a bibliografia sobre a Idade Média.

Agradeço aos meus colegas de estágio pelos conselhos, pela troca de ideias, pela ajuda e pelas palavras de encorajamento.

À Carla Xavier e ao Eurico Loureiro do CITCEM pelos conselhos na composição dos mapas.

À Liliana pela ajuda na prospecção, mas sobretudo pela sua amizade constante, pelos desabafos, pelos conselhos e pela preocupação, e à Regina pela amizade de sempre, e por partilharem comigo o amor pela Arqueologia e pela História.

Aos companheiros do Grupo Folclórico de Aveleda, em especial à Vânia e à Adriana, sempre prontas a ouvir, e que nunca me deixam esquecer o meu fascínio pelo passado.

Finalmente, à minha família, às minhas primas Celina e Margarida pelo apoio, ao meu irmão Frederico, ao meu pai e à minha mãe, por me ouvirem, por me consolarem, por me aconselharem e por me fazerem descer à terra quando é preciso.

*À minha mãe, ao meu pai e ao meu irmão  
Aos que partiram cedo demais*



## **Resumo**

O povoamento no vale do rio Este do Neolítico à Idade Média: estudo preliminar

O objectivo deste trabalho foi elaborar um primeiro ensaio de síntese sobre o povoamento no vale do rio Este, entre o Neolítico e a Idade Média, definindo como área de estudo o território a sul da cidade de Braga, incluindo parte da bacia hidrográfica do rio Este, e os seus afluentes, rios Veiga e Guisande.

Procuramos, com este estudo, actualizar os conhecimentos sobre esta região e reunir dados que possam motivar ulteriores investigações.

Os dados disponíveis sobre a ocupação humana na região em estudo limitam-se a algumas dezenas de sítios arqueológicos e achados isolados identificados, dos quais pouco se conhece, e a algumas referências em documentos escritos.

Iniciamos este estudo reunindo todos os dados referentes ao território a estudar. Para isso procedemos a um inventário de todos os sítios e achados isolados, ao levantamento da toponímia e à recolha de dados em fontes documentais e históricas.

Terminada a recolha e tratamento dos dados, procedemos ao seu estudo cruzando a informação obtida de modo a analisar o esquema de povoamento no território em análise desde a Pré-história recente até aos finais da Idade Média.

O estudo que realizámos permite-nos afirmar que neste território, à semelhança do que acontece nos vales dos rios Cávado e Ave, a mancha de povoamento com maior densidade de vestígios de ocupação humana ocorre nos vales, durante a Época Romana e a Idade Média. De igual modo, na Idade do Bronze verifica-se uma maior concentração de vestígios nas elevações de média altitude, e no Bronze Final e Idade do Ferro, nas elevações mais destacadas na paisagem.

## **Abstract**

Landscape occupation of the Este river valley from the Neolithic to the Middle ages:  
preliminary study

The purpose of this study was to elaborate a preliminary synthesis concerning the landscape occupation in the Este river valley, between the Neolithic and the Middle Ages, defining as areas of study the territory south of the city of Braga, including part of the hydrological basin of the Este river, and its tributaries, rivers Veiga and Guisande.

With this work we seek to update our knowledge about these regions and assemble all the data available, so that we can motivate further investigations.

The available data concerning the human occupation regarding the focused region included only a few dozens of archaeological sites and isolated findings, about which we know very little, and also a few references in written documents.

We began this study by collecting all the data referring to the territory under analyses. First we proceeded to an inventory of all the sites and isolated findings, then the recording of the toponymy, and the assemblage of the information available in the documental and historic sources.

Following the assemblage and treatment of the data, we crossed the information gathered in order to analyze the scheme of the human occupation in the Este river valley, starting in the Neolithic and Chalcolithic, until the end of the Middle Ages.

This study allows us to say that, in the Este river valley, as in the Cávado and Ave river valleys, the areas with the highest density of traces of human occupation are the valleys during the Roman Period and the Middle Ages. Likewise, in the Bronze Age the highest concentration of archaeological evidences occur in the mean altitude elevations and during the Late Bronze Age and Iron Age in the most prominent elevations of the landscape.



## Índice

Agradecimentos	iii
Resumo	vii
Abstract	viii
Índice	ix
Lista de figuras	xi
Lista de apêndices	xii
Lista de abreviaturas	xiii

<b>Introdução</b>	<b>3</b>
-------------------	----------

### **Parte I: Introdução ao estudo do povoamento no vale do rio Este**

<b>1 Enquadramento do território em estudo</b>	<b>7</b>
--	----------

<b>2 O quadro das investigações</b>	<b>9</b>
-------------------------------------	----------

2.1 O Noroeste português	9
--------------------------	---

2.1.1 <i>O vale do rio Este</i>	24
---------------------------------	----

<b>3 As fontes</b>	<b>25</b>
--------------------	-----------

3.1 Fontes arqueológicas	26
--------------------------	----

3.2 Fontes históricas	27
-----------------------	----

3.3 Fontes documentais	27
------------------------	----

<b>4 Metodologia</b>	<b>29</b>
----------------------	-----------

4.1 Descrição e justificação da metodologia	29
---	----

4.2 Procedimentos utilizados na recolha, tratamento e análise de dados	33
--	----

### **Parte II: Análise do povoamento do vale do rio Este**

<b>1 Caracterização do povoamento do vale do rio Este</b>	<b>45</b>
---	-----------

### **Parte III: Casos de estudo: as vias romanas**

<b>1 A Via XX ou Via <i>per loca marítima</i></b>	<b>63</b>
---	-----------

<b>Considerações Finais</b>	<b>73</b>
-----------------------------	-----------

<b>Bibliografia</b>	77
<b>Catálogo</b>	
<b>1 Critérios de apresentação</b>	91
<b>Apêndices</b>	

## **Lista de Figuras**

Figura 1 - Esquematização das vias romanas com saída de *Bracara Augusta*

Figura 2 - Localização do troço I da via XX na CMP 1:25000 f. 70.

Figura 3 - Calçada da Naia.

Figura 4 - Calçada da Naia.

Figura 5 - Localização do troço II da via XX na CMP 1:25000 f. 70.

Figura 6 - Elemento 1.

Figura 7 - Igreja em ruínas.

Figura 8 - Silhar.

Figura 9 - Croqui do silhar.

Figura 10 - Localização do troço III da via XX na CMP 1:25000 f. 70.

Figura 11 - Localização do troço IV da via XX na CMP 1:25000 f. 70.

Figura 12 - Localização do troço V da via XX na CMP 1:25000 f. 70.

Figura 13 - Localização da extensão prospectada da via XX na CMP 1:25000 f. 70.

## **Lista de apêndices**

**Apêndice 1:** Quadro do Grupo I - Antroponímico: topónimos derivados de antropónimos latinos

**Apêndice 2:** Quadro do Grupo II – Toponímico: vocábulos que identificam o lugar utilizando o nome próprio atribuído a essa unidade

**Apêndice 3:** Quadro do Grupo III – Topográfico: A - Topónimos ligados à agricultura e divisão de propriedades agrícolas.

**Apêndice 4:** Quadro do Grupo III – Topográfico: B - Topónimos ligados à distribuição de água e atividades associadas

**Apêndice 5:** Mapa 1 – Enquadramento da área de estudo com limites administrativos

**Apêndice 6:** Mapa 2 – Sítios arqueológicos do Neolítico à Idade Média

**Apêndice 7:** Mapa 3 – Ocupação humana no Neolítico

**Apêndice 8:** Mapa 4 – Ocupação humana no Calcolítico

**Apêndice 9:** Mapa 5 – Ocupação humana na Idade do Bronze

**Apêndice 10:** Mapa 6 – Ocupação humana na Idade do Ferro

**Apêndice 11:** Mapa 7 – Ocupação humana na Época Romana

**Apêndice 12:** Mapa 8 – Ocupação humana na Idade Média

**Apêndice 13:** Mapa 9 – Toponímia

## **Lista de abreviaturas**

BD – Base de dados

SIAUA – Sistema de informação arqueológica Unidade de Arqueologia

UAUM – Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho



## Introdução





Este relatório complementa e sintetiza os trabalhos desenvolvidos no contexto do estágio em projeto de investigação subordinado ao tema “O povoamento no vale do Rio Este entre o Neolítico e a Idade Média”, realizado entre Outubro de 2011 e Julho de 2012 na Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

O objetivo desta investigação é, portanto, o estudo da ocupação humana em parte do território do vale do Rio Este entre o Neolítico e a Idade Média, pretendendo-se, especificamente, estudar a região a sul da cidade de Braga, abrangendo as atuais freguesias de Arcos, Arentim, Aveleda, Celeirós, Cunha, Escudeiros, Esporões, Ferreiros, Figueiredo, Fradelos, Gondizalves, Guisande, Lamas, Lomar, Maximinos, Morreira, Nogueira, Oliveira S. Pedro, Passos S. Julião, Penso S. Vicente, Penso St. Estevão, Priscos, Ruilhe, Sequeira, Tadim, Tebosa, Trandeiras, Vilaça e Vimieiro.

Esta região carece de estudos no que diz respeito aos vestígios de ocupação humana anteriores ao século XVIII da nossa era, existindo apenas algumas referências em documentos escritos e o inventário de sítios arqueológicos, muitos deles apenas identificados por achados de superfície.

Este facto pode ter conduzido a um menor investimento de trabalhos nesta área. Efectivamente, consideramos que tem havido uma preferência nas investigações pelo território entre Braga e o Rio Cávado, em detrimento da área a sul da cidade. Este facto poderá transmitir a sensação, à primeira vista, de que, a sul da cidade de Braga, a ocupação humana e o seu impacte no território terão sido reduzidos, facto que acreditámos ser de suma importância superar.

Por conseguinte, o fator decisivo para a escolha deste tema foi a necessidade de se atualizarem os conhecimentos sobre esta região e reunir dados que possam motivar ulteriores investigações. Escolhemos especificamente o território a sul da actual cidade de Braga, não só

pela incipiência de estudos, mas também por conhecermos com alguma profundidade este território e isso nos suscitar um interesse pelas suas origens e evolução.

Pretendemos, portanto, que o trabalho desenvolvido durante o estágio, e sintetizado neste relatório, possa enriquecer os conhecimentos que temos sobre a ocupação do Vale do rio Este a sul da cidade, e que forneça dados sobre a dinâmica entre o espaço urbano e o espaço rural, contribuindo para o estudo e compreensão da evolução da cidade de Braga e do seu território envolvente.

O ponto de partida neste estudo foi a compilação e análise da informação existente e avaliação do estado actual dos sítios e vestígios arqueológicos identificados.

Este relatório está dividido em quatro partes. A primeira parte, intitulada “Introdução ao estudo do povoamento no vale do rio Este”, compreende a análise do quadro das investigações que incidiram sobre o povoamento do Noroeste português, o enquadramento espacial do território abrangido, com a sua caracterização física e administrativa, as fontes arqueológicas, históricas e documentais utilizadas, a descrição e justificação da metodologia e os procedimentos utilizados na recolha, tratamento e análise de dados.

A segunda parte consiste na análise do povoamento do vale do rio Este, fazendo a caracterização da ocupação humana em cada período cronológico com base nos vestígios arqueológicos conhecidos.

Da terceira parte consta o resultado da prospecção realizada em parte da via romana número XX, que sairia de Bracara Augusta em direcção a norte, seguindo um percurso *per loca marítima*.

A quarta parte é constituída pelo catálogo que inclui a descrição de todos os sítios arqueológicos abordados neste estudo.

Terminámos este trabalho apresentando os cartogramas resultantes da compilação dos dados disponíveis sobre a região.

Com este estudo, não tivemos a pretensão de encontrar novas evidências arqueológicas, mas sim de realizar um trabalho preliminar que relançasse e motivasse estudos posteriores e mais profundos.

## **Parte I: Introdução ao estudo do povoamento na vale do rio Este**



## **1 Enquadramento do território no Entre Douro e Minho**

O vale do rio Este localiza-se no Noroeste português, no sudoeste da província do Minho, abrangendo administrativamente os concelhos de Póvoa de Lanhoso, Braga, Barcelos, Vila Nova de Famalicão e Póvoa de Varzim.

Este rio é o afluente da margem direita do rio Ave que maior superfície drena. Nasce na Serra do Carvalho a 460 m de altitude, freguesia de Covelas, Póvoa de Lanhoso, e, percorrendo cerca de 45km no sentido Nordeste-Sudoeste, desagua no rio Ave na freguesia de Touguinhó, Póvoa de Varzim.

O vale pode ser dividido em duas partes. O curso superior ou alto Este, compreende o território entre a nascente e o lugar de Trezanoso (Arnosos Santa Eulália, Vila Nova de Famalicão), após a intercepção com o rio Guisande. Esta secção apresenta um vale mais estreito com elevações que podem chegar aos 400m de altitude. A jusante deste ponto, na designada “recta de Viatodos” começa o curso inferior, onde predominam claramente as baixas altitudes que não ultrapassam os 200m (Barbosa e Azevedo, 2004-2005: 114).

A bacia hidrográfica inclui uma grande quantidade de afluentes que variam entre rios, ribeiras, ribeiros e linhas de água. No território em estudo, que corresponde a parte do curso superior, destacam-se os rios da Veiga e o Guisande, e o ribeiro de S. Martinho.

O relevo, como é característico de todo o vale do rio Ave, do qual o Este é tributário, desenvolve-se em anfiteatro desde a Serra do Carvalho até ao oceano atlântico. Particularmente, a região em estudo caracteriza-se por vales estreitos que rondam os 100m de altitude, delimitados por elevações entre os 200m e os 400m de altitude.

O clima ocupa um lugar de destaque no conjunto de factores que moldam um território devido às condicionantes que podem colocar às populações humanas, determinando as

condições de desenvolvimento de plantas e animais, essenciais à sobrevivência do homem (Dinis, 1993: 16)

Tal como podemos genericamente falar para o Entre Douro e Minho, tendo em conta a proximidade com o oceano Atlântico, este território é caracterizado por um clima chuvoso e húmido, com temperaturas amenas e reduzida amplitude térmica. As estações do ano são bem definidas com Verões quentes e secos e Invernos temperados e com alto índice de precipitação (Ribeiro *et alii*, 1987: 365).

Geologicamente, ao longo do rio Este, especialmente na região sul da cidade de Braga, encontram-se frequentemente depósitos superficiais recentes, constituídos por areias e cascalheiros fluviais.

Esta área caracteriza-se, fundamentalmente, por grandes manchas de granitos porfiróides de grão grosseiro ou grosseiro médio. Os recursos mineiros disponíveis na região incluem estanho, sobretudo associado ao volfrâmio, e minério de ferro. São ainda expressivas as pedreiras de granito existentes na região.

Conjugando-se estas condições, temos um território dividido entre solos com potencialidade agrícola e solos não susceptíveis a esta actividade. Geralmente caracterizam-se os solos desta região como ácidos, pobres em fósforo e cálcio, mas com potássio em boa quantidade. À partida estes solos teriam pouca potencialidade agrícola, mas a acção humana, nomeadamente no enriquecimento dos solos com matéria orgânica e planeamento da irrigação, contribuiu para a mudança deste panorama (Dinis, 1993: 22).

Nunca é demais realçar que a bacia hidrográfica do rio Este nunca foi alvo de um estudo específico até à data e, como tal, os dados de que dispomos são dados gerais relativos ao vale do Ave e ao Entre-Douro-e-Minho.

## **2 O quadro das investigações**

### **2.1 O Noroeste português**

Nos últimos 10 000 anos, as comunidades humanas foram modificando radicalmente as suas relações com o meio natural, variando o ritmo destas mudanças de região para região. Na opinião de Maria de Jesus Sanches (2000) o Neolítico foi entendido como um processo verdadeiramente “revolucionário”, caracterizado pelas relações mais interventivas e transformadoras do homem com a natureza.

Este fenómeno verificou-se na região portuguesa que actualmente chamamos de Minho, sendo que para Ana Bettencourt (2009), a Pré-história recente neste local pode ser balizada entre o VI milénio e inícios do I milénio a.C..

Por outro lado, o período conhecido como Neolítico apresenta diferentes balizas cronológicas dependendo do autor: para A. Bettencourt (2009) situa-se cronologicamente entre o VI e o IV milénios a.C., enquanto que para M. J. Sanches (2000) vai desde o VI até final do III milénios a.C.. Este intervalo cronológico é genericamente caracterizado por novas formas de interação das comunidades com o meio, novas conceptualizações do espaço com o aumento do sentido de pertença a um território, e novas formas de organização social.

Atribui-se ao Neolítico Inicial o cultivo de produtos hortícolas e a domesticação de caprinos, enquanto que no Neolítico Médio/Final praticou-se a agricultura cerealífera e alargou-se o número de espécies domesticadas, sem nunca se excluir a caça e a recolção das atividades de subsistência (Bettencourt, 2009:70-71).

Os estudos realizados até ao final do século XX, confirmam, segundo Susana Oliveira Jorge (1999), a ausência de estações “neolíticas” conhecidas no litoral atlântico português a norte do baixo Mondego, embora existam estações neolíticas pré-megalíticas no litoral galego. A autora assume a possibilidade de este vazio, no quadro dos sítios arqueológicos do Neolítico antigo português (entre meados do 6º milénio e meados do 5º milénio a.C.), ter origem em deficiências de investigação e/ou processos de sedimentação holocénica.

A partir de finais do 5º milénio a.C. (Neolítico médio-final) verifica-se em quase todo o território português uma vasta implantação de monumentos sepulcrais/rituais, comumente designados de monumentos megalíticos – monumentos sob *tumulus*, menires e cromeleques –

que revelarão uma primeira monumentalização da paisagem (Jorge, 1999). Estes monumentos situam-se maioritariamente em locais destacados na paisagem e em planaltos com boas condições para a prática de atividades agrícolas e pastorícias (Silva, 1983: 89).

Os estudos realizados na última década permitem admitir que no Minho, assim como no Douro Litoral, os lugares residenciais distribuíam-se entre assentamentos ao ar livre e abrigos graníticos, nas imediações de monumentos megalíticos. As ocupações seriam temporárias, com construções em materiais perecíveis, chegando até aos nossos dias fossas, lareiras e buracos de poste. Segundo Ana Bettencourt (2009), verifica-se a ausência de aldeias sedentárias, atestando a ainda grande mobilidade humana, sobretudo das comunidades mais pequenas. Estas conheceriam a agricultura e a pecuária, embora não fossem ainda significativas ao ponto de mudar a paisagem, sendo a recolha, pesca e caça, atividades essenciais até finais do IV/ inícios do III milénio a.C..

Por sua vez, Maria de Jesus Sanches (2000) defende que as comunidades não terão adotado, na sua totalidade, desde o VI milénio a.C., a agricultura ou a pastorícia, os instrumentos polidos ou mesmo a cerâmica.

O Calcolítico, definido cronologicamente entre os finais do IV milénio e o terceiro quartel do III milénio a.C., foi palco de alterações significativas na interação das comunidades humanas com o meio. A denominada “arquitetura dos mortos” perdeu importância como local referenciador para as populações, tendo sido substituída por locais naturais onde são depositados artefactos e gravados símbolos, e/ou por locais criados artificialmente através de construções monumentais (Jorge, 1999 e Bettencourt, 2009:80).

O povoamento no Minho distribui-se, neste período, entre assentamentos em áreas abertas e nas imediações ou interior de abrigos sob rocha, próximos de vales com potencialidade agrícola. Verifica-se uma maior densidade ocupacional do território, em consequência de uma vida mais sedentária e do aumento das atividades agropastoris. Os lugares residenciais alternavam-se entre lugares pouco destacados, que se confundiam com o meio natural, e lugares destacados na paisagem. Os assentamentos conhecidos apresentam pavimentos em argila, buracos de poste, lareiras e fossas, vestígios próprios de construções em materiais perecíveis. Os artefactos encontrados permitem deduzir a prática de agricultura de cereais e leguminosas, e a pastorícia de ovicaprinos (Jorge, 1999:110 e Bettencourt, 2009:80).



Verificar-se-ia, assim, uma grande diversidade de padrões de ocupação e distintos modos de vida no mesmo território (Jorge, 1999 e Bettencourt, 2009).

Para o Noroeste português Ana Bettencourt (2010), baliza a Idade do Bronze entre 2300 a.C. e 600 a.C., definindo as seguintes fases: Bronze Inicial – entre 2300/2200 a.C. até 1700/1600 a.C.; Bronze Médio – entre 1700/1600 a.C. até 1100/1000 a.C.; e Bronze Final – entre 1100/1000 a.C. até 600 a.C..

Os povoados integráveis no Bronze Inicial são pouco conhecidos e tradicionalmente associados a uma economia não sedentária, relacionada com o desconhecimento de práticas de rotação agrícola e a inexistência de técnicas de estrumagem, tal como aconteceria no sul de Inglaterra (Ruiz-Galvez Priego, 1991 *apud* Bettencourt, 1999; Fábregas Valcarce *et al*, 1994 *apud* Bettencourt, 1999). São vários os investigadores que caracterizam o Bronze Médio como uma fase de retração económica e demográfica, retratada na ausência de povoados, tumulações e cultura material conhecidos até meados dos anos 90, entre os quais Coffyn (1985); Ruiz-Galvez Priego (1991, 1993 *apud* Bettencourt, 1999); Fábregas Valcarce *et al* (1994 *apud* Bettencourt, 1999) e Calado (1993 *apud* Bettencourt, 1999).

Em 1988, Susana Oliveira Jorge adota uma leitura contrária à dos investigadores anteriores, valorizando os artefactos metálicos, as gravuras rupestres e os depósitos conhecidos, e assumindo que a ausência de túmulos ou povoados para este período se explica pela falta de metodologias de prospeção específicas para a deteção destes vestígios. Esta opinião é partilhada por R. Fábregas Valcarce (1995 *apud* Bettencourt, 1999), Fábregas Valcarce e R. Bradley (1995 *apud* Bettencourt, 1999) e A. Bettencourt (1999), autores que realçam que a escassez de povoados e túmulos se deve essencialmente a questões metodológicas de investigação.

As investigações realizadas desde os finais dos anos 90 então permitiram retirar outras conclusões. Para o Bronze Inicial e Médio, analisando as estratégias de ocupação de povoados, sepulcros e depósitos, verifica-se uma tendência de aproximação aos vales das grandes bacias fluviais. Este período caracteriza-se então por um povoamento sedentário, localizado em áreas com solos aráveis, a pequena e média altitude. Destaca-se a crescente desflorestação de modo a sustentar o sistema agropastoril de rotatividade de culturas, exploração de bosques e pastorícia. Em suma, verifica-se a generalização da “domesticação da paisagem”, diretamente relacionada com o controlo do território e vias de circulação (Bettencourt, 1999 e 2010).

Estariamos, assim, possivelmente, perante sociedades agrícolas, pastoris e recolectoras, e também produtoras metalúrgicas, inseridas em redes de intercâmbio à distância com os mundos atlântico, mediterrânico e continental. A mesma autora (Bettencourt 1999) afirma que os dados arqueológicos e paleoambientais recolhidos sobre as atividades agrossilvo-pastoris no Noroeste peninsular também não acusam recessão económica.

Para os finais da Idade do Bronze (entre os finais do II milénio a.C. e o séc. VII a.C.), existe claramente uma maior quantidade de dados, facto que poderá decorrer tanto da preferência da investigação por este período, como de aspetos relacionados com as diferentes estratégias de ocupação do território, condicionadas por alterações socioeconómicas e climáticas (Bettencourt, 1999: 62).

As sínteses teóricas apresentadas até finais dos anos 90 para o Bronze Final podem resumir-se em cinco ideias fundamentais:

- Nos povoados fortificados existem chefes que exercem o seu poder através do controlo e posse de terras, da exploração, produção e circulação de matéria-prima ou artefactos metálicos a nível regional e/ou suprarregional (Martins, 1990, 1996; Jorge, 1988; Fabião, 1992; Ruiz-Galvez Priego, 1990, 1991, 1993 *apud* Bettencourt, 1999; Alarcão, 1992; Vilaça, 1992 *apud* Bettencourt, 1999; Silva *et al*, 1993 *apud* Bettencourt, 1999; Calado, 1993 *apud* Bettencourt, 1999).

- Os povoados alcantilados e fortificados terão surgido na primeira metade do I milénio a.C., tendo-se generalizado os últimos (Martins, 1990; Jorge, 1988; Alarcão, 1992; Fabião, 1992; Fábregas Valcarce *et al*, 1994 *apud* Bettencourt, 1999; Carballo Arceo, 1996 *apud* Bettencourt, 1999).

- Os povoados em paisagem aberta e com estruturas em materiais perecíveis deverão estar associados a uma economia agrícola pouco desenvolvida e, consequentemente, a uma estilo de vida itinerante (Ruiz-Galvez Priego, 1987, 1991, 1993 *apud* Bettencourt, 1999; Fabião, 1992; Méndez Fernandez, 1993 *apud* Bettencourt, 1999; Fábregas Valcarce e Ruiz-Galvez Priego, 1994 *apud* Bettencourt, 1999).

- A última fase do Bronze Final, nos inícios do I milénio a.C., caracteriza-se por um aumento quantitativo e maior diversidade formal de objetos de bronze e ainda pelo desenvolvimento do intercâmbio suprarregional (Sierra *et alii*, 1984 *apud* Bettencourt, 1999; Coffyn, 1985: 16-21; Silva, 1986: 9-42; Jorge, 1988; Fabião, 1992; Peña Santos, 1992: 376

*apud* Bettencourt, 1999; Silva *et alii*, 1992:40 *apud* Bettencourt, 1999; Vilaça, 1992: 77 *apud* Bettencourt, 1999; Ruiz-Galvez Priego, 1993:13 *apud* Bettencourt, 1999).

- Os artefactos metálicos encontram-se comumente divididos em categorias: prestígio, uso comum, agrícola e quotidiano (Vilaça, 1992 *apud* Bettencourt, 1999; Silva *et al*, 1993 *apud* Bettencourt, 1999; Martins, 1993-94 ).

Neste período no Vale do Cávado, segundo Ana Bettencourt (1999), a ocupação é disseminada, mas hierarquizada, definindo duas categorias de povoados: os povoados fixos e os povoados de média ou curta duração. Os primeiros revelam uma ocupação continuada desde os finais da Idade do Bronze até à Idade do Ferro, localizam-se em posição de portela, controlando as vias e rotas de ligação entre o vale e a montanha, e apresentam condições privilegiadas para se afirmarem como locais de encontro, troca e alianças a nível regional. Os segundos, sem continuidade aparente para fases posteriores, estariam subordinados socioeconomicamente aos povoados fixos, relacionados com a ocupação de espaços no vale ou colinas, outeiros e vertentes próximas, e seriam locais de exploração agrícola, acesso a recursos hídricos, florestais e mineiros. O carácter temporário dos povoados de média ou curta duração, explicar-se-ia pelo rápido esgotamento dos solos do vale, devido a limitações tecnológicas e agrícolas, provocando o seu abandono e substituição.

Durante os finais da Idade do Bronze poderá ter-se iniciado um processo de emergência de unidades políticas e de ocupação sistemática dos vales das grandes bacias fluviais.

Quanto aos inícios da Idade do Ferro, vários autores defendem uma retração económica e um desmantelamento da organização social própria do Bronze Final (Martins, 1990, 1993-94, 1996; Silva e Gomes, 1992; Alarcão, 1992). Neste processo estaria incluída a diminuição da metalurgia do bronze. É igualmente apresentada a premissa de que os povoados abertos, sem defesas e com estruturas perecíveis, teriam desaparecido no Bronze Final, sendo substituídos por povoados sempre fortificados (Carballo Arceo, 1990, 1996 *apud* Bettencourt, 1999; Martins, 1990, 1993-94; Queiroga, 1992).

Esta etapa é considerada por Ana Bettencourt (1999) como um prolongamento da anterior. Como tal, distingue novamente dois tipos de povoados: os maiores, os povoados fixos, situados no rebordo de grandes vales fluviais e no litoral, são continuamente ocupados desde os finais da idade do Bronze até à Idade do Ferro; os mais pequenos, povoados de curta/média duração, situados em vertentes perto dos vales, outeiros, colinas ou esporões, sem continuidade

de ocupação, e que não se prolongam até à Idade do Ferro. Estes povoados complementam-se, sendo possível que uma parte dos ocupantes dos primeiros sítios se tivesse deslocado, em certas estações do ano, para os segundos, de modo a desenvolverem atividades agrícolas sazonais. Nos povoados maiores, possíveis centros de poder, teriam sido realizadas cerimónias que juntariam as populações de unidades sociopolíticas de uma escala alargada, assegurando a coesão social entre estas.

Quando falamos do povoamento da Idade do Ferro no Noroeste peninsular e a evolução do modo como o seu estudo foi abordado, temos necessariamente de falar da problemática implicada nos conceitos “cultura castreja” e “romanização”.

Vários autores se centraram na evolução da problemática da chamada “cultura castreja”, entre os quais se encontram M. Martins (1990) e A. González Ruibal (2006-2007).

Entre os finais do século XIX e a primeira metade do século XX, os estudos realizados tanto em Portugal como na Galiza, contribuíram para o conhecimento destes povoados fortificados ou “castros”, nomeadamente com a inventariação de sítios, recolha de materiais e o início de escavações em várias citânias como Briteiros e Sanfins. Por sua vez, na Galiza, destacam-se os trabalhos de Cabré Aguiló, Bouza Brey, Frederico Macineira e Garcia e Bellido (Martins, 1990:17-18).

Entre 1920 e 1950, os trabalhos de inventário e escavação realizados no noroeste português permitiram caracterizar os castros no que diz respeito à sua arquitectura, tanto militar como doméstica, à produção metalúrgica, olaria e ourivesaria, não esquecendo a delimitação geográfica da área onde ocorre este tipo de povoado (Carvalho, 2008:12).

Contudo, H. Carvalho (2008) adverte para a necessidade de serem analisados criticamente os resultados destes estudos, pois terão sido muitos os erros metodológicos cometidos, nomeadamente a valorização do “espaço” como contexto e a desvalorização do tempo quando não existiam dados cronológicos precisos.

Até aos anos 70, a bibliografia produzida sobre a “civilização castreja” do Noroeste peninsular reflecte o carácter temático dos estudos realizados e a desvalorização da romanização neste território. Deu-se preferência a temáticas como a conquista e organização do território, a rede viária, nomeadamente a identificação de miliários, a mineração e a religião do Noroeste.

“A presença romana apenas parecia visibilizada pela rede viária e pela exploração económica do território, reduzida praticamente à mineração intensiva do ouro” (Carvalho, 2008:16).

A partir de finais dos anos 70 do século XX, o panorama começa a mudar com o crescente interesse pela arqueologia urbana e a revalorização da epigrafia. Lentamente, a concepção tradicional de que a existência de um urbanismo incipiente é sinal de uma romanização pouco consolidada, foi revolucionada pela arqueologia urbana.

Ao estudo das cidades seguiram-se trabalhos de investigação sobre a relação entre o mundo rural e o mundo urbano, destacando-se o trabalho de J. Alarcão (1988) *Roman Portugal*, que contribuiu para a viragem da investigação em direcção aos estudos regionais.

Seguiram-se novas investigações que levaram à identificação de novos sítios de fundação romana, a par da exploração das problemáticas de povoamento e consequente melhoria do conhecimento dos castros e da relação entre estes e outras formas de ocupação do território.

A partir dos anos 90, as novas direcções e metodologias das investigações sobre a Idade do Ferro no Noroeste peninsular permitiram uma pequena reviravolta na interpretação da ocupação pré-romana da região. A homogeneidade da “cultura castreja” e as premissas que o seu conceito implica, foram desafiadas: definiram-se novas regiões, afinaram-se cronologias e verificou-se a diversidade do povoamento nos finais do I milénio a.C. Os avanços da investigação na Idade do Ferro foram acompanhados pela investigação na Idade do Bronze, o que permitiu mudar significativamente os conhecimentos relativos à antropização pré-romana do Noroeste português (Carvalho, 2008: 20-22).

O povoamento do Noroeste peninsular no I milénio a.C. é marcadamente heterogéneo, o que coloca desafios na sua interpretação. A área correspondente ao Entre-Douro-e-Minho e Sudoeste da Galiza corresponde à chamada “cultura castreja”, caracterizada pela existência de grandes povoados ou citânias e pela grande densidade de povoados.

Segundo A. González Ruibal (2006-2007), neste período o noroeste da península ibérica caracteriza-se por evoluções e atrasos, tal como acontece em outras sociedades designadas de “chefados”. Estas sociedades seriam propícias a ciclos de expansão e crise, processos de hierarquização e “desierarquização”, militarização e desmilitarização.

A primeira Idade do Ferro terá surgido como resultado da resistência das comunidades ao processo de acumulação de poder e à destabilização das sociedades em consequência da maior

territorialização do espaço. Terá havido um reforço dos valores comunitários num período de regressão social (González Ruibal, 2006/2007: 633).

A Primeira Idade do Ferro é essencialmente uma continuação do Bronze Final, verificando-se o reforço das fortificações dos povoados, mantendo a morfologia e localização do Bronze Final; verifica-se ainda uma ligeira exploração agrícola dos solos e o abandono dos povoados abertos temporários.

A partir do século VIII a.C., no Noroeste, o ferro aparece em quantidades significativas, observa-se o florescer de uma arquitetura pétrea monumental, e popularizam-se fíbulas, punhais e torques.

Entre os séculos VI e IV a.C. verifica-se um impulso no desenvolvimento desta região: o povoamento concentra-se em locais marcantes na paisagem e a fortificação dos povoados serve como consolidação da presença das comunidades no território.

Entre os inícios do século IV a.C. e o final do milénio, o número de unidades de povoamento aumenta consideravelmente – em alguns povoados verifica-se uma continuidade de ocupação desde o Bronze Final, outros são fundados de raiz –, assim como as áreas ocupadas, que incluem agora o litoral e os vales. Os povoados localizam-se tanto em sítios estratégicos para o controlo e visibilidade sobre o território, como em locais voltados para a exploração dos recursos dos vales (Carvalho, 2008: 73).

A exploração dos recursos varia com a localização dos povoados – nos vales lavra-se a terra, nas vertentes exploram-se matos e florestas –, e serve uma economia agrossilvo-pastoril que incluía a produção de cereais, recolção de frutos, a alimentação do gado e a reserva de bens alimentares e construtivos essenciais para a sobrevivência das comunidades. Relativamente às inovações tecnológicas destaca-se, evidentemente, a produção de utensílios agrícolas em ferro (Martins, 1996: 130; Carvalho, 2008: 73).

Consequentemente, a intensa e variada atividade económica conduziu a mudanças na paisagem. O abate de manchas florestais para exploração agrícola, implantação de povoados e construção, é um exemplo disso.

O vale do Ave, no quadro do Noroeste de Portugal, apresenta um dos índices mais elevados de ocupação humana ao longo do I Milénio a.C., traduzido numa grande quantidade de povoados, muitos deles de consideráveis dimensões, sendo exemplo as citânias de Briteiros e Sanfins, e os castros das Eiras e do Monte Redondo. Este fenómeno remontará aos finais da

Idade do Bronze, tendo emergido no território os primeiros povoados com preocupações defensivas, num processo de rutura com o período anterior (Dinis, 1993: 178).

Comparando os dados do Baixo Ave com os da região mais próxima - o vale do Cávado –, António Dinis (1993) afirma que aquele território apresenta um notório “regionalismo”, manifestado no processo de continuidade/descontinuidade dos povoados do Bronze Final e no desenvolvimento da metalurgia.

A segunda Idade do Ferro caracteriza-se, segundo Alfredo González Ruibal (2006/2007), pelas suas ligações ao Mediterrâneo, atestadas pela presença de materiais púnicos, ibéricos e itálicos nos castros. Na região que corresponde actualmente ao Entre Douro e Minho, este comércio terá facilitado a acumulação de riqueza e das desigualdades económicas entre as famílias. A religião galaico-lusitana, de que são testemunhos os santuários rupestres, petróglifos, saunas, estátuas de divindades, textos clássicos e inscrições dedicadas a divindades indígenas, pode compreender-se no contexto do aumento da hierarquização social.

Nos finais do século I, com a conquista de Roma, cria-se uma nova identidade consideravelmente homogénea. Este processo atravessou um período de crise e reconstrução de identidades.

As sociedades proto-históricas do Noroeste Ibérico apresentam uma importante variabilidade regional e temporal, e só poderá ser entendida em conjunto quando analisada numa perspetiva que tenha em conta os dados fragmentados e diversos, de larga duração e episódicos (González Ruibal, 2006/2007: 635).

O povoamento pré-romano do Entre Douro e Minho é caracterizado por uma densa malha de povoados fortificados, organizada e desenvolvida ao longo das bacias dos rios principais, deixando uma clara imagem de hierarquização.

Os últimos dois séculos do primeiro milénio a.C.<sup>1</sup> foram palco de um conjunto de mudanças com grande impacto nas sociedades no Noroeste Peninsular. Iniciou-se um processo de intensificação económica com a instalação de novos povoados nas terras baixas dos vales, o aumento da produção agrícola e criação de excedentes alimentares, e, por fim, o crescimento das trocas comerciais inter-regionais suportadas pelas novidades técnicas e aumento da quantidade de metal em circulação, nomeadamente o ferro (Martins, 1996: 128).

---

<sup>1</sup> Período tradicionalmente inserido entre a expedição de Júnio Bruto em 138/136 a.C. e a fundação das três cidades do Noroeste Peninsular por Augusto – *Bracara Augusta*, *Lucus Augusti* e *Asturica Augusta* (Carvalho, 2008).

Verifica-se uma grande variabilidade na estrutura e dimensão dos povoados, bem como na sua organização interna. Muitos destes povoados estão dotados de grandes estruturas defensivas, com várias e complexas linhas de muralhas. Dentro das muralhas, distribuída pelas várias plataformas de ocupação, presencia-se uma organização proto-urbana, estando as suas casas de pedra redondas, com ou sem vestíbulo e pátio lageado, agrupadas em unidades habitacionais, delimitadas e com eixos de circulação.

Este modelo de povoamento, caracterizado pela presença de grandes povoados fortificados conhecidos por *oppida* e consolidado a partir de finais do século IIa.C., é, segundo M. Martins (1990), próprio do Entre-Douro-e-Minho português, prolongando-se até ao sudoeste galego.

As mudanças a nível económico e estrutural proporcionaram transformações sociais no seio das comunidades da época. É clara a tendência para um povoamento hierarquizado, e consequentemente uma hierarquização socioeconómica e política.

Na zona mais meridional do Noroeste peninsular este processo verifica-se ao longo de todo o século I a.C. É também nesta região que surgem os “grandes *oppida*”, sendo exemplos Sanfins, St<sup>a</sup> Lúzia, Briteiros, Romariz e Cidade de Âncora, entre outros (Carvalho, 2008: 78). Esta hierarquização social também terá acontecido na parte da Meseta ibérica integrada no território Asture.

Na transição de Era, ao lado dos “grandes *oppida*” coexistem povoados de média dimensão, com aparato defensivo e construtivo menor, e pequenos povoados que utilizam materiais perecíveis nas suas construções.

Os povoados de baixa altitude estariam associados à exploração intensiva dos solos de aluvião, com uma agricultura de regadio e o uso sistemático do arado. Em consequência ter-se-á verificado uma redução das manchas florestais das vertentes e vales.

O quadro de povoamento dos últimos dois séculos anteriores ao domínio romano no Noroeste é, segundo M. Martins (1996), resultado de um processo de sedentarização e territorialização das comunidades proto-históricas. Estas constroem uma paisagem humana e agrária muito particular, marcada por várias centenas de castros, muralhados, com casas redondas, arte de trabalhar a pedra e ourivesaria.

É também opinião de M. Martins (1996), que “as comunidades do 1º milénio a.C. foram, sem dúvida, pela sua vivência e percurso histórico, as modeladoras da especificidade da



paisagem agrária do Entre-Douro-e-Minho, sucessivamente retocada pelas comunidades posteriores” (Martins, 1996: 130).

O noroeste peninsular foi sempre considerado uma região mal integrada na Hispânia e no Império Romano. A cultura romana teria sido apenas um fenómeno marginal e essencialmente urbano. Todavia, o quadro dos conhecimentos alterou-se com as investigações arqueológicas realizadas em meio rural e urbano, a revisão das epígrafes conhecidas e das fontes históricas, fornecendo novas perspetivas de interpretação (Martins, 2009: 258).

Segundo Manuela Martins (2009), a romanização é um processo dinâmico e interativo de integração e assimilação cultural de territórios e comunidades, dependendo sempre de particularidades históricas e culturais e do interesse económico para Roma.

Dos três conventos do noroeste peninsular, é o bracarense que se destaca pelas suas diferenças. Naquele território, a região do Entre Douro e Minho apresenta várias especificidades, tendo sido marcada pelo precoce contacto militar com os romanos, e apresentando desenvolvimento económico acentuado e uma mudança social significativa (Martins, 2009: 260).

É defendido por M. Martins (2009) que as três capitais conventuais do noroeste foram planificadas de acordo com os modelos da arquitetura clássica: possuíam espaços, edifícios e equipamentos comuns a todas as cidades romanas, garantindo a qualidade da vida urbana e a veiculação do poder e do modo de vida próprio dos romanos. As diferenças residiriam na origem e tipo de povoamento de cada uma destas três cidades.

Quanto a *Bracara Augusta*, seria maioritariamente constituída por elites de origem indígena oriundas dos castros da região, e por imigrantes com cidadania romana (comerciantes, construtores e artesãos). A presença militar no território do *Conventus Bracaraugustanus* é quase inexistente, ao contrário de *Lucus* e *Asturica*, que sendo cidades ligadas à exploração do ouro do interior da Galiza, são militarmente mais controladas.

*Bracara Augusta* assumiu-se, então, como centro administrativo e comercial. A sua localização estratégica face às vias de comunicação terrestres, fluviais e marítimas, bem como a sua posição central em relação aos povoados fortificados indígenas colocavam a cidade num papel de articulação entre a costa atlântica e o restante território do noroeste e sul da Península Ibérica.

A cidade demonstrava o seu poder económico e territorial com a construção de edifícios públicos marcantes, como o teatro e o anfiteatro. Os espetáculos destinavam-se a toda a

população, funcionando como um veículo de aculturação ideológica e propagandística. As termas, essenciais ao estilo de vida romano, eram abundantes tanto na *urbs*, como em aglomerados urbanos secundários e no mundo rural (Martins, 2009:262).

A fundação de Bracara Augusta e a implantação da rede viária marcam um processo de transformação da estrutura do mundo indígena, facilitando a integração das populações na estrutura política introduzida com as reformas de Augusto. A nova estrutura de povoamento pretende satisfazer as necessidades consequentes da integração no Império, e teve como principais agentes as populações indígenas, tal como terá acontecido na Gália e na *Brittania*. Os dados epigráficos permitem concluir que a base indígena é claramente dominante tanto no mundo urbano como no mundo rural (Carvalho, 2008: 415).

A rede viária era, sem dúvida, um importante veículo de romanização. Como tal, a região de *Bracara Augusta* estava dotada de uma rede densa e bem estruturada, servindo toda a estrutura de povoamento, e funcionando como a coluna vertebral da hierarquia de povoamento e da economia no Entre Douro e Minho. Aí surgiram aglomerados populacionais com mercados regulares onde se realizavam trocas regionais e inter-regionais, promovendo a circulação da moeda. Os inúmeros miliários colocados ao longo das vias demonstravam a vontade de integração das populações no império e investimento no culto ao imperador (Martins, 2009: 262).

Até meados do século XX, os estudos sobre a Alta Idade Média no Norte de Portugal tiveram como base um modelo historiográfico assente em conceitos como “armamento estratégico” e “reconquista” (Costa, 1997: 57-58; Fontes, 2010:1). Esta região era então caracterizada como um espaço de fronteira entre as populações cristãs, a norte, e os muçulmanos, a sul.

Segundo L. Fontes (1992), o “mito historiográfico” de que “os Bárbaros destruíram tudo”, foi alimentado pela interpretação e aceitação acríticas de muitas fontes escritas e pela ausência de estudos arqueológicos sistemáticos.

Na verdade, quando a arqueologia se afirma em Portugal, na segunda metade do século XIX, foi privilegiado o estudo da pré e proto-história e romanização. Apenas na última década deste século surgem dois trabalhos sobre a Alta Idade Média: *Archeologia Christã* de Albano Bellino, em 1900, e *As villas do norte de Portugal* de Alberto Sampaio, em 1892 (Fontes, 1992: 218-219).

Entre as décadas de 1930 e 1970, integrada na política de exaltação dos valores nacionais própria do Estado Novo, restauraram-se castelos e igrejas românicas, realizaram-se estudos sobre correntes monásticas, cristianização, evangelização e organização da Igreja, e fizeram-se as primeiras sínteses sobre a arquitetura cristã antiga (Fontes, 1992: 219-220).

No conjunto de todos estes trabalhos, a contribuição da arqueologia resumiu-se à divulgação de achados ocasionais que, ao não estarem integrados no contexto histórico-arqueológico da região, não contribuíram para o aumento do conhecimento sobre a Idade Média em Portugal.

Entre os finais dos anos 60 e os finais dos anos 80, verificou-se uma grande diminuição nos estudos sobre este período. Destaca-se apenas a produção das grandes sínteses sobre a história da arte peninsular.

Por sua vez, nos anos 90, o panorama começa a alterar-se. As descobertas e escavações de vestígios da Alta Idade Média em áreas urbanas e rurais do norte de Portugal contribuíram, segundo L. Fontes (1992), para um aumento significativo do conhecimento sobre esta época. O autor afirma poder inferir, dos resultados destes trabalhos, uma continuidade de ocupação sem ruturas significativas entre a época romana e a medieval, assim como uma diversificação do povoamento. No entanto, a caracterização da transição entre o “mundo romano” e o “mundo suevo-visigótico” é ainda difícil. Acrescenta ainda que a análise crítica das fontes escritas não permite apoiar as teorias de destruição e abandono das estruturas romanas sugeridas pelos investigadores anteriores (Fontes, 1992: 241).

No noroeste da Península Ibérica, o período entre os séculos V e VII foi marcado pelo domínio suevo e visigótico e pela forte ação organizativa da Igreja, sob a liderança de S. Martinho de Dume.

O conjunto dos acontecimentos ocorridos entre o século V e VI contribuiu para a fixação de uma identidade populacional fortemente vinculada ao noroeste peninsular.

Aquando da queda do império romano no século V, as províncias ocidentais deste são invadidas por povos germânicos, instalando-se na Península Ibérica Alanos (Cartaginense e Lusitânia), Vândalos (Galécia Oriental) e Suevos (Galécia Ocidental). Neste período de transição entre poderes, o povoamento manteve o modelo administrativo romano de *civitas* e *pagi*, *urbs*, *castra*, *castella*, *villae* e *vici*. Segundo L. Fontes (2009), ter-se-á verificado uma correspondência entre as sedes de capitais suevo-visigóticas e as principais cidades romanas.

Inicialmente, a *civitas* era um conjunto de terras diversas que precisavam umas das outras. Após o período de domínio romano foram frequentemente estabelecidas em *oppida*, passando a designação de *civitas* a ser apenas utilizada para a capital. Estas incorporavam circunscrições mais pequenas chamadas de *pagi*: unidades com uma determinada expressão territorial com centro estabelecido num *castellum* ou *castrum*, *vicus* ou *villa*. Muitos destes lugares passaram a sedes das paróquias suevas e mantiveram um papel económico ativo através dos contactos com as províncias hispânicas, norte de África e mediterrâneo oriental.

O cristianismo chega às primeiras cidades capitais de província apoiando-se nas elites regionais e nas principais vias de comunicação. A divisão em províncias eclesiásticas ocorrida neste período correspondeu à divisão administrativa civil romana do século IV. Ter-se-á verificado uma correspondência direta significativa entre *civitates* e sedes episcopais, sendo que as cidades romanas mais importantes mantiveram essa importância nos séculos seguintes. A Igreja é sem dúvida a herdeira mais fielmente conservadora do quadro administrativo romano (Fontes, 2009: 284-285).

Em meados do século VI verificou-se um fortalecimento do reino suevo, sendo que, em 550, os suevos convertem-se definitivamente ao catolicismo e em 585 os visigodos, que já se haviam instalado no sul da península, conquistam a cidade de Braga e, conseqüentemente, o aquele reino.

Os aglomerados urbanos de toda a região da Galécia começaram então a refletir as mudanças do cristianismo, tanto a nível político, como administrativo e económico. No mundo rural, na periferia das cidades e dos povoados secundários, construíram-se templos cristãos que passaram a ser o novo centro de referência para as comunidades cristãs, e nas proximidades dos afloramentos populacionais – *castra*, *castella*, *vicus* e *villae* – e centros mercantis, surgem igrejas, basílicas e mosteiros (Fontes, 2009: 278, Fontes *et alii*, 2012: 261).

As dioceses começam a possuir sedes monumentalizadas com batistério, igreja cemiterial e residência episcopal e enquadram grandes paróquias rurais com igrejas cristãs construídas de raiz ou adaptadas de templos pagãos.

Mais especificamente, o Entre Douro e Minho foi palco de um desenvolvimento superior a nível da organização territorial, nomeadamente na articulação entre cidades, aglomerados urbanos e secundários e povoamento rural. A organização territorial manteve-se mesmo depois da transferência do poder para Toledo, tal como a estrutura administrativa e económica. Os

centros paroquiais ter-se-ão multiplicado durante o domínio visigótico criando-se novas igrejas ou transformando-se basílicas em igrejas batismais.

Nos inícios do século VIII, nomeadamente em 711, têm lugar as primeiras investidas dos exércitos islâmicos na Península Ibérica, vindos no norte de África, que se somam a vários conflitos entre a Igreja e a nobreza, e entre a população e o poder senhorial. A este clima de conflituosidade juntaram-se fomes, pestes, maus anos agrícolas e pragas, contribuindo toda esta conjuntura para fragilizar a sociedade hispano-visigoda (Fontes, 2009: 276).

Apesar da invasão muçulmana da Península Ibérica, a influência da igreja na população rural não desapareceu. Abandonadas ou arruinadas, as igrejas e basílicas dispersas pelos campos serviram como pontos de reagrupamento de pessoas, que, com a fixação do Condado Portucalense, dariam origem a novas paróquias.

Nos séculos VII e VIII, segundo L. Fontes (2009), verifica-se a presença constante de grandes povoados fortificados de fundação antiga ou contemporânea do domínio suevo-visigótico, tendo estes abrigado as populações durante os períodos de fome e guerra, e sustentado posteriormente a nova organização da expansão asturiana. Estes povoados terão sido definitivamente abandonados entre os séculos X e XI (Fontes, 2009: 284, Fontes *et alii*, 2010: 261).

Assim, o norte de Portugal terá conhecido, durante a afirmação política do reino suevo e o enraizamento definitivo da Igreja, uma continuidade do tipo de povoamento, com uma ocupação preferencial das áreas rurais, a manutenção das relações comerciais e diplomáticas com os territórios circundantes, uma renovação construtiva e um crescimento económico razoável, convergindo todos estes fatores na 2ª metade do século VI (Fontes, 2009: 292).

De igual modo, os núcleos urbanos de fundação romana conservaram a sua importância na estrutura territorial como centros político-administrativos e económicos. Por sua vez, os aglomerados secundários foram palco de tensões entre os poderes locais e regionais, forçando a variação da localização dos seus centros políticos, económicos, religiosos e militares (Fontes, 2009: 292).

Entre os séculos VIII e IX, durante o período comumente conhecido como “Reconquista”, enquanto os governantes hispânicos, cristãos e muçulmanos se batiam militar e politicamente, verificou-se a ascensão de uma sociedade rural e feudalizada, como reflexo da

decadência da vida urbana. Como resultado a população dispersou-se, mantendo todavia a sua vitalidade cultural (Silva, 2009: 300).

Com a estabilização do quadro político-militar no século X, Braga retomou as suas tradições e renovou a sua vitalidade urbana. Ao mesmo tempo, em consequência de rivalidades entre duas capitais religiosas, Braga e Toledo, e da marginalização dos fidalgos e povo da região conhecida como Condado Portucalense, é restaurada a antiga autonomia, apoiada pela acção militar e de conquista territorial aos muçulmanos (Silva, 2009: 300).

É impossível compreender a história do Entre Douro e Minho entre os finais dos séculos XI e XV, sem falar no desenvolvimento das instituições eclesiásticas e civis. Esta região teve desde a fundação do condado portucalense duas grandes entidades – Estado e Igreja – que exerciam o seu poder sobre a mesma população, sobrepondo-se duas divisões administrativas. A organização espacial diocesana implementou-se a partir do século XI, sendo apenas substituída pela organização civil/régia em 1258 (Marques, 2009: 314).

A base geográfica e política sobre a qual assenta a formação do reino português, remonta, segundo L. C. Silva (2009), a um passado longo e sedimentado, onde se sobrepuseram as marcas de aculturações diversas que acabariam por formar uma identidade própria. “O novo país, feudal e condal, resulta de um longo processo que remonta às memórias e coisas da Lusitânia e da Calécia.”

Assim, a realidade histórica e social do Minho poderá ser considerada fruto de um período evolutivo, cujas raízes remontam à chamada *cultura castreja*, enriquecendo-se durante a romanização e influência germânica no período suevo-visigótico, e assumindo, durante o período da *Reconquista*, um papel único e específico na História de Portugal (Marques, 2009: 314).

### *2.1.1 O vale do rio Este*

O vale do rio Este terá sido habitado desde, pelo menos, o Neolítico, verificando-se, até à atualidade, uma forte presença de vestígios arqueológicos a partir da Idade do Bronze (Barbosa e Azevedo, 2004/2005: 129).

Entre os sítios cronologicamente integrados na Idade do Bronze, na sua maioria povoados, encontram-se sítios implantados em zonas de maior altitude, e simultaneamente, outros localizados em plataformas aplanadas, de média/baixa altitude ou em outeiros de vale.

No que diz respeito à ocupação correspondente à Idade do Ferro, analisando os dados publicados, verifica-se uma concentração de povoados junto à nascente do rio Este, a norte da actual cidade de Braga. A sul da cidade a concentração é menor, existindo poucos exemplos depois de se passar a barreira física criada pelos montes das Caldas e da Falperra. Os sítios arqueológicos deste período, nomeadamente os povoados, encontram-se maioritariamente em locais que permitem controlar visualmente o território, seja em remates de esporões ou outeiros nas encostas.

Quanto à época Romana, a maior quantidade de sítios arqueológicos concentra-se no núcleo urbano e a norte deste, na extensão entre a cidade e o rio Cávado. A sul da cidade são reduzidos os sítios arqueológicos identificados.

A ocupação dos grandes povoados da Idade do Ferro estende-se pelo menos até à época romana, como acontece por exemplo nos povoados do Monte Redondo e do Monte da Falperra.

Relativamente à Idade Média, são conhecidos maioritariamente edifícios religiosos, quer restem apenas elementos arquitectónicos dispersos, ou partes dos edifícios que foram sendo adaptados e alterados ao longo dos séculos.

Ainda nenhum estudo foi realizado especificamente para o vale do rio Este. Barbosa e Azevedo (2004/2005) apresentaram dados inéditos para o estudo da antropização da paisagem neste vale, tendo, contudo, apenas sido prospetada a área afetada pelas obras de renovação do troço ferroviário entre Braga e Nine. Estes autores entendem que os vestígios arqueológicos encontrados, tendo em conta o período e a área de intervenção, denunciam a riqueza arqueológica do concelho de Braga, e, mais especificamente, do vale do Este.

### **3 As fontes**

Para o estudo do povoamento do vale do rio Este, tendo em conta o abrangente limite cronológico escolhido, foram utilizadas fontes arqueológicas, fontes históricas e fontes documentais. São inúmeras as fontes disponíveis para o estudo do povoamento do Noroeste peninsular, e mais especificamente do Entre Douro e Minho. Todavia, reduzindo a escala de

análise ao vale do Este, a informação disponível, nomeadamente a nível arqueológico, reduz-se substancialmente.

Os dados disponíveis nas fontes arqueológicas limitam-se, maioritariamente, a identificações de sítios e vestígios arqueológicos em contexto de prospeção, ou descobertas ocasionais. São poucas as escavações realizadas no conjunto dos sítios estudados, e como tal os dados disponíveis são bastante limitados.

As fontes históricas consultadas possuem dados maioritariamente referentes a edifícios religiosos existentes no período da Idade Média, nomeadamente a partir da fundação do Condado Portucalense no século XI, assim como referências a grandes edifícios residenciais ou descrições de estruturas já em ruínas.

As fontes documentais são também instrumentos imprescindíveis no estudo do povoamento, nomeadamente nos períodos romano e medieval, fornecendo descrições do território e das propriedades existentes, e definindo as várias divisões administrativas ao longo dos séculos.

### 3.1 Fontes arqueológicas

As fontes arqueológicas foram o ponto de partida para todo o trabalho que realizámos. Analisando todos os sítios arqueológicos identificados e estudados, foi possível fazer o ponto de situação dos conhecimentos sobre a área em estudo.

Começámos por bibliografia específica sobre o vale do rio Este, nomeadamente o trabalho realizado por Rui Barbosa e Marta Azevedo em 2004/2005 (Barbosa e Azevedo, 2004/2005), partindo depois para a Carta Arqueológica de Braga (Fontes, 1993), e para os catálogos da tese de mestrado de António Dinis (1993) e da tese de doutoramento de Helena Carvalho (2008). Estes quatro trabalhos foram depois complementados com outros, desde estudos do Noroeste Peninsular, a estudos específicos de sítios arqueológicos.

Sendo que apenas seis dos cinquenta sítios arqueológicos inventariados foram escavados, os dados disponíveis sobre os restantes são reduzidos, por vezes limitando-se à sua localização e cronologia aproximadas.

Na sua maioria, os povoados foram identificados pela presença de fragmentos cerâmicos que permitiram aos investigadores apurar a sua cronologia e defini-los como sítio arqueológico.



Os grandes povoados foram identificados ainda pela presença de estruturas habitacionais e/ou defensivas. Onze dos vestígios referenciados na bibliografia foram destruídos, um deles parcialmente. De três não se sabe a localização exata.

### 3.2 Fontes históricas

As fontes históricas a que recorremos para a realização deste estudo incluem sínteses sobre a História de Portugal (Pereira e Rodrigues, 1911) e História da Arte (Almeida, 1986, Pereira, 2007), estudos sobre a arquidiocese bracarense e a sua estrutura (Marques, 1988, Costa, 1997, Nogueira, 1998, Ferreira, 2000), análises críticas de fontes literárias – Memórias Paroquiais de 1758 (Capela, 2003), Numeramento de 1528 (Dias, 1992, Daveau, 2001) –, estudos de mosteiros e ordens religiosas (Oliveira, 1985, Marques, 1989, Marques, 1991), monografias gerais e específicas sobre as freguesias do concelho de Braga (Alves, 1981, Nunes *et alii*, 1981, Ferreira, 1997, Oliveira, 2004, Ferreira, 2005). Para retirarmos destas fontes informação relevante para o nosso trabalho, foi necessária uma maior seleção do que a realizada com as fontes arqueológicas.

As fontes históricas forneceram-nos, principalmente, dados sobre indícios de ocupação humana e referências documentais a esta. Conjugando os dados recolhidos nestas fontes com as fontes documentais foi possível identificar um conjunto de indícios de ocupação, alguns com vestígios arqueológicos associados.

### 3.3 Fontes documentais

As fontes documentais incluem documentos redigidos durante o domínio romano, atravessando a ocupação suevo-visigótica e muçulmana, e a Idade Média portuguesa até ao século XIX. A fonte mais antiga consultada foi a *Geografia* de Estrabão, na edição publicada pela

Universidade de Chicago (EUA), que nos fornece a mais antiga descrição da Península Ibérica anterior ao domínio romano.<sup>2</sup>

O *Liber Fidei*, publicado pelo Pe. Avelino de Jesus da Costa, é o maior e mais importante cartulário português. Trata-se de uma compilação de documentos de diversas naturezas, pertencentes ao Arquivo da Sé de Braga, redigidos entre os anos de 569 e 1253. Este documento é indispensável para qualquer estudo sobre a Idade Média no atual território da cidade de Braga, fornecendo-nos dados sobre povoações existentes, topónimos, divisões territoriais e possuidores de terras. (Costa, 1965, Costa, 1978, Costa, 1990)

As inquirições de 1220 e 1258, ordenadas por D. Afonso II e D. Afonso III respetivamente, estão organizadas por termos e coutos, e estes são descritos segundo os seus padroados, reguengos, bens das ordens, foros e dádivas. Os dados registados permitem-nos saber que terras pertenciam ao rei, ao arcebispado de Braga, e às ordens religiosas; que mosteiros existiam à época e a que ordens pertenciam; o que tinha de pagar ou doar ao rei cada povoação; quantas igrejas e ermidas existiam; quais as divisões administrativas e paroquiais do território.

Por último, as corografias de 1709 (Costa, 1709) e 1875 (Batista, 1875) fornecem-nos descrições do território e das povoações, dando-nos, por exemplo, indicações dos mosteiros existentes e da história destes.

Um outro documento com informações preciosas para este trabalho intitula-se *Notícias do arcebispado de Braga remetidas pelo bispo de Uranopolis (Bahia) à Academia Real de História Portuguesa* e foi publicado por D. Luiz Alvares de Figueiredo em 1716-1725. Este possui um vasto conjunto de notícias sobre a cidade medieval e moderna de Braga, destacando-se a descrição dos inúmeros vestígios da cidade romana visíveis na paróquia de S. Pedro de Maximinos, entre os quais um anfiteatro.

O Itinerário de Antonino (*Itinerarium provinciarum Antonini Augusti*), é uma obra importantíssima para o estudo do povoamento romano, pela descrição e localização das vias, cidades e outros aglomerados do Noroeste peninsular. O exemplar que chegou aos nossos dias deverá ser dos tempos de Diocleciano e, apesar de não incluir informação cartográfica, é uma fonte essencial para o conhecimento da geografia do Império (Parthey e Pinder, 1848).

---

<sup>2</sup> (<http://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Roman/Texts/Strabo/home.html>)

## 4 Metodologia

### 4.1 Descrição e justificação da metodologia

A aproximação ao estudo do povoamento no vale do Este fez-se seguindo a planificação previamente definida. A primeira etapa do trabalho, a preparação, dividiu-se em 5 fases.

A primeira fase compreendeu a escolha de uma área alargada a estudar, que foi sendo afinada ao longo da investigação. Inicialmente, foi escolhida a área que incluía as freguesias de Maximinos, Gondizalves, Ferreiros, Lomar, Sequeira, Aveleda, Celeirós, Figueiredo, Passos S. Julião, Tadim, Vilaça, Fradelos, Vimieiro, Priscos, Cunha, Ruilhe, Arentim, Tebosa. Assim, ficou abrangido o vale do rio Este, desde o limite sul do centro histórico urbano à fronteira com o concelho de Vila Nova de Famalicão.

Após, as primeiras pesquisas considerámos que a amostra inicial não era suficiente para fazer a análise do povoamento no vale do Este, portanto decidimos alargar a área a estudar para o vale do rio da Veiga e vale do rio Guisande, subsidiários do Este, abrangendo as freguesias de Nogueira, Arcos, Esporões, Lamas, Trandeiras, Morreira, Penso St. Estevão, Penso S. Vicente, Oliveira S. Pedro, Guisande e Escudeiros. Assim, a área de estudo corresponde a todo o sul do concelho de Braga.

Optámos por alargar a área para este território por diversas razões. A ligação natural entre os territórios é evidente: todos eles pertencem ao vale do rio Este, sendo o rio da Veiga e o rio Guisande afluentes daquele; a morfologia é semelhante, caracterizada por elevações de altitude média, com controlo visual sobre o vale, e vales férteis adaptáveis a uma grande diversidade de culturas. De salientar que a via romana que saía de *Bracara* em direção a *Cale* e *Olisipo* atravessava o vale do rio da Veiga, conhecido como Veiga do Penso (Mantas, 1996 e 2000, Lemos, 2002, Carvalho, 2008).

Escolhido o território a estudar iniciámos a pesquisa de toda a bibliografia e documentação disponível sobre os territórios em estudo, registando sítios arqueológicos e indícios de ocupação humana na base de dados (SIAUA) da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (UAUM), visto ser esta a instituição onde foi realizado este estágio. Realizadas estas tarefas avançámos para a quarta e quinta fase.

O passo seguinte correspondeu à visita aos sítios arqueológicos referenciados, de modo a verificar a sua existência, localização, registo fotográfico, estado de conservação. A organização destas saídas de campo foi planificada de acordo com a localização de cada sítio, distribuindo um conjunto de locais por cada dia. Alguns elementos representativos dos sítios, bem como o seu aspeto geral foram fotografados (escala, quadro, norte) e, posteriormente, estas fotos foram introduzidas na base de dados, complementando as informações das fichas.

A realização desta tarefa foi mais difícil e longa do que o esperado. A grande maioria destes sítios arqueológicos foi classificada tendo como base achados isolados de materiais cerâmicos, integrados cronologicamente em diferentes períodos. Reencontrar estes sítios quinze ou dez anos, após a sua identificação é uma tarefa complicada. Os territórios mudaram drasticamente, urbanizações crescem em todo o lado. Mesmo os sítios já estudados são difíceis de identificar, pois já se formou um manto vegetal considerável. Refiro-me por exemplo ao Castelo de Penafiel de Bastuço, em Passos S. Julião, escavado em 1990. Atualmente, apenas se consegue identificar o sítio comparando a localização dos grandes penedos graníticos na planta geral da fortificação e no terreno, assim como os muros de divisão de propriedade. Alguns sítios sucumbiram à urbanização, como é o caso de S. Bento I e II (Fontes, 1993). Dos cinquenta e dois sítios arqueológicos conhecidos, apenas um está musealizado, seis foram escavados e publicados. Onze foram destruídos.

Alguns destes sítios, como o povoado fortificado do Monte Redondo ou o Mosteiro de Arentim têm um grande potencial arqueológico e museológico, aguardando o seu estudo, publicação e musealização.

Muitos destes sítios, nomeadamente aqueles que foram identificados com base, apenas, em fragmentos cerâmicos não estão contemplados no PDM (Plano Diretor Municipal) e como tal não estão protegidos. O risco de urbanização e destruição dos vestígios arqueológicos está sempre presente.

A última etapa da fase de preparação compreendeu a realização de dois cartogramas onde se registou a localização de todos os vestígios arqueológicos conhecidos e dos indícios de ocupação humana resultantes da pesquisa bibliográfica e documental.

A segunda etapa do estudo do povoamento no Vale do rio Este implicou a realização de prospecções. O primeiro passo de qualquer acção de prospecção é definir qual a área a prospectar e quais os objectivos desse trabalho, recolhendo, de seguida, toda a informação

arqueológica conhecida para essa mesma área. Não podemos ignorar que vários factores podem determinar os resultados de uma prospecção: o tempo e recursos disponíveis, as variações na visibilidade do terreno, determinadas pelas estações do ano, a facilidade ou não de aceder à área de estudo, os condicionamentos impostos pelos membros da equipa de trabalho, e o facto de que os vestígios de alguns períodos cronológicos são mais “visíveis” que outros. Todos estes factores têm de se considerar quando se define a metodologia de prospecção (Renfrew e Bahn, 2008: 77-79, Bicho, 2006: 90-91).

Definimos três objectivos para estas acções: o estudo de parte da via romana número XX que ligaria *Bracara Augusta* ao litoral e a um hipotético porto fluvial no rio Cávado; a confirmação do traçado das primeiras milhas da via XVI, que saía de *Bracara* em direcção a *Cale* e *Olisipo*; e a actual função da linha do cadastro romano que atravessa as freguesias de Trandeiras, Esporões, Arcos e Lomar.

Considerando as características do terreno – relevo muito acidentado – e o grau de urbanização das localidades mais próximas do núcleo urbano, assim como a divisão das propriedades rurais em parcelas pequenas, tivemos necessidade de adaptar a metodologia de prospecção.

Assim, para a realização da prospecção na via XX, também conhecida de via *per loca maritima* tendo como base a cartografia à escala 1:5000 e 1:25000, alguns traçados gerais propostos por outros investigadores (Almeida, 1968, Alarcão, 1988, Rodriguez Colmenero *et alii*, 2004, Carvalho, 2008), os sítios arqueológicos existentes e a toponímia, esboçamos um possível traçado a partir do Largo de Maximinos, sabendo que teria de passar pela Calçada da Naia (Nº12), sempre a sul do Monte das Caldas, em direcção a Porto Martim e Igreja de Martim, onde existiria uma provável *villa* (Almeida, 1972) ou uma *mansio* (Carvalho, 2008, II, 25).

Depois de definido o possível traçado partimos para o campo com fichas de registo para cada troço e fichas de registo fotográfico, GPS, pedómetro, carta militar à escala 1:25000 e carta à escala 1:5000, máquina fotográfica, colherim, sacos plásticos e etiquetas, escala, seta para indicar o Norte e quadro. Iniciámos o percurso que havíamos traçado previamente, registando o actual estado deste, calculando as distâncias percorridas, georreferenciando e fotografando cruzeiros e alminhas, que indicam muitas vezes locais de cruzamento entre vias, procurando elementos arquitectónicos reutilizados em muros de propriedade, habitações ou estruturas de apoio ou vestígios de pavimentos antigos.

Optámos por dividir o percurso por troços para melhor controlo, registo e contabilização da extensão percorrida. Cada troço tem a medida de uma milha romana, ou seja, cerca de 1480m. A contagem foi iniciada no local onde ficaria a porta Oeste da cidade romana, actualmente no cruzamento entre a Rua de S. Sebastião e a Rua Direita.

Inicialmente definimos que iríamos prospectar o traçado até ao final do concelho de Braga, não só devido à necessidade de limitar espacialmente a prospecção, mas também por estarmos condicionados temporalmente pelo período de duração deste estágio. Já durante a prospecção decidimos estender a área até ao final do troço número cinco, entrando no actual concelho de Barcelos.

Terminada a prospecção da via XX, inserimos todos os dados reunidos na base de dados que havíamos usado anteriormente.

Prosseguimos com os trabalhos de prospecção, procedendo à confirmação do traçado das primeiras milhas da via XVI. Para tal percorremos os dois traçados propostos, o primeiro saindo da porta oeste da cidade romana, o segundo pela porta sul, analisando os traçados, a morfologia do terreno e a toponímia.

A verificação da linha do cadastro romano a sul da cidade de Braga foi realizada igualmente com a observação e análise do terreno, procurando observar como se preservou esta linha até aos nossos dias, quer seja numa estrada, numa rua, numa divisão de terrenos ou propriedades.

Tendo cumprido os três objectivos para a segunda etapa deste estudo, faltava-nos apenas terminar o tratamento dos dados e proceder à sua análise.

Para tal, criámos um catálogo de todos os sítios arqueológicos<sup>3</sup> a partir dos dados inseridos na base de dados da UAUM (SIAUA), e realizámos um conjunto de cartogramas, em seguimento dos criados anteriormente, de modo a podermos visualizar e analisar esses mesmos dados na sua globalidade.

Estes mapas ou cartogramas tiveram como base a informação digital da rede hidrográfica à escala 1:25000 e da altimetria à escala 1:25000 do Instituto Geográfico do Exército (IGEOE). A informação introduzida na base de dados previamente criada foi importada para o software ArqGIS e, de acordo com o objectivo de cada mapa, seleccionaram-se os dados a apresentar e o modo como seria feita essa apresentação. Foram criados nove cartogramas. O primeiro faz o

---

<sup>3</sup> Este catálogo é apresentado a partir da página 88.

enquadramento da área de estudo, indicando os limites administrativos (Apêndice 5 - Mapa 1). O segundo apresenta todos os sítios arqueológicos desde o Neolítico à Idade Média (Apêndice 6 - Mapa 2). Os mapas 3 a 8 incluem todos os vestígios e indícios de ocupação humana para cada período cronológico: Neolítico (Apêndice 7 – Mapa 3), Calcolítico (Apêndice 8 – Mapa 4), Idade do Bronze (Apêndice 9 – Mapa 5), Idade do Ferro (Apêndice 10 – Mapa 6), Época Romana (Apêndice 11 – Mapa 7) e Idade Média (Apêndice 12 – Mapa 8). O nono mapa apresenta todos os topónimos recolhidos (Apêndice 13 – Mapa 9).

#### 4.2 Procedimentos utilizados na recolha, tratamento e análise de dados

Escolhido o território a estudar, iniciámos a pesquisa de toda a bibliografia e documentação disponível sobre os territórios em estudo. Foram feitas pesquisas nas seguintes entidades:

- Biblioteca Pública de Braga,
- Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva,
- Biblioteca da Universidade do Minho,
- Biblioteca da Unidade de Arqueologia,
- Biblioteca Nacional de Portugal,
- Biblioteca da Universidade de Évora,
- Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade do Porto,
- Biblioteca da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN),
- Base de dados do Instituto de Gestão do Património Arqueológico e Arquitetónico (IGESPAR) (Endovélico),
- Câmara Municipal de Braga (Plano Diretor Municipal e Gabinete de Arqueologia).

Relativamente à pesquisa de documentação histórica, foram consultados os seguintes documentos:

- *Liber Fidei* (Costa, 1965, Costa, 1978, Costa, 1990);
- Inquirições de 1220 (D. Afonso II);
- Inquirições de 1258 (D. Afonso III);
- *Corografia Portuguesa e descripçam topográfica do famoso reyno de Portugal* (Costa, 1709);

- *Corographia Moderna do Reino de Portugal* (Batista, 1875);
- *Geografia* de Estrabão<sup>4</sup>;
- *Notícias do arcebispado de Braga remetidas pelo bispo de Uranopolis (Bahia) à Academia Real de História Portuguesa*.

Também foram consultados documentos já publicados e analisados incluindo:

- Memórias Paroquiais de 1758 (Capela, 2003);
- Numeramento de 1528 (Dias, 1992, Daveau, 2001).

Todo a informação recolhida foi armazenada simultaneamente na base de dados da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (SIAUA) e num disco rígido de segurança.

Começamos por registar todos os sítios arqueológicos documentados na bibliografia específica – Martins 1990, Dinis 1993, Fontes 1993, Barbosa e Azevedo (2004/2005) e Carvalho 2008 - na base de dados da UAUM. Todos os sítios foram acompanhados por fotografias ou ilustrações, sempre que estas estivessem publicadas. Paralelamente, todos estes sítios foram registados em fichas de sítio individuais, realizadas em Word, semelhantes às da base de dados e organizadas por freguesia. Estas fichas incluem:

- número<sup>5</sup>,
- designação,
- localização,
- cronologia,
- descrição sumária,
- descrição,
- tipo,
- coordenadas,
- referências documentais (quando estas existem),
- observações.

---

<sup>4</sup> <http://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Roman/Texts/Strabo/home.html>

<sup>5</sup> O número introduzido nestas fichas corresponde ao número de ficha no catálogo.



Número	43
Designação	Pego
Localização	Freguesia de Cunha
Cronologia	Idade do Bronze, Idade Média, Moderna
Descrição sumária	Povoado e necrópole Idade do Bronze, Idade Média, Moderna
Descrição	A estação arqueológica do Pego é um sítio de pequenas dimensões, delimitado por uma paliçada que inclui uma necrópole de sepulturas planas, e uma área de presumíveis estruturas de carácter habitacional. A ocupação humana neste local remonta à Idade do Bronze, tendo surgido vestígios datáveis da Idade Moderna. Esta estação arqueológica foi descoberta aquando dos trabalhos de acompanhamento para a Rede Ferroviária Nacional. Os trabalhos de escavação começaram em 2003 sob a direcção de Sandra Salazar Ralha, tendo como objectivo identificar o perímetro do sítio. Entre 2004 e 2010, os trabalhos prosseguiram com Ana M. S. Bettencourt, António Dinis, Rui Barbosa e Carlos Cruz.
Tipo	Povoado; Necrópole.
Coordenadas	41°29'41"N, 08°30'10"W, alt. 140 a 150m CMP 1: 25000 f. 69
Observações	Barbosa <i>et al</i> (2008), Barbosa e Azevedo (2004/2005)

Figura 1: Exemplo de ficha de sítio.

O passo seguinte foi a leitura de bibliografia histórica e documentação que nos pudesse fornecer “pistas” ou indícios de povoamento para as freguesias em estudo. Cada novo dado nos indicava nova bibliografia, e após um processo relativamente longo, conseguimos recolher dados extremamente interessantes. Estes dados foram inseridos em fichas de indícios, igualmente divididas por freguesias. Mais tarde estes dados foram também inseridos na base de dados da UAUM. As fichas de indícios incluem:

- número,
- tipo (toponímia, achados isolados, referências documentais),
- a localização,
- descrição,
- observações.

Indício nº	2.2	
Tipo	Toponímia	
	Achados isolados	
	Referências Documentais	<i>Monasterium argentini</i>
Localização	Arentim	
Descrição	<p>Em diversos documentos aparecem referências ao mosteiro de Arentim e, mais tarde, a uma igreja possivelmente do século X ou XI.</p> <p><u>Costa, 1990 e Liber Fidei (Costa, 1965)</u>  <i>... in monasterio argintin...</i> e o seu abade <i>... de Argintim Aloitus abbas.</i>  <i>... Argentinum monasterium...</i>  Em 1128 aparece pela última vez a referência ao mosteiro.  Em 1188 aparece a primeira referência a Arentim e sua Igreja:  <i>... Arintim cum cauto suo et ecclesia ibidem constructa...</i></p> <p><u>Capela, 2003</u>  <i>A parochia está situada em o meio da freguezia, em o lugar do Assento ... Hé couza antiga esta igreja, dizem que foi dos Templários. (1758)</i></p> <p>Nas Inquirições de 1220 e 1258 não é referida a freguesia ou paróquia de Arentim. Já foram encontrados diversos vestígios materiais, embora descontextualizados. Ver ficha de sítio, Igreja Velha, Campo da Seara.</p>	
Observações	Costa, 1965. Costa, 1990. Capela, 2003.	

Figura 2: Exemplo de ficha de indício.

Também levantámos a toponímia disponível, realizando a recolha em cartografia, nomeadamente nas Cartas Militares de Portugal à escala 1:25000, nas versões resultantes dos trabalhos de campo de 1948 e 1995, nas Memórias Paroquiais de 1758 (Capela, 2003) e na Chorographia Moderna do Reino de Portugal (Batista, 1875). Os topónimos foram registados em quadros<sup>6</sup>, segundo o modelo utilizado por C. A. Brochado de Almeida (1996), incorporando ainda a sua evolução desde 1758 e o significado de cada topónimo.

Para melhor consulta e análise da informação optámos por dividir a toponímia em três categorias, utilizando como base a divisão feita por André Marques (2006). Este autor recolheu os “elementos de identificação” dos casais medievais, ou seja, todos os vocábulos associados a casal e que têm como função identificar cada unidade no que diz respeito à sua constituição própria (Marques, 2006: 118-120). Assim, adaptámos a divisão feita por este autor ao nosso estudo, alargando a escala de análise de elementos de identificação de um casal, para elementos de identificação de uma localidade, de um lugar ou de um sítio.

Podemos então distinguir três grupos de topónimos, ou seja, vocábulos que identificam um lugar ou localidade: antroponímico, toponímico e topográfico. No primeiro grupo,

<sup>6</sup> Estes quadros correspondem aos apêndices 1, 2, 3 e 4.

antroponímico, incluímos os topónimos derivados de antroponímicos latinos. No segundo grupo, toponímico, incluímos todos os vocábulos que identificam o lugar utilizando o nome próprio atribuído a essa unidade, como por exemplo castro ou torre. No terceiro grupo, topográfico, incluímos todos os topónimos que caracterizam o lugar ou a localidade referindo elementos da paisagem envolvente. Optámos por subdividir este grupo em dois subgrupos: topónimos ligados à agricultura e divisão de propriedades agrícolas, e topónimos ligados à distribuição de água e actividades associadas.

Tipo	Freguesia	Nº	Topónimo atual	1875 (Batista, 1875)	1758 (Capela, 2003)	Significado
Grupo I – Antroponímico	Arentim	0201	Arentim	Arentim	Arentim	Segundo José Pedro Machado poderia vir de <i>arentinus</i> , versão dialetal do latim <i>argentinus</i> , 'prateado', derivado de <i>argentum</i> , 'prata'¹. Segundo Leite de Vasconcelos o topónimo deriva de <i>[Villa] Arentini</i> , 'a quinta de Arentino'¹. Segundo J. Piel (1948: 174/175) corresponde a <i>Arentinus</i> (antroponímico) ou <i>Argentinus</i> .
		0202	Gondomar	Gondomar	Gondomar	Do baixo-latim <i>[Villa] Gundemari</i> , 'a quinta de Gundemaro'¹. J. Piel (1936: 159) afirma que a segunda parte deste nome vem de <i>marhs</i> cavalo.
	Aveleda	0301	Antoinha	Antoinha	Antoinha	Do antroponímico latino <i>Antonina</i> ¹.
		0302	Gondufe	Gundufe	Gondufe	Do baixo-latim <i>[Villa] Gundulfi</i> , 'a quinta de Gundulfo'¹ (Piel, 1936: 160).
	Cunha	0501	Frijão	Frijão		Do baixo-latim <i>[Villa] Frauiani</i> , 'a quinta de Frauja'¹. J. Piel (1936: 122) defende a origem do topónimo em <i>frison</i> ou <i>frizom</i> .
		0502	Gondomar	Gondomar	Gondomar	Do baixo-latim <i>[Villa] Gundemari</i> , 'a quinta de Gundemaro'¹. Joseph Piel (1936: 159) afirma que a segunda parte deste nome vem de <i>marhs</i> cavalo.
	Esporões	0701	Esporões	Esporões	Esporões	Do baixo-latim <i>[Villa] Asperonis</i> , 'a quinta de Áspero'¹. J. Piel (1948: 177) indica a raiz <i>Aspero</i> , <i>-onis</i> , afirmando existiram vários nomes de servos derivados de <i>Asper</i> .

Figura 3: Excerto da tabela de toponímia.

Reunidos todos os dados, partimos, em seguida, para a realização de três cartogramas:

- no primeiro registou-se o traçado das vias XVI e XX e das linhas do cadastro romano ainda identificáveis no território;
- no segundo georreferenciaram-se todos os sítios arqueológicos atribuindo diferentes cores a diferentes cronologias e um número de código;
- no terceiro inseriram-se os indícios na sua localização aproximada diferenciando-os, novamente, com cores diferentes para cada tipo, e definiram-se manchas de concentração de sítios e indícios.

Estes mapas foram realizados manualmente em papel vegetal sobre as Cartas Militares de Portugal escala 1:25000, nº 69 e 70, e criados com o objectivo de facilitar a análise dos dados recolhidos, servindo como ensaio para os cartogramas criados, posteriormente, em formato digital.

A segunda etapa deste trabalho incluiu a realização de prospecções no traçado da via romana número XX. Durante o trabalho de campo os dados foram introduzidos em fichas de registo individuais para cada troço em fichas de registo fotográfico, segundo o modelo utilizado por H. Carvalho (2008). Optámos por adoptar o modelo de registo utilizado em prospecções de vias anteriores, nomeadamente da via XVII, por este ser bastante completo e já ter sido implantado, não vendo razão para criar outro modelo. Visto não se conhecerem miliários para esta via, ou não saber o local exacto onde começaria a milha 0, optámos por não utilizar a designação milha, substituindo-a por troço.

As fichas de registo incluem:

- localização do troço, com coordenadas e localização administrativa,
- estado de conservação do percurso,
- descrição geral,
- indicação de locais com calçada,
- muros de suporte,
- marcas de rodadas de carro,
- largura média da via,
- vestígios de cerâmica,
- locais com pedreiras,
- visibilidade entre “milhas”,
- caracterização do ambiente biológico envolvente.

**VIA XX**

Milha nº 4

Localização		
Lugar _____	CM <u>30</u>	
Freguesia <u>Maximinos</u>	Concelho <u>Braga</u>	Distrito <u>Braga</u>
Alt. _____		Coordenadas Geográficas UTM <u>543322E / 4599599N</u> ou <u>546236E / 4598302N</u>

1. Comprimento da milha em metros: 1512 metros

2. Marcos militários existentes: 0  
Epígrafe (s) ☐ Sem inscrição ☐

3. Estado de conservação do percurso:  
Até à Calçada da Dama apenas se conserva o perfil traçado da via. Aos 4515 pés inicia-se um troço de calçada bem conservada.

4. Descrição geral do percurso:  
Trata-se de um percurso em Zua Direita com a Rua de S. Sebastião, seguindo para sul em direção ao Largo de Maximinos, depois pela Rua Paços Velhos e, virando para Oeste pela Rua da Dama, p. sendo pela Escola Secundária de Maximinos. Seguinte para Oeste pela Calçada da Dama, terminando no tanque da estação.

5. Locais com calçada:  
Aos 4515 pés, na Calçada da Dama, inicia-se um troço de calçada com 1106 pés (337m) de extensão, distribuídos entre a milha 1 e a milha 2. Termina a 485 pés - 148m.

Figura 4: Ficha de registo de milha (parte 1).

6. Muros de suporte: \_\_\_\_\_

7. Marcas de rodadas de carro:  
Nel feita nº 0231, 0235, 0234, 0292.

8. Largura média da via:  
Curvas 2,5m Rectas 2,5m

9. Vestígios de cerâmica: \_\_\_\_\_

10. Locais com pedreiras: \_\_\_\_\_

11. Vistas panorâmicas: \_\_\_\_\_

12. Visibilidade entre milhas:  
Não exist visibilidade

13. Ambiente biológico envolvente:  
O percurso do troço está incluído no perímetro urbano actual cidade de Braga. A partir da estatua calçada da Dama, o rio desenvolve-se entre campos agrícolas e zonas de áreas envaso.

Observações: \_\_\_\_\_

Operador: Joana Ferreira Data: 22 Maio 2012

Figura 5: Ficha de registo de milha (parte 2).

As coordenadas foram determinadas recorrendo a um dispositivo de GPS, no sistema UTM. O traçado foi sendo registado na Carta Militar de Portugal número 70 (Escala 1:25000) e na Carta do concelho de Braga números 9, 13 e 14 (escala 1:5000).

A contagem das milhas foi realizada em passos recorrendo ao uso de um pedómetro.

Nas fichas de registo fotográfico registámos cada fotografia tirada indicando:

- data,
- número da foto,
- localização,
- coordenadas,
- descrição do que foi fotografado,
- orientação da fotografia,
- autor.

#### FICHA DE REGISTO FOTOGRÁFICO

Prospecção Via XX - 2012

Máquina Canon 550D

Data	Nº foto	Localização	Coordenadas	Descrição	Orientação	Autor
23/13	8791	Rua Direita,	547301	Rua Direita	NE/SO	Joana Figueira
	8792	Maximinos	4599389			
23/3	8793	Rotunda Maximinos	547301	Rotunda, Largo de Maximinos	NE/SO	Joana Figueira
			4599389			
23/3	8794	Igreja, Maximinos	547301	Igreja s. Pedro de Maximinos	NE/SO	Joana Figueira
	8796		4599389			
23/3	8797	Rua Padre Cruz	547277	Rua Padre Cruz	NE/SO	Joana Figueira
	8799		4599367			
23/3	8800	Rua Padre Cruz	547425	Rua Padre Cruz	NE/SO	Joana Figueira
			4599189			
23/3	8801	Entroncamento	546968	Entroncamento Rua Padre Cruz	NE/SO	Joana Figueira
	8802	Rua Padre Cruz /	4599037	e Rua da Naia		
		Rua da Naia	546883			
23/3	8803	Rua da Naia	4598998	Rua da Naia	E/O	Joana Figueira
	8812					
23/3	8813	Alminhas, Naia	546579	Alminhas na Rua da Naia /	E/O	Joana Figueira
			4598946	Travessa da Naia		

Figura 6: Ficha de registo de fotográfico.

As fotografias de pormenor – estruturas, elementos, início de cada milha – foram tiradas com quadro informativo, escala e seta indicando o norte.

Terminado o trabalho no terreno, os dados recolhidos foram sistematizados e introduzidos na base de dados já criada. Optamos por introduzir cada milha separadamente, para facilitar a organização e consulta da informação. A proposta de traçado da via foi posteriormente incluída nos mapas de povoamento criados.

Na verificação do traçado da Via XVI não elaborámos fichas individuais de descrição de milhas, ao contrário do que fizemos com a Via XX. Optámos por efectuar uma descrição dos dois traçados, e por fazer o seu registo fotográfico recorrendo às fichas criadas para o efeito.

Por sua vez, a verificação da linha do cadastro incluiu a descrição da actual função desta, bem como o seu registo fotográfico detalhado.

Optámos por não introduzir na base de dados as informações recolhidas na verificação do traçado da Via XVI e da linha do cadastro romano, descrevendo-as apenas no relatório final.





## **Parte II: Análise do povoamento do vale do rio Este**



## **1 Caracterização do povoamento do vale do rio Este**

Considerando o conjunto dos sítios arqueológicos abrangidos pelo nosso estudo e observando a distribuição dos mesmos, podemos afirmar que existem diferentes concentrações de sítios arqueológicos, que variam de acordo com a sua localização em relação à topografia e à rede hidrográfica.

As zonas mais próximas das linhas de água, nomeadamente os vales dos rios Este e Veiga, e o topo das elevações mais destacadas, são os territórios que apresentam uma maior densidade de vestígios de ocupação.

Esta concentração de evidências arqueológicas no vale, como é observável no Mapa 2 (Apêndice 6), poderá justificar-se pelo fácil acesso aos recursos hídricos, bem como pela fertilidade agrícola dos seus solos. Nestes vales concentram-se, especialmente, vestígios de ocupação de época romana e medieval, como são exemplos os sítios arqueológicos de Pipe (Nº32), Carcavelos (Nº40) ou Igreja de Esporões (Nº25) para a primeira, e Igreja Velha, Campo da Seara (Nº50) e Assento, Igreja Velha (Nº16) para a segunda.

Por outro lado, as elevações mais significativas da região são preferidas pela sua localização estratégica no território, permitindo ao mesmo tempo controlá-lo visualmente e explorar os recursos dos vales adjacentes. O Monte Redondo (Nº52), o Monte das Caldas (Nº11), o Monte da Falperra (Nº20) e o Castro das Lages (Nº36), colocados nas quatro elevações mais destacadas no território em estudo, são exemplos desta preferência.

No sentido de aumentar o pormenor da escala de análise foi possível constatar que, dentro dos vales e elevações, algumas zonas apresentam, claramente, maior concentração de vestígios arqueológicos. Trata-se de áreas de pequena dimensão, onde se concentram vestígios de épocas e tipologias distintas.

Esta concentração poderá ser, no nosso ponto de vista, considerada e analisada por dois ângulos distintos.

Em primeiro lugar, pode-se verificar que a descoberta de um sítio arqueológico, e posterior escavação e interpretação, levam, muito frequentemente, ao estudo da área envolvente.

Da análise destas áreas envolventes pode, eventualmente, resultar a identificação de novos vestígios de ocupação, cuja cronologia e tipologia poderão ser diversificadas ou não.

Referimo-nos, por exemplo, ao caso do povoado da Idade do Bronze, Pego (Nº43), na freguesia de Cunha. Tal como se pode observar no Mapa 2 (Apêndice 6), nos terrenos próximos a este sítio arqueológico foram identificados mais quatro locais com vestígios de ocupação datados do Neolítico Médio/Final (Espinheiral I, nº 46), Idade do Bronze (Frijão II, nº42), Idade do Ferro (Frijão I, nº44) e período Romano (Espinheiral II, nº47). Assim sendo, a concentração destes vestígios poderá ser resultado do estudo da área que circunda o povoado do Pego, e não o reflexo de uma ocupação intensa, particular a este território.

Em segundo lugar, não se pode descurar a possibilidade de que a concentração de vestígios em áreas de pequena dimensão será, simplesmente, a prova de que o local foi intensamente ocupado desde a pré-história recente.

Tal fenómeno verifica-se no conjunto dos sítios arqueológicos de Esporões – Igreja de Esporões (Nº25), Marinhais (Nº27), Covelinhos (Nº26), Largo do Pombalinho (Nº21) e Monte da Falperra (Nº20) –, disperso pela encosta sudoeste do Monte de Santa Marta, como se pode observar no Mapa 2 (Apêndice 6). A ocupação humana deste território, pelo menos desde o Calcolítico, tem sido admitida por diversos autores e, segundo estes, sustentada pelos diversos vestígios arqueológicos identificados nesta área. Entre os autores que se referem à ocupação do Monte da Falperra contam-se M. Martins (1990), A. Dinis (1993), A. Bettencourt (1999) e H. Carvalho (2008).

Propomo-nos, em seguida, analisar o conjunto de vestígios de ocupação humana abrangidos pelo nosso estudo, segundo o período cronológico em que se inserem. Também faremos referência aos dados recolhidos no levantamento de toponímia e na pesquisa documental, integrando-os ou cruzando-os com as informações fornecidas pelas fontes arqueológicas.

Os sítios arqueológicos com ocupação mais antiga datam do Neolítico Médio/Final, e como podemos confirmar no Mapa 3 (Apêndice 7), são ambos monumentos megalíticos de

enterramento, conhecidos como mamoaas ou monumentos sob *tumulus*: a Mamoa de Lamas (Nº31) e o Espinheiral I (Nº46), em Cunha. Ambos estão localizados nas zonas mais baixas do vale, o primeiro junto ao rio Guisande e o segundo junto ao rio Este. Destes dois sítios apenas o primeiro foi escavado, encontrando-se atualmente musealizado.

Estas duas mamoaas integram-se no numeroso conjunto de monumentos megalíticos disseminados por todo o vale do rio Ave, ora nas veigas de baixa altitude, ora nos planaltos do interior (Dinis, 1993: 108).

O povoado dos Covelinhos (Nº26), situado na encosta Oeste do Monte da Falperra, em Esporões (Mapa 4, Apêndice 8), apresenta vestígios datáveis do Calcolítico. À semelhança dos restantes povoados calcolíticos do vale do Ave (Dinis, 1993: 109), foram identificados no povoado dos Covelinhos diversos fragmentos de cerâmica tipo “penha”.

Os dados que possuímos para o período cronológico que compreende o Neolítico Médio/Final e o Calcolítico, são reduzidos e, como tal, insuficientes para avaliar as características do povoamento na região estudada durante esta época.

Os sítios ocupados durante a Idade do Bronze incluem Frijão I (Cunha), Pego (Cunha), Bandeira (Tebosa), Quinta das Rosas (Priscos), S. Bento (Vimieiro), Outeiro de Chascos (Fradelos), Penedo da Cruz (Sequeira) e Castro das Lages (Figueiredo).

Estes sítios concentram-se quase exclusivamente no vale do rio Este, como podemos observar no Mapa 5 (Apêndice 9). Nenhum deles apresenta vestígios de ocupação anterior, e apenas o povoado do Pego apresenta vestígios de ocupação posterior. Todos os sítios estão descritos como sendo povoados, exceto S. Bento, que foi classificado como habitat, e Pego, que é simultaneamente um povoado e uma necrópole.

Deste conjunto, apenas o povoado/necrópole do Pego (Nº43) foi escavado e publicado. Como tal, dos restantes sítios conhecemos apenas as estruturas identificadas à superfície, a sua cronologia dada pelos materiais recolhidos, e a sua tipologia determinada pela localização e estruturas identificadas.

Considerando todos os dados reunidos sobre os sítios arqueológicos integráveis na Idade do Bronze, perguntámo-nos se a concentração, quase exclusiva, destes vestígios no vale do Este se deve aos interesses da investigação, que se centrou até agora nesta região, ou à preferência das comunidades da Idade do Bronze pelo território.

Face aos dados de que dispomos, podemos afirmar que o povoamento na bacia hidrográfica do rio Este na Idade do Bronze é intensivo e concentrado sobretudo no vale do mesmo rio.

Os povoados encontram-se implantados no topo de elevações ou remates de esporão, com altitude entre 140 e 305 m. O Castro das Lages (Nº36) destaca-se claramente no grupo, estando situado num esporão a 305m de altitude, a partir do qual poderia controlar visualmente todo o território envolvente, e explorar os vales do rio Guisande a Nascente e do rio Este a Norte e a Poente. O sítio de Bandeira (Nº49) ocupa o ponto central e encosta Norte do Monte Talégrafo (270m de altitude), elevação destacada na paisagem, que separa o vale do rio Este do vale do rio Guisande, seu afluente.

No vale do Ave, encontramos povoados igualmente situados em locais com condições de defesa naturais, como são exemplos a Cividade de Terroso, Póvoa de Varzim e Castro de Penices, Vila Nova de Famalicão (Dinis, 1993: 113).

Os restantes sítios arqueológicos – Frijão I, Pego, Quinta das Rosas, S. Bento, Outeiro de Chascos e Penedo da Cruz – estão implantados em elevações entre os 140 e os 248m de altitude, muito perto dos cursos de água principais. A sua localização privilegiada em pontos destacados na paisagem, permitiria a exploração dos recursos do vale.

Os vestígios identificados não sugerem que estes sítios tenham sido continuamente ocupados depois da Idade do Bronze, pois não foram encontradas evidências de ocupação durante a Idade do Ferro ou época romana. Este facto poderá sugerir que estes sítios seriam povoados secundários, ligados à exploração agrícola, e ocupados num curto espaço de tempo.

As características destes sítios encaixam na categorização de povoados de média ou curta duração, defendida por A. Bettencourt (1999) para o vale do Cávado. Estes povoados não evidenciam vestígios de ocupação em fases posteriores e estariam relacionados com a ocupação de espaços no vale ou colinas, dedicando-se à exploração agrícola e com fácil acesso a recursos hídricos, florestais e mineiros. O carácter temporário destes povoados explicar-se-ia pelo rápido esgotamento dos solos do vale, provocando o seu abandono e substituição. No referido vale, os povoados de Pedroso e Vasconcelos, são exemplos deste tipo de assentamentos.

Relativamente ao período cronológico da Idade do Ferro, estão identificados quatro povoados fortificados: Monte Redondo (Guisande), Crasto Priscos (Priscos), Monte da Falperra (Esporões) e Monte das Caldas (Sequeira/Gondizalves).

Os povoados do Monte Redondo, Monte da Falperra e Monte das Caldas são, sem dúvida, os mais estudados e conhecidos, apresentando vestígios de ocupação que se estendem até ao período romano.

O povoado do Monte Redondo (Nº52) foi escavado nos últimos anos do século XIX por Albano Belino (Bellino, 1909). Estes trabalhos evidenciaram a existência de três linhas de muralha, a maior com cerca de 1000m de diâmetro, diversas estruturas habitacionais, tanto de forma circular com rectangular, arruamentos e canalizações. Os vestígios encontrados sugerem uma ocupação intensa deste povoado durante a época romana.

O mesmo acontece no Monte da Falperra (Nº20). Este sítio é conhecido desde, pelo menos, o século XVIII, tendo sido sujeito a várias intervenções arqueológicas que evidenciam uma ocupação que remonta ao final da Idade do Bronze, e se estende pela Idade do Ferro e época romana, até à Alta Idade Média. Da Idade do Ferro foram identificadas, até à actualidade, duas linhas de muralhas.

O povoado fortificado do Monte das Caldas (Nº11), apesar de nunca ter sido escavado, apresenta vestígios que evidenciam a continuidade da sua ocupação até à época romana. A vegetação rasteira e pouco abundante e os solos finos que caracterizam este monte, permitem observar três linhas de muralha que criam plataformas distintas com construções circulares e rectangulares, e onde se recolhem fragmentos de cerâmica doméstica e de construção cronologicamente integráveis na Idade do Ferro e na época Romana.

No lugar do Crasto, em Priscos, foi identificado, num remate de esporão sobranceiro ao rio Este, um povoado (Nº39). No terreno é possível observar taludes actualmente cobertos com vegetação onde foram recolhidos fragmentos cerâmicos cronologicamente integráveis na Idade do Ferro.

Os vestígios encontrados no sítio da Igreja Velha, Arentim (Nº50) correspondem a um elemento arquitetónico que poderá pertencer ou à Idade do Ferro (Barbosa 2004/2005, Barroca 1990), ou à Alta Idade Média (Nunes *et al.* 1981), com inspiração nos motivos da anterior. Trata-se de um lintel com 1,90m de comprimento, decorado com motivos tradicionalmente enquadrados na Idade do Ferro e que foi recolhido juntamente com diversos elementos arquitectónicos dos séculos X e XI, encontrados nas imediações da igreja velha de Arentim.

Em Cunha, o Frijão II (Nº44) corresponde a um conjunto de fragmentos de cerâmica de fabrico micáceo, integráveis na Idade do Ferro, conjugado ainda com moinhos manuais e utensílios em seixos rolados.

Por último, em Maximinos, já muito perto do perímetro da futura cidade romana, foi encontrado, estudado e musealizado o balneário Pré-romano da Estação (Nº1).

Considerando o conjunto de dados recolhidos para a Idade do Ferro podemos afirmar que o povoamento no vale do Este, neste período, concentra-se principalmente nas elevações mais altas do território, tal como podemos conferir no Mapa 6 (Apêndice 10). Dos sítios anteriormente apresentados, os três grandes povoados fortificados de Monte Redondo, Caldas e Falperra destacam-se claramente pela sua dimensão, pelo seu conjunto de estruturas defensivas, pela sua localização no território, e pela continuidade de ocupação pelo menos até à época romana.

O povoado do Monte Redondo situa-se num remate de esporão voltado a Norte para o vale do rio da Veiga, a 427m de altitude. Na plataforma superior do povoado observa-se facilmente todo o território envolvente, até ao Monte da Falperra, a mais de seis quilómetros de distância. O rio da Veiga, a Nordeste, e o rio Guisande, a Oeste tornam os terrenos que circundam o Monte Redondo ou de S. Mamede muito férteis, exponenciando os recursos disponíveis aos habitantes do povoado.

O Monte das Caldas situa-se num elevação que se ergue entre o vale do rio Este (a Sul) e o vale do rio Cávado (a Norte), a 304 m de altitude, dominando a paisagem circundante. Trata-se de um monte com reduzida vegetação, coberto de afloramentos rochosos à superfície, e com solos de pouca espessura nas vertentes.

O Monte da Falperra ou Santa Marta das Cortiças destaca-se claramente na paisagem pela sua localização num remate de esporão a 563m de altitude, posição que lhe permite controlar visualmente o vale do rio Este e o vale do rio da Veiga, a Oeste e a Sul respectivamente.

No vale do Ave, segundo A. Dinis (1993), são vários os povoados que, como os três acima referidos, ocupam o topo ou periferia de elevações de média ou baixa altitude, bem destacadas na paisagem e com uma extensa área controlável visualmente. Entre estes contam-se, por exemplo, a Cividade de Terroso, Póvoa de Varzim e o Monte da Saia, Barcelos.



No vale do Cávado, M. Martins (1990) dá como exemplos de povoados de grandes dimensões, destacados na paisagem e com grande aparato defensivo, o povoado de Eiras Velhas, Braga e o de S. Julião, Vila Verde.

O povoado do Crasto situa-se a cerca de 400m do rio Este, num pequeno outeiro a 165m de altitude. Os castros de Retorta ou Ferreiró, em Vila do Conde, são exemplos de povoados do vale do Ave, igualmente situados em montes de baixa altitude e sobranceiros aos rios, com grande acessibilidade a zonas agrícolas situadas junto a estes mesmos rios (Dinis, 1993: 164).

Por sua vez, no vale do Cávado, encontramos também este tipo de povoados implantados em outeiros de baixa altitude e/ou nos vales, com pequenas dimensões e uma linha de muralha ou um fosso. São exemplos os povoados de S. Sebastião, em Vila Verde e Santa Iria, na Póvoa de Lanhoso (Martins, 1990: 209).

O Frijão II situa-se a baixa altitude (140m) junto ao vale da Levegada. A escassez dos dados conhecidos para este sítio não permitem, actualmente, considerar/analisar a sua posição no quadro do povoamento da Idade do Ferro.

O período cronológico com maior número de sítios identificados é sem dúvida o romano. Não podemos esquecer o facto de que neste território se situava a capital do *Conventus Bracarensis*, *Bracara Augusta*.

Analisando os dados de que dispomos para a época romana, verifica-se uma maior concentração de vestígios ao longo da via XVI (*Bracara Augusta – Cale*), que atravessaria o vale do rio da Veiga, conhecido como veiga do Penso, e nos limites da cidade de *Bracara Augusta*, como podemos observar no Mapa 7 (Apêndice 11).

Junto aos limites da cidade romana, no exterior da muralha, na atual freguesia de Maximinos, foi identificada uma necrópole (Nº9). Esta foi descoberta junto à provável saída das vias XVI e XX e terá sido utilizada entre a primeira metade do século I e os inícios do século IV (Martins e Delgado, 1989).

Junto a esta, foi identificado um anfiteatro romano (Nº7) recorrendo a dados documentais, arqueológicos e cartográficos (Morais, 2001). Este edifício situa-se exactamente em frente à porta Oeste da cidade romana, no cruzamento das atuais Rua de S. Sebastião e Rua Direita.

No decorrer da nossa investigação encontramos no documento *Notícias do Arcebispado de Braga remetidas pelo bispo de Uranópolis (Bahia, Brasil) à Academia Real de Historia Portuguesa*, descrições de vários elementos arquitectónicos de época romana, que terão sido

visíveis ainda no século XVII. Entre estes contam-se colunas, miliários, capitéis e inscrições funerárias descritas no documento. Aqui faz-se também referência ao anfiteatro de *Bracara Augusta*<sup>1</sup>.

Ao longo do possível traçado da via XVI, desde a saída da cidade de *Bracara Augusta* e atravessando o vale do rio da Veiga, seguem-se vários sítios cronologicamente integráveis em época romana. São estes a Igreja velha de Lomar, Agrinha (Nogueira), Igreja de Esporões, Pipe (Figueiredo), Casal da Vila (Figueiredo) e Carcavelos (Penso S. Vicente).

A Via XVI fazia a ligação entre *Bracara Augusta* e *Olisipo*, percorrendo a Lusitânia pela zona ocidental do atual território português. O troço *Bracara – Cale* está incluído neste itinerário, mas pode considerar-se uma verdadeira via, com uma contagem de milhas contínua a partir de *Bracara Augusta* (Carvalho, 2008; Mantas, 2000). O itinerário de Antonino refere uma extensão de 35 milhas entre *Bracara* e *Cale* (Parthey e Pinder, 1848).

A proposta de Vasco Mantas (1996) da saída da via pelo lado oeste da cidade romana, pela porta da atual Rua Direita, tem sido questionada por vários investigadores (Lemos, 2002, Rodriguez Colmenero, Ferrer Sierra e Álvarez Asorey, 2004), sugerindo estes uma saída pela porta sul da cidade, próxima da atual Rua dos Pelames ou de S. Geraldo. Helena Carvalho (2008) assume, no seguimento da proposta de F. S. Lemos (2002), a possibilidade de a via poder ter duas saídas que depois se encontrariam fora da cidade. Rodriguez Colmenero, Ferrer Sierra e Álvarez Asorey (2004) defendem igualmente a saída pela Rua de S. Sebastião e Rua Direita, vencendo o rio Este na Ponte Pedrinha, Lomar.

Pelo contrário, Francisco Sande Lemos (2002) considera que esta via sairia pela porte sul, na Rua de S. Geraldo, visto ter sido encontrado no antigo colégio de S. Paulo, muito perto desta porta, um miliário de Adriano com a indicação de XXXV milhas a *Cale*.

De modo a compreender melhor a articulação entre a via XVI e as estruturas de época romana que se encontram ao longo do seu percurso, realizamos no decorrer deste trabalho saídas de campo onde observámos, no terreno, os diferentes traçados propostos para a saída desta via da cidade de Braga. Considerámos então ter reunido dados suficientes que nos permitem partilhar da opinião defendida por Vasco Mantas (1996) e Helena Carvalho (2008). A saída da Via XVI da cidade de Braga seria feita pela mesma porta da via XX, no cruzamento entre a Rua de S. Sebastião e a Rua Direita, passando pelo Largo de Maximinos, junto ao qual foi

---

<sup>1</sup> Notícias do Arcebispado de Braga remetidas pelo bispo de Uranópolis (Bahia, Brasil) à Academia Real de Historia Portuguesa, p.11.

encontrada a necrópole romana de Maximinos, e onde se situaria o anfiteatro de *Bracara Augusta*<sup>2</sup>.

A via seguiria a partir daí pela Rua Peão da Meia Laranja, Rua Felicíssimo Campos e Rua da Ponte Pedrinha, atravessando o rio Este e sobre o qual existiria uma ponte em alvenaria, há séculos desaparecida, mas várias vezes referida em fontes documentais (Topónimo n.º1401, Apêndice 2). Continuaría pela Rua Dr. José Azevedo Ferreira, Largo de S. Pedro, Rua Domingos José Ferreira Braga. Já na freguesia de Arcos seguiria pela Rua do Ventoso, Rua da Capela, Rua da Cachada e Rua da Quinta.

Considerámos o traçado que atravessaria a freguesia de Nogueira, proposto por F. Sande Lemos (2002) pouco provável, devido à necessidade de circundar o Monte Picoto para ter acesso ao vale do rio da Veiga<sup>3</sup>. A passagem por estes terrenos implicaria ultrapassar uma elevação de cerca de 230m de altitude, o que implicaria um empreendimento maior na construção da via. Assim, concordamos com a hipótese colocada por V. Mantas (2000) e seguida por H. Carvalho (2008). A via passaria pelo vale a sudoeste da cidade em direcção à zona conhecida como Veiga do Penso. Todavia, tal como estes autores, não podemos descurar a possibilidade de existir uma outra saída, encontrando-se ambas a sul da cidade, na actual freguesia de Arcos.

Do conjunto de sítios arqueológicos situados ao longo desta via, nenhum foi alvo de escavações ou de estudos específicos e, como tal, todos os dados que dispomos sobre eles foram recolhidos apenas na sua identificação e classificação.

Nos terrenos que circundam a Igreja velha de Lomar (N.º16), a Oeste do provável eixo de circulação da via XVI, foram recolhidos diversos materiais de construção, sendo atribuído a este local a proveniência de um miliário e de duas inscrições funerárias.

Na Igreja de Esporões (N.º25), no sopé do monte de Santa Marta da Falperra, foram recolhidos uma ara e uma estela, tendo esta última sido interpretada como um limite de propriedade (Santos *et alii*, 1983: 186-187).

No lugar de Pipe (N.º32), em Figueiredo foi encontrado, no século XIX, um conjunto de 50 kg de moedas romanas, desconhecendo-se o seu actual paradeiro. Próximo deste lugar, em Casal da Vila (N.º33), foi identificado um possível casal rural romano em pleno vale do rio da Veiga. No

<sup>2</sup> Podemos observar este traçado no Mapa 7 (Via XVI – Traçado 1.)

<sup>3</sup> Traçado observável no Mapa 7 (Via XVI – Traçado 2.).

mesmo vale, a algumas centenas de metros a oeste, foram encontrados diversos fragmentos cerâmicos datáveis da época romana (Lamas, nº34).

Na quinta de Carcavelos (Nº40) foram identificados vestígios de construções circulares e fragmentos de tijolo e telha, sendo ainda visível, através de fotografia aérea, a existência de muros nos terrenos na quinta.

Para Agrinha (Nº17) está referenciada a identificação de fragmentos de *tegulae* e tijolo, embora L. Fontes (1993) não tenha identificado vestígios que confirmassem a existência de uma ocupação antiga do local.

O povoado de Monte Redondo (Nº 52) apresenta vestígios de ocupação intensa durante a época romana, o que se justificará pela localização do povoado junta à passagem entre o vale do rio da Veiga e o vale do rio Pelhe, por onde passaria a via romana com destino a *Cale*.

Enquadrado na análise do povoamento romano no vale do Este, considerámos importante incluir no nosso estudo a verificação de uma das linhas mais importantes do cadastro romano do território de *Bracara Augusta*, identificada por H. Carvalho (2008).

Esta linha, com orientação Sudeste/Noroeste, atravessa todo o território em torno de *Bracara Augusta*, e no troço a sul da cidade “fossilizou-se” nas atuais freguesias de Lomar, Arcos, Esporões e Trandeiras. Passando pelo sopé do Monte de Santa Marta, prolonga-se pelo vale conhecido como veiga do Penso.

O primeiro troço desta linha do cadastro pode observar-se no centro da freguesia de Lomar, no cruzamento entre a Rua Dr. José Azevedo Ferreira e o Largo de S. Pedro. Esta linha corresponderia também a um troço da Via XVI (*Bracara – Cale – Olisipo*).

Conseguimos observar mais vestígios de alinhamento através das linhas de divisão de propriedades na freguesia de Arcos, visíveis nas cartas à escala 1:5000, mas que atualmente são pouco visíveis entre urbanizações e novas estradas.

Em Esporões a linha do cadastro coincide com o quilómetro 95 da Estrada Nacional 101, que liga Braga a Guimarães, passando a 100 metros a sul da Igreja de Esporões, onde foi encontrado um limite de propriedade, entre outros vestígios arqueológicos romanos. Entre Trandeiras e Esporões, a linha do cadastro corresponde atualmente à segunda metade do quilómetro 96 da Estrada Nacional 101. A linha perde-se temporariamente entre estes dois troços, estando a área atualmente urbanizada, e sendo, como tal, impossível encontrar vestígios do cadastro.

Esta linha de cadastro, que também é observável a norte da cidade, acompanha, a sul, a via XVI no início do seu percurso.

Ao longo da via XX, ou via *per loca marítima*, da qual tratamos detalhadamente na Parte III, são conhecidos um sítio com ocupação romana e dois achados isolados. Tratam-se do Monte de S. Gregório (Nº10), Esperança (Nº8), e Gondizalves (Nº14).

No Monte de S. Gregório (Nº10), situado a sudoeste de Braga, foram recolhidos diversos fragmentos de cerâmica, tijolo e tégula integráveis no período de ocupação romana. Foram ainda identificados taludes nas vertentes deste outeiro.

Os vestígios encontrados em Esperança (Nº8) consistiriam numa massa de fragmentos de tijolos carbonizados encontrados numa fossa aberta no solo. Estes foram destruídos antes de serem observados por arqueólogos, sendo a sua descrição feita pelo pároco local (Fontes, 1993).

O Monte das Caldas (Nº11) apresenta vestígios de ocupação até à época romana, sendo a dimensão desta ocupação desconhecida face à falta de estudos sobre este povoado.

Aquando da prospecção realizada no âmbito deste estudo na via *per loca marítima* foi identificado junto à EN103 um silhar romano proveniente da cidade de Braga<sup>4</sup>, e reaproveitado na construção de uma capela privada (Nº14).

De notar o facto de que na Idade Média ainda era utilizado o traçado daquela via, como atestam os sítios Calçada da Naia (Nº12) e Estrada velha (Nº13), mantendo-se em utilização, embora reduzida, até aos nossos dias. Assim sendo, o acesso ao litoral a partir do local onde se situa actualmente a cidade de Braga será feito pelo mesmo caminho, muito provavelmente, desde finais da Idade do Ferro.

Fora do percurso das vias, mais precisamente no vale do rio Este, encontraram-se apenas três locais com achados isolados: fragmentos de cerâmica doméstica e construção no Espinheiral II (Nº46) e S. Bento II (Nº28) e um forno em Estação (Nº45). Na Igreja Velha de Arentim (Nº50) são observáveis fragmentos de materiais cerâmicos de utilização doméstica e de construção.

---

<sup>4</sup> Durante a prospecção da via XX, realizada por nós em Abril/Maio de 2012, foi-nos esclarecido pelo proprietário e construtor da capela, que este silhar foi trazido por ele da cidade de Braga. Nas décadas de 1950/1960, verificou-se um grande aumento de construção em Braga, e foi nestes trabalhos que foram recolhidas inúmeras pedras talhadas, entre as quais estavam incluídas silhares semelhantes a este. Segundo o Sr. Baptista, sendo ele um pedreiro muito conhecido na área, foram-lhe entregues estas pedras, que tem recolhidas nas suas propriedades.

Analisando o conjunto dos dados que temos disponíveis verificamos que todos os sítios arqueológicos ocupados durante a época romana se situam no vale, com a excepção dos povoados fortificados ocupados desde a Idade do Ferro, designadamente o Monte da Falperra, Monte das Caldas e Monte Redondo, que se situam no topo das elevações mais altas do território.

Há uma clara concentração de vestígios de ocupação junto ao traçado das vias romanas, com maior incidência, sem qualquer dúvida, no vale do rio da Veiga (veiga do Penso) por onde passaria a via XVI (*Bracara Augusta – Cale*). Tal concentração poderá ser justificada pelo facto de a rede viária romana funcionar como a coluna vertebral da hierarquia de povoamento, surgindo aglomerados populacionais com mercados regulares onde se realizavam trocas regionais e inter-regionais (Martins, 2009: 240).

Não podemos ignorar também o facto de que o vale do rio da Veiga possui terrenos muito férteis e bem irrigados, propícios à actividade agrícola, e como tal pontos de atracção para a fixação de populações.

Como resultado do levantamento de toponímia que realizámos, podemos verificar uma concentração de topónimos relacionados com a divisão de terrenos agrícolas – quinta, agra, vinha, vila, casal –, com a agricultura – granjas, azinhais, pereira, carvalhal, bouça, nogueiras –, e com os recursos hídricos e estruturas associadas – poços, azenha, fontela, fervença –, na área conhecida como veiga do Penso, tal como se pode observar no Apêndice 3 e 4.

A abundância e concentração destes topónimos ao longo da via XVI, conjugados com os vestígios arqueológicos conhecidos nesta área (Pipe, Lamas, Casal da Vila, Carcavelos e Igreja, Esporões), poderiam sugerir a existência de estruturas de época romana neste território. No entanto, a ausência de uma quantidade mais significativa de vestígios materiais romanos conhecidos até à data, não permite ainda colocar esta hipótese.

Os sítios arqueológicos atribuídos à Idade Média são na sua maioria espaços religiosos, como os mosteiros de Arentim, Figueiredo, Lomar e Vimieiro, e a igreja de Esporões. A todos estes sítios estão associados não só vestígios materiais, mas também diversas referências documentais.

Na Igreja Velha de Arentim (Nº50), foram encontrados diversos elementos arquitectónicos datados do século X incluindo pedras aparelhadas, fustes, capitéis, bases, e um modilhão moçárabe único em Portugal. Estes vestígios, aliados a referências documentais que remontam

ao século XI (Capela, 2003, Costa, 1965, Costa, 1997), confirmam a existência de um mosteiro na paróquia de Arentim até pelo menos 1128, data da última referência documental (Costa, 1997). O mosteiro de Arentim é referido em diversos documentos do século XI até aos inícios do século XII. Em 1188 (Costa, 1997) aparece a primeira menção à igreja de Arentim.

Na Igreja de Figueiredo (Nº37) são visíveis troços de paredes com aparelho e elementos arquitectónicos românicos. O mosteiro de Figueiredo é mencionado em documentação escrita desde 1113 (Costa, 1965) até à sua integração no couto de Vimieiro em, pelo menos, 1146 (Costa, 1997).

A Igreja Velha de Lomar (Nº16) apresenta ainda parte da estrutura do mosteiro beneditino, nomeadamente o claustro, e vários elementos arquitectónicos integrados no edifício. Do mosteiro de Lomar conservam-se inúmeras referências documentais desde, pelo menos, 1088 até ao século XIV (Capela, 2003, Costa, 1997, Marques, 1988, Marques, 1991).

O mosteiro de Vimieiro (Nº53) é referido largamente em fontes históricas entre o século VII e XVI (Costa, 1709, Costa, 1965, Costa, 1997), restando do edifício apenas a capela que é a actual sacristia da igreja paroquial. A estes vestígios associam-se topónimos – Mosteiro (Nº2901) – e referências documentais que permitem afirmar a existência de um mosteiro da Ordem de Cluny, doado por D. Teresa, mãe de D. Afonso Henriques, em 1127 (Costa, 1997).

No edifício da actual Igreja de Esporões (Nº25) são visíveis alguns elementos arquitectónicos românicos e pré-românicos.

No território em estudo estão identificadas quatro necrópoles em Igreja Velha de Guisande, Igreja de Esporões, Arcos e Marinhais, e uma sepultura isolada em Trandeiras.

Na Igreja Velha de Guisande (Nº51) foram encontrados dois sarcófagos escavados em granito, na Igreja de Esporões várias sepulturas em caixa de pedra e uma tampa de sepultura, e em Arcos (Nº18) uma tampa tumular com inscrição entre o século XI e XII, actualmente em paradeiro desconhecido. Para Marinhais (Nº27) estão referenciadas diversas sepulturas escavadas na rocha, associadas a fragmentos de material de construção. Em Trandeiras (Nº38) foi identificado um túmulo coberto por uma pedra lavrada com folhagens, e ossadas e uma espada no interior. Desconhece-se a localização desta sepultura e do seu espólio.

No Monte da Falperra ou Santa Marta das Cortiças (Nº20), durante os trabalhos de escavação nos anos 60 foram identificados os alicerces de um edifício de planta rectangular, com três naves e uma abside semicircular, interpretado como uma basílica paleocristã, e junto a

este, um outro edifício de grandes dimensões e planta igualmente rectangular interpretado como um *palatium* suevo-visigótico (Bellino, 1909, Sarmento, 1933, Cunha, 1949, Cunha, 1952, Cunha 1953, Cunha, 1953-54, Cunha, 1954a, 1954b, 1954c, 1955a, 1955b, Cunha, 1955, Teixeira *et alii*, 1973, Cunha, 1975, Castro *et alii*, 1980, Feio, 1984, Ponte, 1984, Silva, 1986, Alarcão, 1988, Martins, 1990, Queiroga, 1992, Dinis, 1993, Fontes, 1993, Bettencourt, 1999, Carvalho, 2008)

O castelo de Penafiel de Bastuço (Nº19), escavado nos anos 90, é uma fortificação que apresenta duas plataformas com taludes circundantes, blocos graníticos de grandes dimensões com rasgos para alicerçamento de paredes e onde se recolheram fragmentos de cerâmica medieval de construção e doméstica (César, 1964, Cruz, 1966, Fontes, 1993, Fontes e Regalo, 1997).

A Calçada da Naia (Nº12) e a Estrada Velha (Nº13) são estradas medievais que fariam parte da ligação entre Braga e Barcelos, conservando-se na primeira 337m de lajeado e na segunda algumas marcas de rodados.

Na vertente sudoeste do monte de Nossa Senhora das Candeias (Nº24) apareceram alguns fragmentos cerâmicos classificados por L. Fontes como alto-medievais (Barbosa e Azevedo, 2004/2005: 127), e na Igreja de Morreira (Nº41) foram recolhidos fragmentos de materiais de construção, nomeadamente tijolo e tégula.

Analisando os dados que recolhemos sobre os sítios arqueológicos que apresentam vestígios de ocupação datados da Idade Média, verificámos que a maior parte dos vestígios materiais dizem respeito a edifícios religiosos, nomeadamente mosteiros. A sua existência reforça-se pela presença de diversas referências documentais, desde as inquirições do século XIII às memórias paroquiais de 1758, corroborando a sua presença no território pelo menos a partir da viragem para o segundo milénio da nossa era.

Embora não tenhamos vestígios arqueológicos suficientes para caracterizar profundamente o povoamento medieval no vale do Este, a existência de estruturas de culto cristão, quer sejam igrejas e capelas, ou mosteiros e ermidas, evidencia que nesta região, tal como em todo o Norte de Portugal, a Igreja e a organização eclesiásticas tiveram um papel essencial na estruturação do povoamento rural.

Poucos são os vestígios anteriores ao século XI, com a excepção do *palatium* e basílica paleocristã do Monte da Falperra e dos fragmentos cerâmicos de Nossa Senhora das Candeias e



da Igreja de Morreira. No caso dos mosteiros de Vimieiro e Lomar, uma fonte documental (Costa, 1709) afirma existirem relatos da existência destes mosteiros desde o século VII, no entanto não nos foi possível, com a limitada pesquisa que realizamos, confirmar esta informação.

Ocorrem ainda vários sítios onde foram recolhidos fragmentos de material de construção, cuja cronologia não foi possível afinar, tendo sido enquadrados no período romano e medieval, pelos investigadores que os identificaram. Enquanto estes sítios não forem intensamente prospectados ou escavados, não conseguiremos saber a sua real importância.

Na verdade, o conjunto de dados que os vestígios arqueológicos deste período nos fornecem, por si só, não são suficientes para traçar um quadro simples do povoamento medieval no vale do rio Este. Só conjugando os dados fornecidos pela Arqueologia, com as diversas e ricas referências documentais, será possível reunir alguns pontos sobre a ocupação humana no território em estudo.

O nosso uso das fontes documentais e históricas disponíveis para este período foi muito limitado, sobretudo, pelo tempo que dispúnhamos para realizar este trabalho. Como tal, a informação retirada destas mesmas fontes resume-se a referências à existência de estruturas e edifícios, como por exemplo, mosteiros, ermidas ou igrejas. Podemos também constatar que grande parte das “aldeias” existentes no século XIII, se mantiveram nos nossos dias, quer como freguesias, quer como lugares. Os locais de culto continuaram a ser utilizados, embora a maior parte dos edifícios tenham sido remodelados ao longo dos séculos. Nenhum mosteiro se manteve em utilização, tendo sido o mosteiro de Lomar o último a ser abandonado, no século XIV.

As fontes documentais permitem-nos ainda saber da existência de uma capela de Santo André (Nº58), na actual freguesia de Arentim, e de uma ermida (Nº 59) em Oliveira S. Pedro. A capela de Santo André é referida nas Memórias Paroquiais de 1758 (Capela, 2003, Azevedo, 1897) como desaparecida, tendo restado um “Penedo Santo”, em forma de cama, onde estaria colocado o santo. A ermida de S. Pedro de Oliveira é referida nas Inquirições de 1220 e 1258, não se encontrando, até agora, referências posteriores.

A nossa breve pesquisa documental permitiu-nos ainda encontrar quatro outras referências a estruturas já destruídas, ou cuja localização não se conhece. As Inquirições de D. Afonso II e D. Afonso III referem a existência de *hospitali* na freguesia de S. Paio de Ruilhe.

Segundo José Marques (1989), esta referência poderá estar ligada a locais de acolhimento, como albergarias. Estes mesmos documentos referem também a existência de uma *palatium* na mesma freguesia.

No documento *Notícias do Arcebispado de Braga remetidas pelo bispo de Uranópolis (Bahia, Brasil) à Academia Real de Historia Portugueza*, (p.187) é referida a existência de duas casas, a Torre de Romariz e a Torre e solar de Azevedo, a primeira das quais se encontrava em ruínas já no século XVIII, data em que o documento foi redigido. Por último, na freguesia de Cunha, as Memórias Paroquiais (Capela, 2003, Azevedo, 1897) referem uma pedra de sepultura com um palmo e meio de largura, e sete palmos de comprimento, encaixada entre duas pedras enterradas na terra, marcadas com cruzes.

Após termos procedido à análise de todos os vestígios de ocupação humana de acordo com a sua cronologia iremos analisar o conjunto completo, definindo “manchas” de concentração destes vestígios ao longo dos tempos.

Conjugando os sítios arqueológicos identificados até à data, os achados isolados e indícios de ocupação reunidos, verificámos uma concentração de “pontos”, ou seja, de dados, em várias áreas, a que convencionámos chamar de manchas de povoamento. Na área em estudo foram identificadas três: Cunha, Figueiredo e Esporões.

Na freguesia de Cunha, concentram-se sítios, achados isolados e indícios: dois povoados da Idade do Bronze, um monumento sob *tumulus*, fragmentos de cerâmica da Idade do Ferro e da época romana, topónimos e referências documentais.

Em Esporões, aos quatro sítios arqueológicos identificados – um povoado calcolítico, uma necrópole de época romana ou medieval, uma ara e um limite de propriedade romanos, e um povoado da Idade do Ferro com ocupação romana e alto-medieval – junta-se um grande conjunto de topónimos relacionados com a exploração agrícola e divisão do território – quinta, agra, granja, quintão, casais, bouça, eirado, cachada, cachadinha.

Em Figueiredo reúnem-se vestígios arqueológicos, nomeadamente um povoado da Idade do Bronze, elementos arquitetónicos de uma igreja medieval, um tesouro romano em paradeiro desconhecido, e materiais de construção romanos. Estes são conjugados com referências documentais à existência do Mosteiro de Figueiredo e com os inúmeros topónimos ainda hoje ligados ao território.

### Parte III: Casos de estudo: as vias romanas



As vias são, sem dúvida, as principais entidades reguladoras da paisagem e das relações entre os territórios urbanos e rurais (Carvalho, 2008). Segundo Tito Lívio, *Um povo sem estrada é um povo bárbaro*, e como tal as estradas funcionam como um fator de civilização (Mantas, 2000). A construção de uma estrada, sobretudo um grande eixo de comunicação, pode, segundo V. Mantas (2000), influenciar fortemente o povoamento, quer fixando-o, quer pelo contrário, facilitando a sua rarefação face à atração dos centros urbanos. Sendo assim, o seu estudo é imprescindível para a compreensão do povoamento de um território.

Seguindo esta linha de pensamento, e integrado no estudo do povoamento no vale do Este entre a Pré-história recente e a Idade Média, optámos por utilizar como caso de estudo as vias romanas, e mais especificamente, parte do itinerário da via romana número XX que faria a ligação de Bracara Augusta ao mar e a um hipotético porto fluvial no rio Cávado (Morais, 2004: 110, Carvalho, 2008: 200). Neste contexto decidimos incluir também a verificação da continuidade de uma das linhas do cadastro romano mais importantes no território de Bracara Augusta, e ainda o estudo das diferentes hipóteses de saída da cidade da via romana XVI.

### **1 A Via XX ou via *per loca marítima***

Foi escolhida especificamente a Via XX, por nunca ter sido prospetada anteriormente. Consideramos que seria um desafio fazê-lo, podendo trazer informações inéditas para a compreensão do povoamento romano e medieval no vale do Este e territórios que circundavam a cidade de Braga.

O traçado desta via tem sido considerado, por vários investigadores, comum ao traçado da via XIX no território português. C. A. Ferreira de Almeida (1968) admite várias dificuldades na definição do traçado da via *per loca marítima*, apoiando a teoria de que a via passaria a sul do Cávado e atravessaria o rio em Manhente ou Areias de Vilar.

Por sua vez, Rodriguez Colmenero, Ferrer Sierra e Álvarez Asorey (2004) consideram que, entre *Bracara* e *Aquis Celenis* (a primeira *mansio* mencionada no Itinerário de Antonino), esta via teria o mesmo percurso da via XIX – *Bracara* – *Asturica* por *Limia* e *Tude*. Estes autores chamam ainda a atenção para o facto de não considerarem esta via verdadeiramente *per loca marítima*, por não passar pelo litoral.

No entanto, esta não é a opinião de H. Carvalho (2008), que defende um percurso autónomo até ao litoral, sugerindo a saída pela porta oeste, seguindo pela calçada da Naia, contornando o Monte de S. Gregório e passando a sul do Monte das Caldas, por Gondizalves e Sequeira. Prosseguiria para Martim e daí para Areias de Vilar até Assento, Rio Covo, seguindo o rio Cávado pela margem sul até Outeiro dos Picotos, onde seria realizada a travessia.

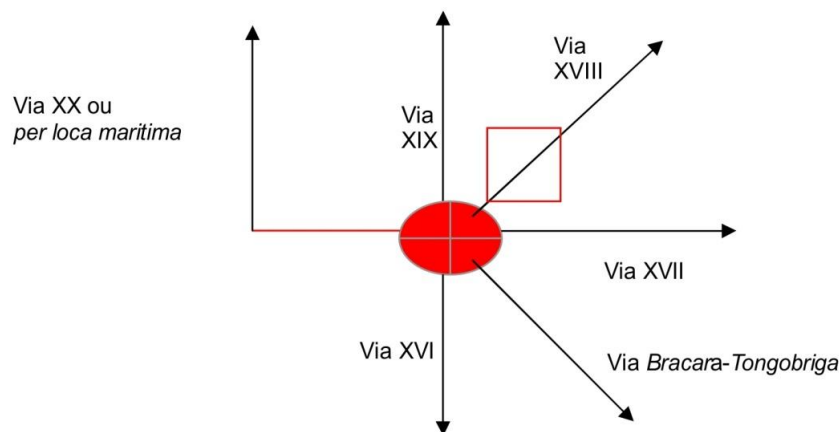


Figura 1: Esquematização das vias romanas com saída de *Bracara Augusta*. Fonte: Carvalho 2008, pág. 195, figura 12.

A hipótese da existência desta via é sustentada pela necessidade de ligar *Bracara Augusta* a um eventual porto fluvial no Rio Cávado, e por sua vez ao litoral, fator indispensável ao abastecimento e escoamento de produtos da cidade através da rota atlântica. Segundo Rui Morais (2004) a via XX teve grande importância no contexto do comércio marítimo-fluvial do Noroeste Peninsular, tendo sido estruturante no desenvolvimento económico e comercial da cidade. Segundo este autor a via partiria da cidade de Braga através de uma estrada secundária ao longo da margem esquerda do rio Cávado.

A sua cronologia é, até agora, desconhecida, pois não existem miliários a ela associados.

Esta via seria, por excelência, a via de transporte de todos os bens que chegavam a *Bracara* oriundos do litoral, e poderia passar por um eventual porto fluvial que se situaria junto a

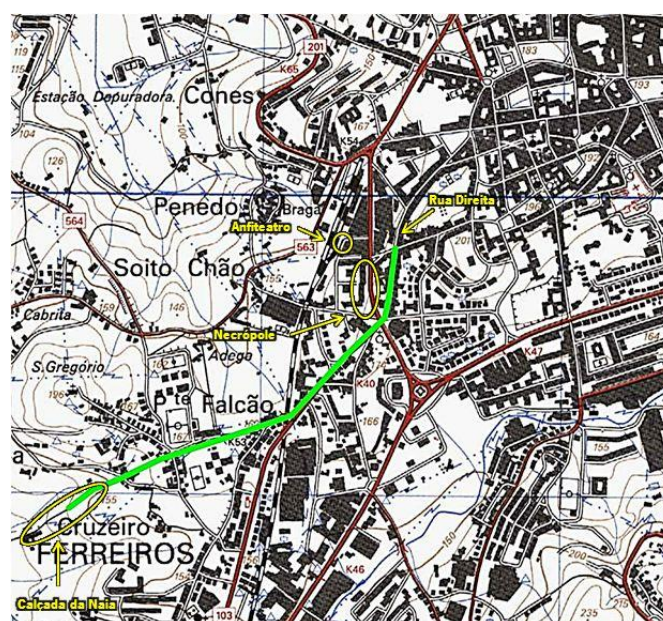
Areias de Vilar. H. Carvalho admite (2008) a instalação de um ponto de apoio à passagem na Via XX em Martim, onde foram identificados diversos elementos arquitectónicos de época romana, entre os quais pedras almofadadas, *opus signinum*, uma soleira de porta, um capitel jónico, base e fustes de colunas, e parte do *podium* de um templo (Almeida, 1972b: 319-326, Carvalho, 2008: 267).

O percurso entre *Bracara* e Outeiro dos Picotos, segundo Helena Carvalho (2008), terá cerca de 29 km, isto é, 20 milhas romanas, o que pressupõe a existência de estações de muda, cumprindo a função de *mutationes* ou *mansiones*.

Tendo como fio condutor o trabalho realizado por Helena Carvalho (2008), iniciámos a prospeção do possível traçado da via XX. Antes de iniciarmos a descrição do traçado desta via, frisámos que a divisão do percurso em troços foi utilizada pois considerámos incorrecto utilizar a designação milha quando não temos miliários ou quando não conhecemos o ponto exato onde começaria a milha 0. Cada troço tem uma milha de extensão, considerando que uma milha romana corresponderá, aproximadamente, a cerca de 1480m.

Partindo do princípio que esta via sairia da cidade pela porta oeste da muralha romana, situada na atual Rua Direita, o seu percurso seguiria pela mesma rua, em direção a sul, passando pelo Largo de Maximinos, junto à necrópole romana (nº9) e ao anfiteatro (nº7).

A via seguiria então pela atual Rua Padre Cruz no sentido NE/SO até ao cruzamento com a Rua da Naia, onde seguiria para oeste, pela mesma rua, passando pela Escola Secundária de Maximinos, pelo corte da A11 até ao final da rua, seguindo então pela Calçada da Naia.



Troço I da Via XVI

Figura 2: Localização do troço I da via XX no extracto da CMP 1:25000 f. 70.



Figura 3: Calçada da Naia.



Figura 4: Calçada da Naia.

Aos 4515 pés inicia-se um troço de calçada com 1106 pés (337m) de extensão conservada, que se divide entre o troço 1, com 485 pés (148m), e o troço 2, com 621 pés (189m).

A Calçada da Naia (nº12) tem 337m de extensão conservada, com uma largura média de 2,5m. Encontra-se em ótimo estado de conservação, com troços mais desgastados e irregulares, e outros com lajes niveladas e piso regular. A calçada apresenta inúmeras marcas de rodados, de diferentes dimensões e desgastes. Estes apresentam, em média, 15 cm de largura, alternando a profundidade entre 3 e 10cm de altura. É possível observar estas marcas tanto no centro das lajes, como nas suas extremidades ou na junção de duas lajes.

Não foram identificados outros vestígios de ocupação romana ou medieval ao longo deste troço (miliários, cipos gromáticos, marcos, material cerâmico).

O troço 2 inicia-se no tanque da Calçada da Naia, implantado num nicho semicircular, e segue em direção a oeste, passando por uma igreja e estruturas adjacentes em ruínas. No canto nordeste do adro desta igreja encontra-se um bloco de granito talhado em forma de U que terá sido utilizado como alminhas (Elemento nº 1). Este elemento tem 1,35m de altura, 0,80 cm de largura e 0,44 cm de espessura.

A partir deste ponto, a via desenvolver-se-ia entre caminhos florestais saindo na Rua Monte da Amarela e desenvolvendo-se sempre a norte da atual estrada nacional Braga-Barcelos.

Entre o final da Rua Monte da Amarela (Gondizalves) e a Rua da Venda (Sequeira) não nos foi possível propor um traçado visto esta área ter sido urbanizada nos anos 80 do século XX, tendo todos os possíveis vestígios da passagem da via neste local sido destruídos. Como tal o



traçado proposto foi definido tendo em conta o relevo do terreno e os pontos de referência de início e fim.

Na prospeção deste troço foi encontrado um silhar romano proveniente da cidade de Braga<sup>1</sup>, agora reaproveitado na construção de uma pequena capela privada, na Rua de Trás, em Gondizalves (nº14). Este silhar tem 91cm de altura (sem sapatas) e 41cm e 49cm de largura, com almofadas na parte superior e em duas laterais, deixando uma esquadria de 5 cm, como ilustra o croqui apresentado (figura 9).



Figura 5: Localização do troço II da via XX no extracto da CMP 1:25000 f. 70.



Figura 6: Elemento 1.



Figura 7: Igreja em ruínas.



Figura 8: Silhar.

<sup>1</sup> Durante a prospeção deste troço da via, foi-nos esclarecido pelo proprietário e construtor da capela que este silhar foi trazido por ele da cidade de Braga. Nas décadas de 1950/1960, verificou-se um grande aumento de construção em Braga, e foi nestes trabalhos que foram recolhidas inúmeras pedras talhadas, entre as quais estavam incluídas silhares semelhantes a este. Segundo o Sr. Baptista, sendo ele um pedreiro muito conhecido na área, foram-lhe entregues estas pedras, que tem recolhidas nas suas propriedades.

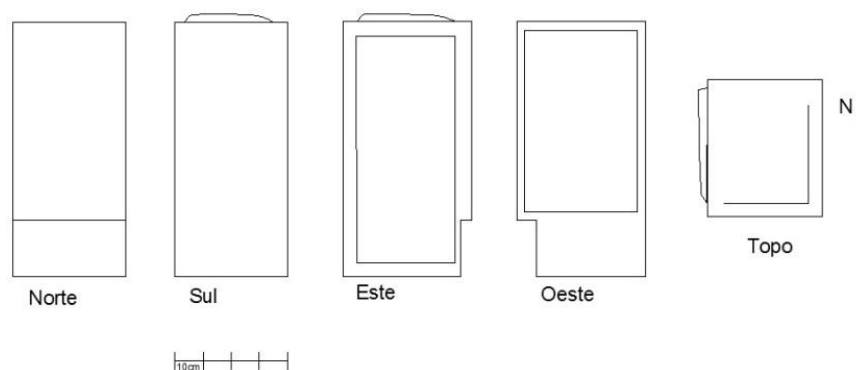


Figura 9: Croqui do silhar.

O troço III inicia-se na Rua da Venda, no início do Parque Industrial de Sequeira, seguindo sempre o traçado da antiga estrada nacional que ligava Braga a Barcelos, que acompanha o sopé sul do Monte das Caldas. No centro da freguesia de Sequeira estão referidos vestígios de calçada, embora se tenham perdido materialmente. A via passaria então pela Rua da Venda, Rua da Pousada, passando pelo tanque público das Caldas, e atravessando Sequeira pela Rua das Caldas, até ao entroncamento desta com a Rua da Cabrita.

Considerámos esta hipótese a mais provável e plausível, tendo em conta a antiguidade desta estrada, atestada pela presença de várias habitações e propriedades agrícolas dos inícios do século XIX ao longo de toda a Rua da Venda, Rua da Pousada e Rua das Caldas.

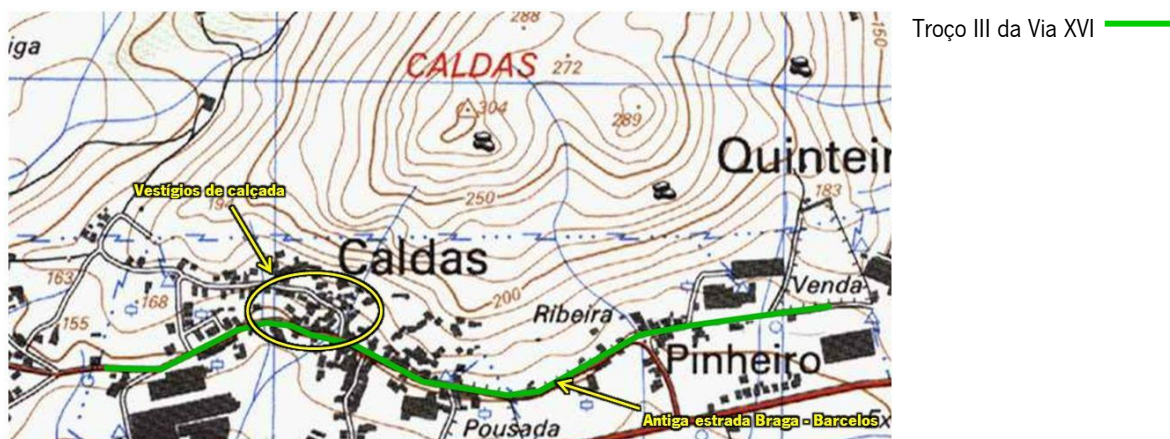


Figura 10: Localização do troço III da via XX no extracto da CMP 1:25000 f. 70.

O troço IV partiria da Rua da Cabrita, passando pela Calçada da Cabrita e Viela da Seara. Na Calçada da Cabrita estão preservados vestígios de marcas de rodados na rocha (Estrada Velha, nº13).

No lugar de Corgas, a via atravessaria atuais terrenos agrícolas (NE/SO) até à Rua de Mondinhos. Seguiria, então, pela Rua Padre Moreira, atualmente cortada pela A3, e pela Avenida Senhor dos Passos até ao cruzeiro, logo depois da ponte sobre a A11.

A passagem entre a Viela da Seara e a Rua de Mondinhos por terrenos agrícolas pareceu-nos a mais provável tendo em conta a passagem de um curso de água nestes terrenos, e considerando improvável a passagem pelo lugar de Nabitças e Padrão, sem razão topográfica ou hidrográfica para realizar este desvio. Colocando a hipótese de passagem pelo lugar de Corgas, assumimos que os vestígios da passagem da via na estrutura viária não se terão mantido até, pelo menos, aos anos 60 do século XX.



Figura 11: Localização do troço IV da via XX no extracto da CMP 1:25000 f. 70.

Partindo do cruzeiro da Avenida Senhor dos Passo, o troço V atravessaria terrenos agrícolas e residenciais até à Rua da Estrada Real, na actual freguesia de Martim, Barcelos. O traçado da via seguiria esta rua, atravessando o rio Labriosque até ao actual complexo desportivo de Martim.

A via seguiria depois em direcção à Igreja de Martim, onde foram encontrados vestígios que sugerem a existência de uma *mansio* (Carvalho, 2008, II, 25) ou de uma *villa* (Almeida, 1972b), e depois para Areias de Vilar, onde atravessaria o rio Cávado, e seguiria em direcção ao Norte pelo litoral.



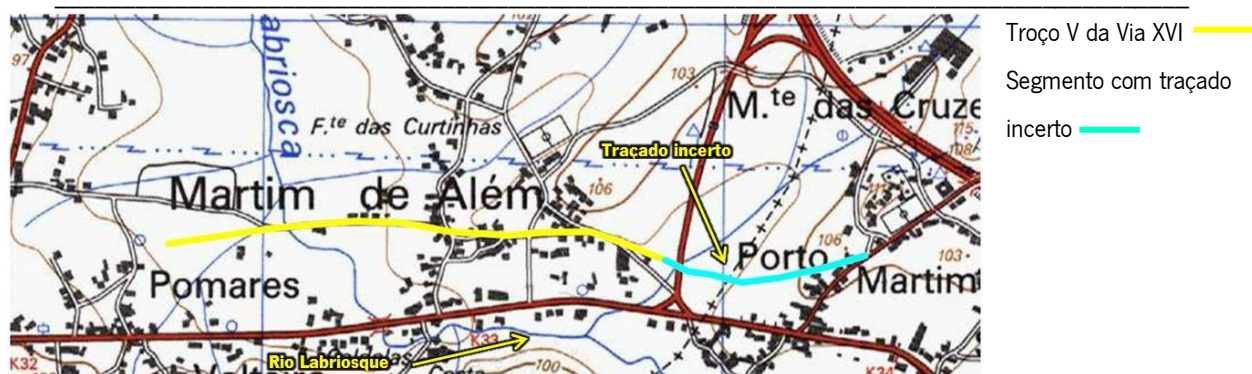


Figura 12: Localização do troço V da via XX no extracto da CMP 1:25000 f. 70.

Considerando o tempo limitado que tínhamos para realizar este estudo e a necessidade de limitá-lo geograficamente, optámos por prospector o percurso da via apenas até ao final do troço V.

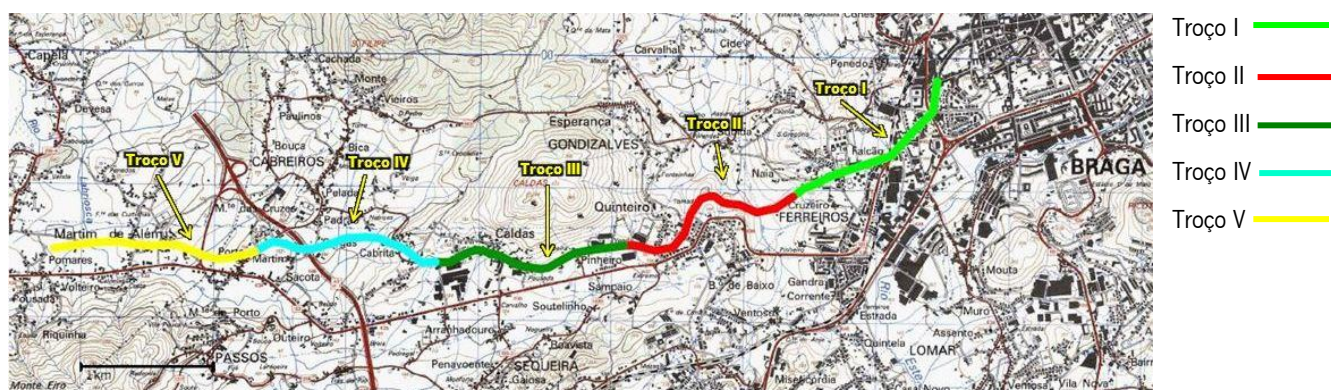


Figura 13: Localização da extensão prospectada da via XX no extracto da CMP 1:25000 f. 70.

## Considerações finais



A análise dos dados que coligimos e recolhemos ao longo deste estágio permitem-nos afirmar, em traços gerais, que no vale do rio Este, à semelhança do que acontece nos vales do rio Cávado e do rio Ave, a maior quantidade de vestígios de ocupação humana ocorre nos vales, durante a Época Romana e a Idade Média, nas elevações de média altitude na Idade do Bronze, e nas elevações mais destacadas na paisagem no Bronze Final e Idade do Ferro.

Consideramos ainda que, a escassez de dados sobre o povoamento do vale do Este dever-se-á à falta de estudos específicos incidindo não só na totalidade do território, mas também em sítios arqueológicos específicos. Na verdade, uma grande parte dos vestígios arqueológicos conhecidos actualmente para esta região foram identificados em trabalhos de acompanhamento arqueológico, tendo apenas seis sítios arqueológicos sido escavados e publicados.

O estudo do povoamento numa área de análise reduzida, como foi a escolhida para este trabalho, coloca sempre grandes desafios.

Em primeiro lugar, nunca podemos esquecer que o vale do Este é muito mais extenso do que a área de estudo que definimos, e que este se encontra integrado no vale do Ave, e consequentemente no Entre Douro e Minho. Como tal, a análise dos vestígios de ocupação humana tem de ser integrada no seu contexto espacial mais alargado.

Em segundo lugar, ao abordar e conjugar dados de épocas cronológicas tão diferentes, temos de ter em atenção que a abordagem não pode ser a mesma para todos.

Outra limitação com que nos deparamos foi o tempo disponível para realizar este estudo. Sabíamos que ao ter apenas nove meses, não poderíamos escolher uma área de estudo muito alargada e, pretendendo estudar o povoamento desde o Neolítico até à Idade Média, sabíamos que a recolha e tratamento da informação seria um processo longo.

Apesar de considerarmos ter atingido os objectivos a que nos propusemos, estamos perfeitamente conscientes de que os trabalhos realizados durante este estágio foram um estudo preliminar, tendo sido nossa tarefa principal, não produzir novos dados, mas sim compilar e

analisar os dados já existentes, mas que se encontravam dispersos por várias publicações, e que nunca tinham sido analisados no seu conjunto.

Esperamos, no futuro, poder continuar este estudo, alargando a área de análise ao restante curso superior do vale do Este. Considerámos também que a realização de prospecções direccionadas no sentido de aferir o interesse de certos topónimos e a validade de referências documentais é essencial para enriquecer e completar os conhecimentos sobre esta região, assim como para compreender a evolução da cidade de Braga e do seu território.

Considerámos, ainda, que a realização de escavações em sítios arqueológicos específicos, como por exemplo, a Igreja Velha de Arentim, poderia trazer informações preciosas para a compreensão, neste caso, do período entre os séculos VI e XI, muito pouco conhecido no vale do Este.

Terminámos sublinhando a urgência em continuar os estudos nesta região, pois verificámos ao longo deste estágio que, desde a última publicação que refere o estado de conservação destes sítios arqueológicos, vários foram destruídos pela urbanização dos seus terrenos. A cidade de Braga continua a crescer, extravasando o seu perímetro urbano, e a cada nova casa ou pavilhão vão se destruindo evidências preciosas para o conhecimento do passado.



---

## **Bibliografia**



- AA.VV. (1995). *A11 - Auto-estrada Braga-Guimarães: Estudo Prévio /* Coba, Junta Autónoma de Estradas. - [S.l.]: [s.n.]. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, (Relatório Policopiado).
- Alarcão, J. (1988). *O Domínio Romano em Portugal*. Mem Martins.
- (1992). A evolução da Cultura Castreja, In *Conímbriga*, 31, Coimbra, pp. 39-71.
- Almeida, C. A. B. de (1979). A rede viária do *Conventus Bracara Augustanus* In *Minia*, 2ª série, nº3, Braga, pp. 61-163.
- (1990). Proto-História e Romanização da bacia inferior do Lima. In Almeida, C.A.B. (coord.) *Estudos Regionais 7/8*, 1ª Série, pp.13 – 295.
- (1996). *Povoamento romano do litoral entre Cávado e Minho*. Dissertação de Doutoramento (policopiado), Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.
- Almeida, C. A. F. de (1968). *As Vias Medievais I. Entre Douro e Minho*. Dissertação de doutoramento (policopiado), Universidade do Porto, Porto.
- (1972a). Notas sobre a Alta Idade Média no Noroeste de Portugal, In *Revista da Faculdade de Letras*, Porto.
- (1972b). Achados arqueológicos de Martim (Barcelos), In *Revista da Faculdade de Letras do Porto, Série História*, 2, Porto, pp. 319-326.
- (1986). *História da Arte em Portugal, Arte da Alta Idade Média*. Publicações Alfa. Lisboa. Vol. 2.
- Alves, J. (1981). *Caminhos da Nossa História, Lamas – Figueiredo*. Associação Desportiva e Cultural de Lamas, Lamas.
- Azevedo, M. (2004). *O sítio arqueológico de Covelinhos, Esporões, Braga*. Relatório preliminar entre ao Instituto Português de Arqueologia, policopiado, Braga.
- Azevedo, P. A. de (1897). Extratos archeologicos das Memorias parochiaes de 1758 In *O Archeologo Português*. Lisboa, Museu Ethnographico Português. S. 1, vol. 3, n.º 9-11 (Set.-Nov. 1897), pp. 225-244.
- Batista, J. M. (1875). *Chorographia Moderna do Reino de Portugal*. Vol. 1, Academia Real das Sciencias, Lisboa.
- Barbosa, R. P. (2004/2005). *A pedra decorada da Igreja Velha (Arentim, Braga)*. In *Minia* número 11-12, IIIª série, ASPA, pp.137-141.

- Barbosa, R. P. e Azevedo, M. (2004/2005). A antropização da paisagem no Vale do Rio Este: dados inéditos para o estudo. In *Mínia* número 11-12, IIIª série, ASPA, pp. 113-129.
- Barbosa, R., Bettencourt, A. M. S., Cruz, C., Dinis, A. e Sampaio, H. A. (2008). A importância do povoado do Pego no Bronze Final do Noroeste de Portugal, In E. Ramil Rego (ed.) / *Congresso Internacional de Arqueologia de Vilalba*, Vilalba, Lugo, Espanha, pp. 227-233.
- Barroca, M. J. (1987). *Necrópoles e sepulturas medievais de Entre-Douro-e-Minho (séculos V a XIV)*. Porto (provas de aptidão pedagógica e capacidade científica, policopiado).
- (1990). *Contribuição para o estudo dos testemunhos pré-românicos de Entre-Douro-e-Minho*. Separata das Atas do Congresso Internacional IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga. Vol.1, Braga.
- Bellino, A. (1909). Cidades Mortas (Estudo Póstumo), In *O Archeologo Português*, S. 1, vol. 14, n.º 1-8 (Jan.-Ago. 1909), Lisboa, pp. 1-28.
- Bettencourt, A. M. dos S. (1999). *A paisagem e o homem na bacia do Cávado durante o II e o I milénio aC*. Dissertação de Doutoramento (policopiado). Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais. Universidade do Minho. Braga.
- (2000). *Estações da Idade do Bronze e inícios da Idade do Ferro da Bacia do Cávado (Norte de Portugal)*, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, Braga.
- (2005). El Bronce Final y la primera Edad del Hierro en el noroeste de Portugal In *Atas do II Coloquio de Arqueología en la Cuenca del Navia. La Génesis del Habitat Fortificado en el Norte Peninsular: los Castros en el Tránsito de la Edad del Bronce e la Edad del Hierro*, Parque Histórico del Navia, Servicio de Patrimonio Histórico e Consejería de Cultura del Principado de Asturias, Navia.
- (2009). A Pré-história do Minho. Do Neolítico à Idade do Bronze In Pereira, P. (coord.). *Minho. Traços de Identidade*. Universidade do Minho, Braga, pp. 70-93.
- (2010). La Edad del Bronce en el Noroeste de la Península Ibérica: un análisis a partir de las prácticas funerárias In *Trabajos de Prehistoria*, 67, nº 1, pp. 139-173.
- Bettencourt, A. M. dos S., e Sanches, M. de J. (1998). Algumas questões sobre a Idade do Bronze no Norte de Portugal In Ramón Fábregas Valcarce (ed.) *A Idade do Bronze en Galicia: novas perspectivas*, Cadernos do Seminário de Sargadelos 77, Ediciós do Castro, Sada – A Coruña.
- Bettencourt, A. M. dos S., Dinis, A., Figueiral, I., Cruz, C. S., Silva, I. S., Rodrigues, A., Azevedo, M., e Barbosa, R. (2004). A ocupação do território e a exploração dos recursos no norte de Portugal durante a Pré-história recente dos finais do IV aos finais do III milénio aC., In *Atas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*, Faro.

- Bettencourt, A. M. S., Alves, A. M. C., Dinis, A., Cruz, C., Pereira, D. I., Silva, I. S. e Alves, M. I. C. (2009). A reconstituição paleoambiental do Entre Douro e Minho durante o Holocénico (III e II milénios AC): um projeto multidisciplinar In *Ciências da Terra (UNL)*, Lisboa, nº esp. V, CD-ROM, pp. H19-H22.
- Bicho, N. F. (2006). *Manual de Arqueologia Pré-histórica*, Edições 70, Lisboa.
- Calo Lourido, F. (1991). *A Plástica da Cultura Castrexa Galego- Portuguesa*, Pontevedra. Tese de doutoramento (Policopiada).
- Capela, J. V. (2003). *As Freguesias do Distrito de Braga nas Memórias Paroquiais de 1758, A Construção do Imaginário minhoto setecentista*. Universidade do Minho, Braga.
- Carballo Arceo, J. (1989). *Catálogo de los materiales arqueológicos do Museo do Castro de Santa Trega: Idade do Ferro*. Pontevedra.
- Cardoso, J. L. (2007). *Pré-história de Portugal*. Universidade Aberta. Lisboa.
- Carvalho, H. P. A. (2008). *O povoamento romano na fachada ocidental do Conventus Bracaraensis*. Dissertação de Doutoramento em Arqueologia - Área de Conhecimento de Arqueologia da Paisagem e do Povoamento (policopiado). Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho. Braga.
- (no prelo). Marcadores da paisagem e intervenção cadastral em torno de Bracara Augusta (Hispania Citerior Tarraconensis). In *Archivo Español de Arqueología*, CSIC.
- Carvalho, H., F. A. Mendes (2009/2010). Centuriazione e evoluzione degli assetti agrari intorno alla città di Bracara Augusta (Hispania Citerior Tarraconensis). In *Agri Centuriati*, vol. 6, p. 193-204.
- Castro, J. S.; Correia, S. H.; Oliveira, E. P. (1980). O *Castrum Maximum* (Monte Castro) Braga - Arqueologia e História, In *Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular - Guimarães, 1978*, 2, pp. 37-53.
- César, M. (1964). O Castelo da Pena (Bastuço). História e Lenda. In *O Distrito de Braga*, 2, Braga, pp. 15-22.
- (1983). A necrópole medieval de S. Tomé da Serra. In *Mínia*, 2ª Série, ano 6, nº7. ASPA, Braga, pp. 170-179.
- Criado Boado, F. (1993). Visibilidad e interpretación del registro arqueológico. In *Trabajos de Prehistoria*, 50, Madrid, pp. 39-56.
- Coffyn, A. (1985). *Le bronze final atlantique dans la péninsule ibérique*. Diffusion de Boccard. Paris.

Costa, A. C. da (1709). *Corografia Portuguesa e descripçam topográfica do famoso reyno de Portugal*. Tomo I, Lisboa, Officina de Valentim da Costa Deslandes.

Costa, Pe A. de J. (1965). *Liber Fidei, Sanctae Bracarensis Ecclesiae*. Vol I. Edição Crítica. Junta Distrital de Braga, Braga.

- (1978). *Liber Fidei, Sanctae Bracarensis Ecclesiae*. Vol II. Edição Crítica. Junta Distrital de Braga, Braga.

- (1990). *Liber Fidei, Sanctae Bracarensis Ecclesiae*. Vol III. Edição Crítica. Junta Distrital de Braga, Braga.

- (1997). *O Bispo D. Pedro e a Organização da Arquidiocese de Braga*. Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, Braga. Vol. I e II, 2ª Edição.

Cruz, M. B. da (1966). O Castelo de Penafiel de Bastuço. In *Bracara Augusta*, XX, Braga, pp. 234-236.

Cunha, A. R.. O "Forno dos Mouros". In *Diário do Minho*, 4 de Agosto de 1946, pp. 3.

- "Cividade do Monte das Caldas". In *Diário do Minho*, 3 de Novembro de 1947.

- Na Falperra. In *Diário do Minho*, 9 de Agosto de 1948, pp. 3, 6.

- Santa Marta das Cortiças II. In *Diário do Minho*, 21 de Dezembro de 1949, pp. 2.

- A Pré-História bracarense. O "Castro" de Santa Marta. In *Correio do Minho*, 20 de Agosto de 1952, pp. 3.

- A Santa Marta do Alto. In *Correio do Minho*, 12 de Março de 1953, pp. 4.

- (1953-54). Escavações no *oppidum* de Santa Marta. In *Bracara Augusta*, 5 (1-3), pp. 241-243.

- No *oppidum* de Santa Marta. In *Correio do Minho*, 14 de Outubro de 1954a, pp. 1; 14 de Outubro de 1954b, pp. 4; 25 de Outubro de 1954c, pp. 1,4; 20 de Fevereiro de 1955a, pp. 1; 24 de Fevereiro de 1955b, pp. 4.

- A cidade velha de Santa Marta. In *Diário do Minho*, 14 de Janeiro de 1955, pp. 1,3.

- (1975). Trepando os Montes. In *O Distrito de Braga*, Vol. I 2ª série, separata.

Daveau, S. (2001). A descrição territorial no numeramento de 1527-32 In *Penélope*, nº 25, Centro de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, pp. 7-39.

- Dias, J. J. A. (1992). *Gentes e espaços. Em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI. Numeramento de 1528. Entre Douro e Minho*, Tese de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- (1996). *Gentes e espaços. Em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI*. Fundação Calouste Gulbenkian. Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica. Braga.
- Dinis, A. P. (1993). *Ordenamento do território da bacia do Ave no I milénio a. C.*. Dissertação de Mestrado (policopiado), Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.
- Encarnação, J. (1970). Lápides a divindades indígenas no Museu de Guimarães, In *Revista de Guimarães*, 80 (3-4), pp. 207-238.
- Esparza Arroyo, A. (1986). *Los castros de la Edad del Hierro del Noreste de Zamora*. Diputación Provincial de Zamora, Zamora.
- Fabião, C. (1992). O povoamento proto-histórico e romano. In Mattoso, J. (dir.), *História de Portugal*, Círculo de Leitores, Lisboa, vol. I, pp. 76-299.
- Feio, A. (1921). O Termo de Braga. In *Boletim da Biblioteca Pública e do Arquivo Distrital de Braga*, 2, Braga, pp. 1-19.
- (1984). *Origens da Cidade, Coisas Memoráveis de Braga*, Biblioteca Pública de Braga, pp. 97- 100.
- Fernandes, A. de A. (1968). *As paróquias suevas e dioceses visigóticas*. Viana do Castelo.
- Ferreira, M. C. B. (2000). *Os Bens, Direitos e Rendimentos do Cabido da Sé de Braga (1393-94/1403-04)*. Universidade do Minho, Braga.
- Ferreira, J. (1997). Braga – Freguesias 97. A Nossa Terra. Direnor – Comunicação e Divulgação Regional, Lda., Braga.
- (2005). *Descobrir e conhecer Ferreiros, Braga. A Nossa Terra*. Direnor – Comunicação e Divulgação Regional, Lda., Braga.
- Fontes, L. F. de O. (1992). O norte de Portugal no período suevo-visigótico. Elementos para o seu estudo. In *Estratto da XXXIX Corso di Cultura Sull'Arte Ravennate e Bizantina (Ravena, 6-12 Aprile 1992)*, Ravena, pp. 217-248.
- (1993). Inventário de sítios e achados arqueológicos do concelho de Braga. In *Minia*, 3<sup>a</sup> série Ano I, ASPA, pp. 31-88.

- (2009). O período suévico e visigótico e o papel da igreja na organização do território. In Pereira, Paulo (coord.). *Minho. Traços de Identidade*. Universidade do Minho, -Braga, pp. 272-292.
- (2010). O Norte de Portugal entre os séculos VIII e X: balanço e perspectivas de investigação, In *VI Simposio de arqueología Visigodos y Omeyas. Asturias entre visigodos y mozárabes*, Madrid, Espanha.  
<[http://www.congresos.cchs.csic.es/visigodos\\_omeyas\\_asturias/sites/congresos.cchs.csic.es/visigodos\\_omeyas\\_asturias/files/Fontes2.pdf](http://www.congresos.cchs.csic.es/visigodos_omeyas_asturias/sites/congresos.cchs.csic.es/visigodos_omeyas_asturias/files/Fontes2.pdf)> [Consulta em 29-09-2012]
- Fontes, L. de O. e Regalo, H. J. L. de A. (1997). O Castelo de Penafiel de Bastuço, Paços S. Julião, Braga: Elementos para o seu estudo In *Arqueologia Medieval*, 5, p. 199-220.
- Fontes, L., Martins, M., Ribeiro, M. C., Carvalho, H. (2010). A cidade de Braga e o seu território nos séculos V-VII. In *Espacios Urbanos en el Occidente Mediterráneo- entre los siglos VI-VIII*, Toletum Visigodo, p. 255-262.
- Fortes, J. (1905-1908). As Fíbulas do Noroeste Peninsular, In *Portugália*, 2, Lisboa, pp. 15-33.
- Freitas, B. J. de S. (1890). *Memórias de Braga*. Imprensa Catholica. Braga.
- González Ruibal, A. (2003). *Arqueología del Primer Milenio en el Noroeste de la Península Ibérica*. Universidad Complutense de Madrid, Dissertação de Doutoramento (policopiado), Madrid.
- (2006/2007). Galaicos. Poder y comunidad en el Noroeste de Península Ibérica (1200 a.C.- 50d.C.), In *Brigantium 18-19*, Museu Arqueológico e Histórico, A Coruña, pp. 633-635.
- Hipólito, M.C. (1960/1961). Dos Tesouros e Moedas Romanas em Portugal, In *Conímbriga*, Vol. II/III, Coimbra.
- Jorge, S. O. (1988). Reflexões sobre a Pré-História recente do Norte de Portugal. In *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, 28 (1-2), pp. 85-112.
- (1998). Existe uma Idade do Bronze Atlântico?. In *Trabalhos de Arqueologia*, 10, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa.
- (1999). *Domesticar a terra. As primeiras comunidades agrárias em território português*. Lisboa, Ed. Gradiva.
- Jorge, S. O. e Jorge, V. O. (2006). Agricultores e pastores fixados no território. Do Neolítico médio ao Bronze Médio. In Carlos Alberto Brochado de Almeida (coord.) *História do Douro e do Vinho do Porto. História Antiga da Região duriense*. Santa Maria da Feira, Edições Afrontamento, pp. 106-163.



- Leite, J. M. de F. *et alii* (2001). Relatório do Estudo de Impacte Ambiental - A11/IP9 - Lanço Guimarães - IP4/A4 - Sublanços Calvos/Vizela/Felgueiras/Lousada (IC25)/EN5/IP4-A4. Igespar (policopiado).
- Lemos, F. S. (1993). *Povoamento romano de Trás-os-Montes Oriental, Dissertação de Doutoramento* (policopiado). Universidade do Minho, Braga.
- (1995). Caminhos e Muralhas de Braga, In *Forum*, 18, Universidade do Minho, Braga, pp. 49-62.
- (2002). Bracara Augusta – A Grande Plataforma viária do Noroeste Peninsular. In *Forum*, 31, Universidade do Minho, Braga, pp. 95-127.
- (2008). Antes de Bracara Augusta. In *Forum*, 42-43, Universidade do Minho, Braga, pp. 213-222.
- Lemos, F. S., Leite, J. M. F., Bettencourt, A. e Azevedo, M. (2003). O Balneário Pré-romano de Braga. In *Al-Madan*, IIª série, I nº12, pp. 43-46.
- Lemos, F. S., Leite, J. M. F., Cunha, A. (2005). A muralha romana (Baixo – Império) de Bracara Augusta. In *Murallas de Ciudades Romanas en el Occidente del Imperio*. Atas del Congreso Internacional de Lugo, pp. 327-341.
- Lemos, M. C. M. e C. de A., e Teixeira, R. J. C. M. A. (2000). Relatório Estudo de Impacte Ambiental - A11/IC14 - Lanço Braga - Guimarães, Sublanços Braga Sul/Celeirós - Celeirós/Guimarães Oeste. Igespar (policopiado).
- Lopes, L. S. (1995/1997). Itinerários da estrada Olisipo-Bracara: Contributo para o estudo da Hispânia de Ptolomeu. In *o Arqueólogo Português*, série 4, vol. 13/15, pp. 313-356.
- Mantas, V. G. da C. S. (1996). *A rede viária romana da faixa atlântica entre Lisboa e Braga*. Faculdade de Letras Universidade de Coimbra, Tese de Doutoramento (policopiado-).
- (2000). A via romana Bracara Augusta – Cale: Traçado, funções e influência no povoamento regional. In *Revista de Guimarães*, 110, pp. 53-87.
- Marques, A. E. (2006). O casal: uma unidade de organização social do espaço no Entre Douro e Lima (906-1200). Tese de mestrado (policopiada). Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto.
- Marques, J. (1988). *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*. Temas portugueses. Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- (1989). A assistência no Norte de Portugal nos finais da Idade Média. In *Revista da Faculdade de Letras*, Série de História, vol. 6, 2ª série, pp. 11-93.

- (1991). *O estado dos mosteiros beneditinos da arquidiocese de Braga no séc. XV*. Braga.
- (2009). O Minho na Baixa Idade Média. In Pereira, P. (coord.). *Minho. Traços de Identidade*. Universidade do Minho, -Braga, pp. 304-363.

Martins, M. M. (1990). O povoamento Proto-histórico e a Romanização da Bacia do Curso Médio do Cávado. In *Cadernos de Arqueologia*, Monografias 5, Ed. Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, pp. 107-227.

- (1991). O povoado de Santo Ovídio (Fafe). Resultados dos trabalhos realizados em 1980-1984, In *Cadernos de Arqueologia*, Monografias, 6, Braga.
- (1992). “As vilas do norte de Portugal” de Alberto Sampaio. Importância da obra no estudo do povoamento antigo. In *Revista de Guimarães*, vol. 102, pp. 309-409.
- (1993-94). Continuidade e mudança no 1º milénio a.C, no Noroeste português: os diferentes cenários de representação do discurso arqueológico. In *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 10-11, Braga.
- (1996). Povoamento e habitat no noroeste português durante o 1º milénio a.C.. In Alarcão, J. (coord.). *De Ulisses a Viriato. O primeiro milénio a.C.* Museu Nacional de Arqueologia, pp. 118-133. <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/13371>> [Consulta em 30-09-2012]
- (2000a). *Bracara Augusta. A casa romana das Carvalheiras*. Roteiros arqueológicos, 2. Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho. Braga.
- (2000b). *Bracara Augusta Cidade Romana*. Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho. Braga.
- (2005). As termas romanas do Alto da Cividade, In Martins, M. (coord.) *Bracara Augusta, Escavações Arqueológicas 1*, UAUM-NARQ, Braga.
- (2009). A romanização. In Pereira, P. (coord.). *Minho. Traços de Identidade*. Universidade do Minho, Braga, pp. 216-264.

Martins, M. e Delgado, M. (1989). As necrópoles de Bracara Augusta. Os dados arqueológicos. In *Cadernos de Arqueologia*, série II, 6-7, pp.41-186.

Morais, R. (1998). As ânforas da zona das Carvalheiras. Contributo para o estudo das ânforas romanas de Bracara Augusta. In *Cadernos de Arqueologia*, Monografia 8, Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, Braga.

- (2001). Breve ensaio sobre o anfiteatro de Bracara Augusta. Análise de fotogramas de 1964. In *Forum*, 30, Universidade do Minho, Braga, pp. 55-76.

- (2004). *Autarcia e Comércio em Bracara Augusta no período Alto-Imperial: contribuição para o estudo económico da cidade*. Tese de Doutoramento (policopiada). Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho.
- Nogueira, A. M. M. (1998). *Formação e Defesa do Património do Cabido de Braga nos Finais da Idade Média (1351-1500)*. Tese de mestrado (policopiada), Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho.
- Nunes, H. B., Oliveira, E. P. de, Mateus, L. e Botelho, F. (1981). Património Artístico de Arentim. In *Minia*, nº 5, 2ª série, Ano IV, ASPA, pp. 199-203.
- Oliveira, A. de A. (1985). A ordem de S. Bento na promoção das terras de Entre-Douro-e-Minho no Antigo Regime. In *Separata da Revista de História*, Centro de História da Universidade do Porto, vol. VI.
- Oliveira, E. P. de (1998). *Estudos de Arqueologia de Braga e Minho*. Edições APPACDM Distrital de Braga, Braga.
- (2004). *A freguesia de S. Bartolomeu de Tadim*. Junta de Freguesia de Tadim, Tadim.
- Orejas Saco Del Valle, A. (1996). Estrutura social y territorio. El impacto romano en la Cuenca Noroccidental del Duero. In *Anejos del Archivo Español de Arqueología*, 15, Madrid.
- Parthey, G. e Pinder, M. (1848) (eds.). *Itinerarium Antonini Augusti et Hierosolymitanum. Ex libris manu scriptis ediderunt. Impensis Friderici Nicolai*. <<http://books.google.co.uk/books?id=s0oMAAAAYAAJ&printsec=titlepage&hl=pt-PT#v=onepage&q&f=false>> [Consulta em 21-09-2012]
- Peña Santos, A. de la (1996). A secuencia cultural do mundo castrexo galego, in Hidalgo Cuñarro, J. M. (coord.), *A cultura castrexa galega a debate*, Instituto de Estudos Tudenses, Vigo, pp. 65-103.
- Pereira, E. e Rodrigues, G. (1911). *Portugal. Dicionário histórico, chorográfico, biográfico, bibliográfico, heráldico, numismático e artístico*. João Romano Torres & Cia Editores. Lisboa.
- Pereira, P. (2007). *História da Arte Portuguesa. Da Pré-história à Arte Islâmica no Ocidente Andaluz*. Círculo de Leitores. Lisboa. Vol. 1.
- Piel, J.M. (1936). *Os nomes germânicos na toponímia portuguesa*. Junta de Educação Nacional, Centro de Estudos Filológicos. Imprensa Nacional de Lisboa.
- (1948). *Nomes de "possessores" latino-cristãos na toponímia asturo-galego-portuguesa*. Coimbra Editora. Coimbra.

- Ponte, S. da (1984). Fíbulas de sítios a Norte do rio Douro, In *Lucerna*, Porto, 1984, pp. 111-144.
- Queiroga, F. (1992). *War and Castros. New approaches to the northwestern Portuguese Iron Age*. Dissertação de doutoramento (policopiada). Archaeopress. Oxford.
- Real, M. L. (1990). *O projeto da Catedral de Braga, nos finais do século XI, e as origens do românico português*. Atas do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga, I, Braga, pp. 435-512.
- Renfrew, C. e Bahn, P. (2008). *Archaeology: Theories, Methods and Practice*. Thames & Hudson. 5ª edição, Londres.
- Ribeiro, M. do C. (2009). A evolução da paisagem urbana de Braga desde a época romana até à Idade Moderna in *Forum*, nº 44-45, Universidade do Minho, Braga, pp. 179-201.
- Ribeiro, O. e Lautensach, H. (1987). *Geografia de Portugal*. Edições João Sá da Costa, Lda., Lisboa, vol. I e II.
- Rodríguez Colmenero, A., Ferrer Sierra, S. e Álvarez Asorey, R. (2004). *Miliarios e outras inscrições viárias romanas do noroeste hispânico (conventos bracarense, lucense e asturicense)*. Consello da Cultura Galega, Sección de Patrimonio Histórico. Lugo.
- Rosário, A. do (1973). Breve Catálogo do Museu Pio XII, in *Falam Documentos*. 2ª edição, Braga.
- Sanches, M. de J. (2000). Sobre a ocupação do Neolítico Inicial no Norte de Portugal in Gonçalves, Vitor S. (ed) *Muita Gente, Poucas Antas? Origens, espaços e contextos do megalitismo*. Actas do II Colóquio Internacional sobre Megalitismo, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa.
- Santos, L. A. dos, Le Roux, P. e Tranoy, A. (1983). Inscrições romanas do Museu Pio XII em Braga, in *Bracara Augusta*, Braga, pp. 183-205.
- Sarmiento, F. M. (1933). A propósito de castros, In *O Panorama Contemporâneo*, 1 (2), pp. 9-11, 17-19, 25-26, *Dispersos*, Coimbra, pp. 165-172.
- (1970). Antiqua, In *Revista de Guimarães*, LXXX, Guimarães, pp. 5-72.
- Silva, A. C. F. da (1986). *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira.
- Silva, A. C. F. da e Gomes, M. V. (1992). *Proto-história de Portugal*. Universidade Aberta. Lisboa.
- Silva, C. T. (1983). O megalitismo e os primeiros metalurgistas, In Saraiva, José Hermano (dir.) *História de Portugal. Origens-1245*. Publicações Alfa, vol.1, pp. 83-98.

- Silva, I. (2005) (coord.). *Museu D. Diogo de Sousa. Roteiro*. Instituto Português de Museus. Porto.
- Silva, L. C. da (2009). Uma nação latente. Da Galécia a Portugal: reflexão *in* Pereira, P. (coord.). *Minho. Traços de Identidade*. Universidade do Minho, -Braga, pp. 298-301.
- Sousa, J. J. R. de (1968/1970), A estação arqueológica da Falperra. Notas para a sua história, *In Arquivo de Beja* (25-27), pp. 57-64.
- Suárez Otero, J. (1998). Cerâmicas e cultura na Idade do Bronze en Galicia, *In Fábregas Valcarce (ed.) A Idade do Bronze en Galicia: novas perspectivas*, Cadernos do Seminário de Sargadelos, 77, Ediciós do Castro, Sada – A. Coruña.
- Teixeira, C. (1955/1956). Subsídios para o estudo da arqueologia bracarense. I- O Monte do Castro (Castro Maximum) *In Bracara Augusta*, 6-7, 1-9 (31-34), pp. 17-38.
- Teixeira, C., Medeiros, A. C., Macedo, J. R. (1973). *Carta Geológica de Portugal* (1/50.000). Notícia Explicativa da folha 5-D, Braga, SGP, Lisboa, 1973.
- Tranoy, A. (1981). *La Galice romaine. Recherches sur le Nord-Ouest de la Péninsule dans l'Antiquité*. Diffusion du Bocard. Paris.
- Tranoy, A. e Le Roux, P. (1989/1990). Les Necrópoles de Bracara Augusta. B. Les Inscriptions funéraires *In Cadernos de Arqueologia*, 6-7. Universidade do Minho e Museu D. Diogo de Sousa, pp. 183-230.
- Vives, J. (1969). *Inscripciones latinas de la España Romana*. Barcelona.

Fontes manuscritas:

- ANTT. Inquirições de 1220 – D. Afonso II, Livro 1. Disponível em Digitarq, Arquivo Digital Nacional da Torre do Tombo: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/viewer?id=4182576>
- ANTT. Inquirições de 1258 – D. Afonso III, Livro 1. Disponível em Digitarq, Arquivo Digital Nacional da Torre do Tombo: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4182578>
- BNP. Notícias do arcebispado de Braga remetidas pelo bispo de Uranopolis (Bahia) à Academia Real de História Portuguesa [manuscrito] Publicadas por D. Luiz Alvares de Figueiredo (1716-1725).

Lista de sites consultados:

- <http://viasromanas.planetaclix.pt/vrinfo.html#intro> [consulta em 23-07-2012]
- <http://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Roman/Texts/Strabo/home.html> [consulta em 23-07-2012]

<http://arqueologia.igespar.pt/index.php?sid=trabalhos.resultados&subsid=128659&vs=58237>  
[consulta em 11-09-2012]

<http://arqueologia.igespar.pt/index.php?sid=sitios.resultados&subsid=58399> [consulta em 11-09-2012]

<http://arqueologia.igespar.pt/index.php?sid=sitios.resultados&subsid=48419> [consulta em 11-09-2012]

<http://www.univ-ab.pt/bad/35/2.html> [consulta em 11-09-2012]

<http://www.infopedia.pt/toponimia> [consulta em 13-09-2012]

<http://www.infopedia.pt/lingua-portuguesa> [consulta em 13-09-2012]

<http://www.portugalromano.com/2011/09/castro-romanizado-basilica-e-palacio-suevo-visigotico-santa-marta-das-corticas-braga/> [consulta em 29-09-2012]

**Catálogo**





## 1 Critérios de apresentação

O catálogo que em seguida apresentamos é o resultado da investigação realizada no âmbito do estudo do povoamento no vale do rio Este. Neste inventário são apresentados todos os sítios arqueológicos e achados isolados referenciados na bibliografia.

Procurámos sintetizar a informação que considerámos mais importante para cada um dos sítios arqueológicos e que permitisse compreender a importância de cada um no contexto do povoamento do vale do rio Este.

Como tal, a cada sítio e achado isolado corresponde um formulário com os seguintes campos: número de ficha, nome do sítio, distrito, concelho, freguesia, tipologia, descrição, cronologia, coordenadas geográficas de projecção UTM e altitude, e bibliografia.

Este catálogo abrange todo o sul do concelho de Braga, tendo os formulários sido organizados por ordem alfabética, primeiro por freguesia e depois pelo nome de cada sítio. A numeração foi atribuída de acordo com a localização de cada sítio, no sentido Norte-Sul Oeste-Este.

No campo “tipo” os sítios foram classificados da seguinte forma: achados isolados, balneário público, capela, casal rural, ermida, epigrafia votiva, forno, fortificação, gravura rupestre, indeterminado, mamoa, mosteiro, necrópole, ponte, povoado, povoado fortificado, tesouro, via de comunicação e *villa*. A classificação adoptada seguiu a tipologia determinada pelos investigadores que identificaram/estudaram cada um dos sítios.

O campo “cronologia” inclui as seguintes épocas: Neolítico, Calcolítico, Idade do Bronze, Idade do Ferro, Romano, Idade Média e indeterminado.

As fotografias apresentadas neste catálogo são da autoria da subscritora do presente, excepto aquelas cuja fonte vem indicada.

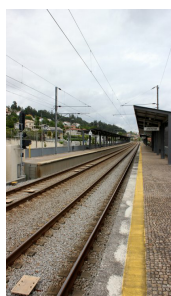


## Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho

### Povoamento Vale do rio Este

<b>18-Arcos</b>		Necrópole
Distrito: Braga	Concelho: Braga	Freguesia: Arcos
Tipologia: Necrópole.		
Descrição: A esta freguesia atribui-se, sem indicação de proveniência mais precisa, uma tampa tumular com inscrição datável dos séculos IX-XII. Localização desconhecida.		
Cronologia: Idade Média		
Coordenadas: 548263.00 E	4596910.00 N	Altitude:
Bibliografia: Fontes, 1993, 37.		

<b>45-Estação, Soutinho</b>		Forno
Distrito: Braga	Concelho: Braga	Freguesia: Arentim
Tipologia: Forno. Romano, Idade Média.		
Descrição: Estrutura pétrea sub-circular com possíveis arranques de parede. Registou-se a presença de carvões, termoclastos, cerâmicas comuns e materiais de construção. O local foi inteiramente destruído.		
Cronologia: Romano, Idade Média.		
Coordenadas: 541158.64 E	4593598.77 N	Altitude: 110.00



Aspeto actual.

Bibliografia: Barbosa e Azevedo, 2004/2005, 117.

<b>50-Igreja Velha, Campo da Seara</b>		Mosteiro
Distrito: Braga	Concelho: Braga	Freguesia: Arentim
Tipologia: Habitat, Arquitectura, Mosteiro.		
Descrição: No Campo da Seara, junto à igreja velha de Arentim recolhem-se fragmentos cerâmicos, tijolo e 'tegulae'. Ao longo dos anos foram sendo recolhidas pelas populares pedras aparelhadas e elementos arquitectónicos, entre os quais, fustes, capitéis, bases e um modilhão de rolos único em Portugal (Barroca, 1990). Estes elementos foram cronologicamente integrados no século X por vários autores (Nunes 'et alii', 1981, 201, Barroca, 1990). Neste conjunto está incluído um lintel com 195cm de comprimento e decoração com SS opostos. Este elemento poderá pertencer ou à Idade do Ferro (Barbosa e Azevedo, 2004-2005, 116, Barroca, 1990) ou à Alta Idade Média (Nunes 'et alii', 1981, 201), com motivos decorativos inspirados na anterior.		
Cronologia: Idade do Ferro, Romano, Idade Média.		
Coordenadas: 541262.00 E	4592576.00 N	Altitude: 110 m



Lintel decorado.

Bibliografia: Costa, 1965. Nunes 'et alii' 1981, 199-203. Barroca, 1990. Fontes, 1993, 38. Costa, 1997. Capela, 2003. Barbosa e Azevedo, 2004-2005, 116.

## 6 - Via XX Troço 5

Via de comunicação

Distrito: Braga

Concelho: Braga, Barcelos

Freguesia: Cabreiros, Martim

Tipologia: Via romana.

Descrição: Via que ligava 'Bracara Augusta' a 'Asturica Augusta' 'per loca maritima', ou seja, pelo litoral. Partindo do cruzeiro da Avenida Senhor dos Passos, atravessa terrenos agrícolas e residenciais até à Rua da Estrada Real. Percorre esta rua atravessando o rio Labriosque e até ao actual complexo desportivo de Martim.

Cronologia: Romano, Medieval.

Coordenadas: 542175.14 E

4598251.74 N



01 - Avenida Senhor dos Passos 1.



02 - Avenida Senhor dos Passos 2.



03 - Rua da Estrada Real 1.



04 - Rua da Estrada Real 2.



05 - Rua da Estrada Real 3.



06 - Rua da Estrada Real 4.



07 - Rua da Estrada Real 5.



08 - Rua da Estrada Real 6.



09 - Rua da Estrada Real 7.



10 - Rua da Estrada Real 8.

Bibliografia: Alarcão 1988. Fontes 1993. Carvalho 2008.

**46-Espinheiral I**

Mamoas

Distrito: Braga

Concelho: Braga

Freguesia: Cunha

Tipologia: Mamoas.

Descrição: Pequena elevação saliente no terreno com cerca de 3m de diâmetro com indícios de uma possível couraça pétrea e ligeira depressão central.

Cronologia: Neolítico Médio/Final.

Coordenadas: 540288.00 E

4593330.00 N

Altitude: 105 m



Vista geral.

Bibliografia: Barbosa e Azevedo, 2004/2005, 118.

**47-Espinheiral II**

Achados isolados

Distrito: Braga

Concelho: Braga

Freguesia: Cunha

Tipologia: Habitat.

Descrição: Em atuais terrenos agrícolas sobranceiros ao ribeiro da Levegada foi identificada por R. Barbos e M. Azevedo (2004/2005) uma vasta área onde foram identificados fragmentos de cerâmica doméstica e material de construção integráveis no período romano. Não foi possível identificar qualquer estrutura, devido à densidade do coberto vegetal.

Cronologia: Romano.

Coordenadas: 540256.03 E

4593285.28 N

Altitude: 105 m



Vista geral.

Bibliografia: Barbosa e Azevedo, 2004/2005, 118.

**42-Frijão I**

Povoado

Distrito: Braga

Concelho: Braga

Freguesia: Cunha

Tipologia: Povoado.

Descrição: Em 2003, R. Barbosa e M. Azevedo (2004-2005) identificaram, numa pequena plataforma na vertente média do monte do Frijão, alguns fragmentos cerâmicos de fabrico manual, pasta arenosa, cozeduras redutoras e acabamentos alisados, cronologicamente integráveis na Idade do Bronze. Não foi possível identificar estruturas.

Cronologia: Idade do Bronze.

Coordenadas: 539905.81 E

4593715.10 N

Altitude: 165 m



Vista geral.

Bibliografia: Barbosa e Azevedo, 2004/2005, 119.



44-Frijão II		Achados isolados
Distrito: Braga	Concelho: Braga	Freguesia: Cunha
Tipologia: Indeterminado.		
Descrição: Em 2003, durante trabalhos de acompanhamento arqueológico da abertura de uma saibreira, foi detetada uma grande quantidade de espólio cerâmico, de fabrico micáceo, tecnologicamente feito à roda e integrável na Idade do Ferro. A partir de Junho de 2003, o local foi integrado nos trabalhos de acompanhamento da remodelação da linha férrea do Minho, tendo-se encontrado mais material cerâmico da Idade do Ferro, assim como, vários fragmentos de moinhos manuais e utensílios sobre seixos rolados. Em 2004, o sítio sofreu uma escavação de emergência cujos resultados ainda não foram publicados.		
Cronologia: Idade do Ferro.		
Coordenadas: 539975.88 E	4593622.97 N	Altitude: 140 m
Bibliografia: Barbosa e Azevedo, 2004/2005, 120.		

43-Pego		Necrópole
Distrito: Braga	Concelho: Braga	Freguesia: Cunha
Tipologia: Necrópole, Povoado.		
Descrição: Descoberta aquando dos trabalhos de acompanhamento da remodelação da linha férrea do Minho, em 2003. Os trabalhos de escavação começaram em 2003, sob a direcção de Sandra Salazar Ralha, e prosseguiram, entre 2004 e 2010, com Ana M.S. Bettencourt, António Dinis, Rui Brabosa e Carlos Cruz (Barbosa 'et alii', 2008). Trata-se de um sítio de pequenas dimensões, delimitado por uma paliçada, que inclui uma necrópole de sepulturas planas da Idade do Bronze, e uma área de presumíveis estruturas habitacionais da mesma época. Foram ainda detetados alguns vestígios de época medieval ou moderna.		
Cronologia: Idade do Bronze, Idade Média e Moderna.		
Coordenadas: 540013.00 E	4593637.00 N	Altitude: 140 m
Bibliografia: Barbosa e Azevedo, 2004/2005, 120-121. Barbosa 'et alii', 2008.		

26-Covelinhos		Povoado
Distrito: Braga	Concelho: Braga	Freguesia: Esporões
Tipologia: Povoado.		
Descrição: Em prospeções realizadas em 2004 foi detetado um perfil estratigráfico, criado com a remoção de terras do local, no qual se observava um nível arqueológico com espólio cerâmico e lítico 'in situ'. Em terras provenientes de aterros realizados para a urbanização do local foram identificados muitos fragmentos de cerâmica manual, de pasta arenosa e grosseira, por vezes com incisões metopadas de tipo 'Penha'. Foram também identificados diversos fragmentos de moventes e dormentes de moinhos manuais. A existência de um povoado Calcolítico foi confirmada com os trabalhos realizados em 2003 por A. Bettencourt, F. Sande Lemos, R. Barbosa e M. Azevedo (Bettencourt 'et alii', 2004).		
Cronologia: Calcolítico.		
Coordenadas: 549306.30 E	4595777.87 N	Altitude: 270 m



Fonte: Barbosa e Azevedo, 2004/2005

Fragmento de moinho dormente.



Vista geral.

Bibliografia: Azevedo, 2004. Bettencourt 'et alii', 2004. Barbosa e Azevedo, 2004/2005, 121.

**25-Igreja, Esporões**

Villa

Distrito: Braga

Concelho: Braga

Freguesia: Esporões

Tipologia: Ara a Júpiter, epigrafia votiva, limite propriedade, villa.

Descrição: No adro da atual igreja paroquial recolheram-se uma ara a Júpiter provavelmente dedicado por um liberto, e uma estela interpretada por Santos (1983) como um limite de propriedade. Nos terrenos envolventes recolheram-se tijolo, 'tegulae' e cerâmica comum romana. Nas paredes da igreja paroquial restam algumas pedras com motivos decorativos medievais, entre os quais, uma cruz de tipo da Ordem do Templo, e uma outra cruz estilisticamente semelhante à cruz em lisonja. No adro identificaram-se várias sepulturas medievais.

Cronologia: Romano, Idade Média.

Coordenadas: 548576.96 E

4595686.88 N

Altitude: 220 m



Cruz.



Cruz.



Secção mais antiga da igreja.

Bibliografia: Rosário, 1973, nº 576. Santos 'et alii', 1983, 186-187 e 201. Fontes, 1993, 46. Carvalho, 2008, 28.

**21-Largo do Pombalinho**

Indeterminado

Distrito: Braga

Concelho: Braga

Freguesia: Esporões

Tipologia: Fossa.

Descrição: Foi detectada a presença de uma fossa aberta na camada geológica, secção em U. Não se detectou espólio associado.

Cronologia: Indeterminada.

Coordenadas: 550278.19 E

4596031.31 N

Altitude: 455 m

Bibliografia: Barbosa e Azevedo, 2004/2005, 122.

**27-Marinhais**

Necrópole

Distrito: Braga

Concelho: Braga

Freguesia: Esporões

Tipologia: Necrópole, habitat.

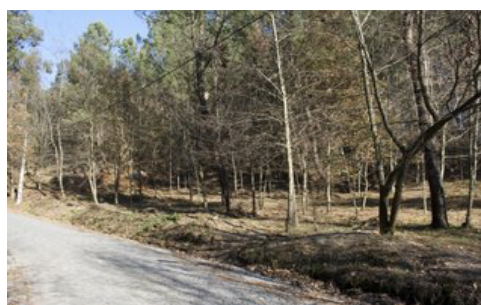
Descrição: Referenciam-se para este sítio diversas sepulturas escavadas na rocha, não identificáveis. A superfície dos terrenos envolventes do lugar recolhem-se fragmentos de tijolo, tégula e cerâmica utilitária.

Cronologia: Romano, Idade Média.

Coordenadas: 549442.43 E

4595724.32 N

Altitude: 300 m



Vista geral.

Bibliografia: Sarmiento 1970, 34. Fontes 1993, 46.

## 20-Monte da Falperra, Santa Marta das Cortiças

Povoado fortificado

Distrito: Braga

Concelho: Braga

Freguesia: Esporões

Tipologia: Povoado fortificado romanizado, palatium Suevo-Visigótico.

Descrição: Povoado fortificado que ocupa um remate de esporão a cerca de 560m de altitude, com ótimas condições naturais de defesa e de controlo visual do território. As várias intervenções arqueológicas a que foi sujeito desde os inícios do século XX resultaram em evidências de ocupação que remontam à Idade do Bronze, passando pelo Idade do Ferro e época romana. Sondagens efetuadas por M. Martins (Martins, 1990:119) revelaram alguns artefactos do Bronze Final e permitiram delimitar a ocupação deste período à plataforma superior. São visíveis duas linhas de muralhas que corresponderam à ocupação pré-romana do sítio. O último momento de ocupação corresponde à época alto-medieval, tendo sido identificadas estruturas pertencentes a um possível 'palatium' e a uma basílica paleocristã.

Cronologia: Bronze Final, Idade do Ferro, Romano, Alta Idade Média

Coordenadas: 550625.68 E

4596229.63 N

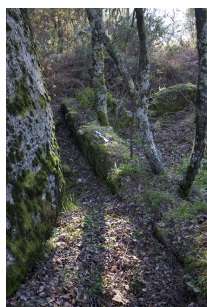
Altitude: 563 m



Estruturas da basílica paleo-cristã



Estruturas da basílica paleo-cristã



Estruturas da basílica paleo-cristã



Vista geral.

Bibliografia: Bellino 1909, 15-18. Sarmiento 1933, 166. Cunha 1948. Cunha 1949. Cunha 1952. Cunha 1953. Cunha 1953-54. Cunha 1954-55. Cunha 1955. Teixeira et alii 1973, 47. Cunha 1975. Castro et alii 1980. Feio 1984, 99. Ponte 1984, 136. Silva 1986. Alarcão 1988. Martins 1990. Queiroga 1992. Dinis 1993. Fontes 1993. Bettencourt 1999. Carvalho 2008, 28.

## 12-Calçada da Naia

Via de comunicação

Distrito: Braga

Concelho: Braga

Freguesia: Ferreiros

Tipologia: Via de comunicação.

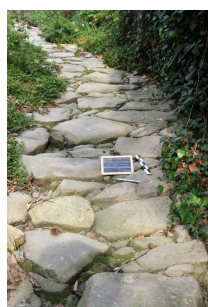
Descrição: Antiga estrada medieval que ligava Braga a Barcelos, a norte da actual estrada nacional 103. Segundo alguns autores, aqui passaria a via romana "per loca maritima" (Morais, 1998, 19-20 e 2005, 113, Carvalho, 2008, 247, 383). Conservam-se 337 metros de lajeado, com uma largura média de 2,5m. Encontra-se em ótimo estado de conservação, com troços mais desgastados e irregulares e outros com lajes niveladas e piso regular. Podem observar-se inúmeras marcas de rodados, de diferentes dimensões e desgastes.

Cronologia: Idade Média.

Coordenadas: 546212.00 E

4598713.00 N

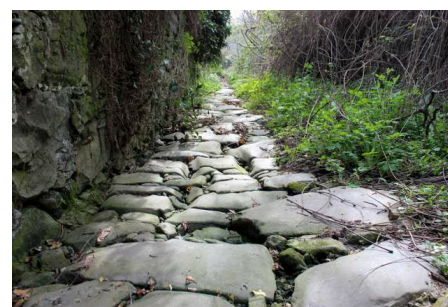
Altitude: 140 m



Calçada.



Marca de rodados.



Calçada.

Bibliografia: Fontes, 1993, 52. Moraes, 1998, 19-20 e 2004, 113. Carvalho, 2008, 247, 383.



**33-Casal da Vila**

Casal rural

Distrito: Braga

Concelho: Braga

Freguesia: Figueiredo

Tipologia: Habitat.

Descrição: Numa pequena elevação aplanada, sobranceira ao vale do rio da Veiga, foram detetados, aquando do Estudo de Impacte Ambiental da A11, fragmentos de cerâmica de construção romana (Lemos e Teixeira, 2000). Sondagens realizadas posteriormente identificaram fragmentos cerâmicos romanos e medievais, que em conjunto com a topografia do local poderão indicar a existência de um casal rural de época romana (Leite 'et alii', 2001).

Cronologia: Romano.

Coordenadas: 546810.33 E

4594589.28 N

Altitude: 168 m



Vista geral.

Bibliografia: Portal do Arqueólogo, Igespar, CNS 14303. Lemos e Teixeira, 2000. Leite 'et alii', 2001.

**36-Castro das Lages**

Povoado

Distrito: Braga

Concelho: Braga

Freguesia: Figueiredo

Tipologia: Povoado.

Descrição: Nas proximidades da capela de Nossa Senhora de Fátima, recolhem-se inúmeros fragmentos de cerâmica manual atribuíveis a épocas anteriores à Idade do Ferro.

Cronologia: Idade do Bronze.

Coordenadas: 545996.59 E

4594319.06 N

Altitude: 305 m



Vista geral.



Vista geral.

Bibliografia: Fontes, 1993, 53. Dinis, 1993, 63.

### 37-Igreja, Figueiredo

Mosteiro

Distrito: Braga

Concelho: Braga

Freguesia: Figueiredo

Tipologia: Arquitectura.

Descrição: A actual igreja paroquial conserva troços de paredes com aparelho românico e modilhões decorados na fachada sul, junto à nave. Fontes históricas (Costa, 1965, Costa, 1997) confirmam a existência do 'monasterio de Figueiredo et de Sancto Micahele de Paredes', a partir do ano de 1113.

Cronologia: Idade Média.

Coordenadas: 546591.00 E

4594368.00 N

Altitude: 195 m



Edifício adjacente.



Elemento arquitectónico.



Vista geral da fachada.

Bibliografia: Costa, 1965. Fontes, 1993, 52. Costa, 1997.

### 30-Outeiro de Chascos, Várzea

Povoado fortificado

Distrito: Braga

Concelho: Braga

Freguesia: Fradelos

Tipologia: Povoado fortificado.

Descrição: Pequeno outeiro sobranceiro à margem direita do rio Este, com talude-plataforma circundante. À superfície recolhem-se fragmentos de cerâmica de fabrico manual. Parcialmente destruído.

Cronologia: Idade do Bronze.

Coordenadas: 544130.00 E

4594840.00 N

Altitude: 165 m



Vista geral.

Bibliografia: Fontes, 1993, 53.

**8-Esperança**

Indeterminado

Distrito: Braga

Concelho: Braga

Freguesia: Gondizalves

Tipologia: Indeterminado.

Descrição: Segundo informações do Pe. Mário César Marques de S. Julião de Passos, próximo do lugar de Esperança ter-se-ia encontrado uma "massa de fragmentos de tijolos carbonizados" numa fossa aberta no solo.

Cronologia: Romano, Idade Média.

Coordenadas: 545100.00 E

4599370.00 N

Altitude: 139 m

Bibliografia: Fontes 1993, 54.

**11-Monte das Caldas**

Povoado fortificado

Distrito: Braga

Concelho: Braga

Freguesia: Gondizalves

Tipologia: Povoado fortificado.

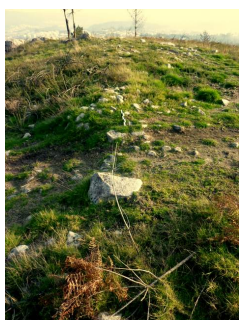
Descrição: No topo do monte das Caldas identificam-se vestígios de um grande povoado fortificado com três linhas de muralhas. Nas plataformas definidas por estas muralhas observam-se vestígios de construções de planta circular e quadrangular, e recolhem-se fragmentos de cerâmica doméstica de fabrico indígena e tégula. M. Martins (1990) defende a ocupação romana do sítio. Contrariamente, A. Bettencourt (1999) defende que as tégulas recolhidas seriam medievais, assim como alguns fragmentos cerâmicos encontrados por esta autora, pondo assim em dúvida a ocupação do povoado na época romana.

Cronologia: Idade do Ferro, Romano, Idade Média.

Coordenadas: 544371.47 E

4598879.10 N

Altitude: 304 m



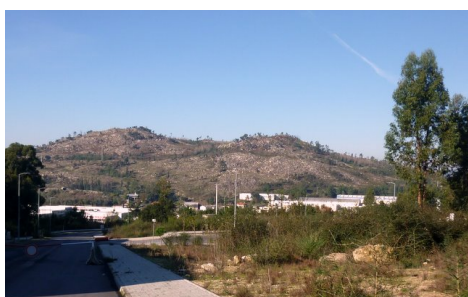
Primeira linha de muralha.



Segunda linha de muralha



Segunda linha de muralha.



Vista geral da vertente sul.



Vista geral.

Bibliografia: Bellino, 1909, 18-19. Cunha, 1947. Teixeira, 1955/1956. Cunha, 1975, 488-489. Martins, 1990, 83-04. Fontes, 1993. Bettencourt, 1999. Carvalho, 2008, 29.

**10-Monte de S. Gregório**

Casal rural

Distrito: Braga

Concelho: Braga

Freguesia: Gondizalves

Tipologia: Povoado fortificado, Habitat, Casal rural romano.

Descrição: No outeiro a sudoeste de Braga que limita as freguesias de Maximinos, Ferreiros e Gondizalves, recolheram-se fragmentos de cerâmica, tijolo e tegulae. Nas vertentes identificaram-se alguns taludes. Espólio recolhido na UAUM.

Cronologia: Romano, Idade Média.

Coordenadas: 546245.00 E

4599134.00 N

Altitude: 155 m



Vista geral.

Bibliografia: Teixeira, 1955-1956, 7. Teixeira 'et alii', 1973. Silva, 1986. Martins, 1990. Queiroga, 1992. Dinis, 1993. Fontes, 1993. Carvalho, 2008, 29.

**51-Igreja Velha,Guisande**

Necrópole

Distrito: Braga

Concelho: Braga

Freguesia: Guisande

Tipologia: Necrópole.

Descrição: Na vertente norte do Monte Redondo situava-se a antiga igreja de Guisande, hoje desaparecida. No local foram descobertos e parcialmente escavados dois sarcófagos de granito. Espólio recolhido na Câmara Municipal.

Cronologia: Idade Média.

Coordenadas: 546565.00 E

4592061.00 N

Altitude: 260 m



Sepultura.

Bibliografia: Fontes, 1993, 56.



**52-Monte Redondo**

Povoado fortificado

Distrito: Braga

Concelho: Braga

Freguesia: Guisande

Tipologia: Castro romanizado, ara divindade indígena.

Descrição: O sítio foi escavado em 1899 e 1900 por Albano Bellino (Bellino, 1909). Identificaram-se três linhas de muralhas, tendo a primeira mais de 1km de perímetro, e dois grupos de estruturas - circulares e retangulares. O primeiro grupo incluía duas casas circulares, uma com um banco de pedra na parede interior e outra com grandes dimensões e uma porta bem definida. No segundo grupo estavam incluídas casas retangulares construídas com pedras de grandes dimensões. Foram ainda identificados arruamentos, canalizações em pedra e cercas. Prospeções realizadas posteriormente permitiram observar um sistema defensivo elaborado, com dois taludes e dois fossos no lado sul (Carvalho, 2008, v. II, 30). O espólio recolhido reflete a intensa romanização do sítio: entre os inúmeros materiais de finais da Idade do Ferro, encontram-se vestígios de época romana, entre os quais fundos de ânfora, fragmentos de 'sigillata', tégula, imbrices e um fragmento de lucerna. Segundo H. Carvalho (2008, v. II, 30), o ordenamento urbanístico do povoado é claro. A ocupação romana do povoado é reforçada pela presença de pedras esculpturadas, pela ara dedicada a Antiscrevs, e pelo busto de uma estátua em granito que será de origem romana (Calo Lourido, 1991, 344).

Cronologia: Idade do Ferro, Romano.

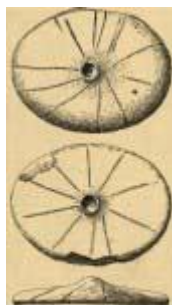
Coordenadas: 546253.79 E

4591651.96 N

Altitude: 427 m



Achados.



Achados.



Estruturas.



Estruturas.



Estruturas.



Estruturas.



Estruturas.



Estruturas.



Muralha.



Vista geral.

Bibliografia: Bellino, 1909, 7-15 e 19-28. Cunha, 1975, 497-498. Tranoy, 1981, 320-321. Alarcão, 1988, 14. Calo Lourido, 1991, 344. Queiroga, 1992, 149. Dinis, 1993, 68-70. Fontes, 1993, 56. Carvalho, 2008, 30.

**31-Mamoa de Lamas**

Mamoa

Distrito: Braga

Concelho: Braga

Freguesia: Lamas

Tipologia: Necrópole.

Descrição: Monumento megalítico de médias dimensões constituído por mamoa e um dólmen com corredor. Data do período Neolítico com uma idade aproximada de 3000 anos a.C.

Cronologia: Neolítico

Coordenadas: 547436.00 E

4594788.00 N

Altitude: 170 m



Vista geral.

Bibliografia: Fontes, 1993, 56. Portal do Arqueólogo, Igespar, CNS 1396.

**16-Assento, Igreja Velha**

Epigrafia Votiva

Distrito: Braga

Concelho: Braga

Freguesia: Lomar

Tipologia: Miliário, inscrição funerária, villa, necrópole, arquitectura.

Descrição: Nos terrenos envolventes da antiga igreja recolhem-se fragmentos de tijolo e tegulae. A igreja conserva elementos significativos da construção românica - entablamentos, pedras insculpturadas e arcos. É atribuída a este local a procedência de um miliário e duas inscrições funerárias. Referências bibliográficas (Costa, 1709, Costa, 1997, Capela, 2003, 185) comprovam a existência de um Mosteiro de Lomar desde 1088.

Cronologia: Romano, Idade Média.

Coordenadas: 547581.00 E

4597486.00 N

Altitude: 50 m



Fachada sudeste.



Fachada sudeste.



Vista geral.

Bibliografia: Inquirições de D. Afonso II, 1220. Inquirições de D. Afonso III, 1258. Costa, 1709. Tranoy, 1981, 202. Alarcão, 1988, 14. Marques, 1988 e 1991. Real, 1990, 449-450. Fontes, 1993, 57. Costa, 1997. Mantas, 1996. Ferreira, 1997. Capela, 2003, 185. Carvalho 2008, 30.

## 7-Anfiteatro

## Anfiteatro

Distrito: Braga

Concelho: Braga

Freguesia: Maximinos

Tipologia: Anfiteatro.

Descrição: Foi identificado, por R. Morais (2001), um anfiteatro romano junto ao local onde havia sido identificada a necrópole de Maximinos. Recorrendo a dados documentais, arqueológicos e cartográficos, e à análise de fotografias da cidade de Braga, o autor prevê a existência de um anfiteatro com uma área perimetral inferior a 132m, e um raio inferior a 82,5m. O edifício situa-se exatamente em frente a uma das portas da cidade, na direcção do 'decumanus maximus', actual Rua de S. Sebastião.

Cronologia: Romano.

Coordenadas: 547267.00 E

4599307.00 N

Altitude: 160 m

Bibliografia: Morais, 2001, 55-76.

## 1-Balneário Pré-Romano de Bracara

## Balneário público

Distrito: Braga

Concelho: Braga

Freguesia: Maximinos

Tipologia: Balneário.

Descrição: Descoberto aquando da remodelação da Estação de Caminhos de Ferro de Braga. Conserva o arranque dos muros laterais da câmara, antecâmara 'in situ', a 'pedra formosa' e o pavimento em grandes lajes de granito.

Cronologia: Idade do Ferro.

Coordenadas: 547198.65 E

4599851.08 N

Altitude: 158 m



Fonte:UAUM

Câmara após musealização.



Fonte:UAUM

Vestíbulo após musealização.



Fonte:UAUM

Vista geral após musealização.

Bibliografia: Lemos 'et alii', 2003, 43-46. Lemos, 2008, 213-222. Portal do Arqueólogo, Igespar, CNS 32864.



## 9-Necrópole de Maximinos

Necrópole

Distrito: Braga

Concelho: Braga

Freguesia: Maximinos

Tipologia: Necrópole.

Descrição: Em 1979 e 1980 foram detetados vários grupos de sepulturas de incineração em cova, pertencentes a uma das necrópoles de 'Bracara Augusta'. Esta necrópole terá sido utilizada entre a primeira metade do século I e, pelo menos, o início do século IV.

Cronologia: Romano.

Coordenadas: 547106.87 E

4599523.64 N

Altitude: 167.00



Espólio de sepultura.



Vista geral.

Bibliografia: Martins e Delgado, 1989.

## 2-Via XX Troço 1

Via de comunicação

Distrito: Braga

Concelho: Braga

Freguesia: Maximinos, Ferreiros

Tipologia: Via romana.

Descrição: Via que ligava 'Bracara Augusta' a 'Asturica Augusta' 'per loca maritima', ou seja, pelo litoral. Parte da Rua Direita, passando pelo Largo de Maximinos, Rua Padre Cruz, Rua da Naia e Calçada da Naia até ao tanque da mesma.

Cronologia: Romano.

Coordenadas: 547322.00 E

4599599.00 N



01 - Rua Direita.



02 - Largo de Maximinos.



03 - Rua Padre Cruz 1.



04 - Rua Padre Cruz 2.



05 - Rua Padre Cruz 3.



06 - Rua da Naia 1.



07 - Rua da Naia 2.





08 - Rua da Naia 3.



09 - Alminhas Rua da Naia.



10 - Rua da Naia 4.



11 - Alminhas Rua da Naia 2.



12 - Rua da Naia 5.



13 - Rua da Naia 6.



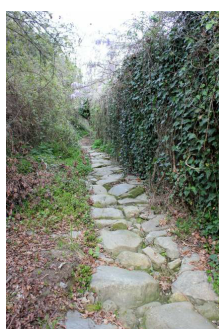
14 - Calçada da Naia 1.



15 - Calçada da Naia 2.



16 - Calçada da Naia 3.



17 - Calçada da Naia 4.



18 - Calçada da Naia 5.



19 - Calçada da Naia 6.



20 - Calçada da Naia 7.



21 - Calçada da Naia 8.



### 3 - Via XX Troço 2

Via de comunicação

Distrito: Braga

Concelho: Braga

Freguesia: Maximinos, Ferreiros, Gondizalves, Sequeira

Tipologia: Via romana.

Descrição: Via que ligava 'Bracara Augusta' a 'Asturica Augusta' 'per loca maritima', ou seja, pelo litoral. Começando no tanquede Calçada da Naia, segue por entre terrenos agrícolas e florestais até à Rua Monte da Amarela, Gondizalves. Atravessa Gondizalves a norte da actual EN103, até ao início da Rua da Venda, Sequeira.

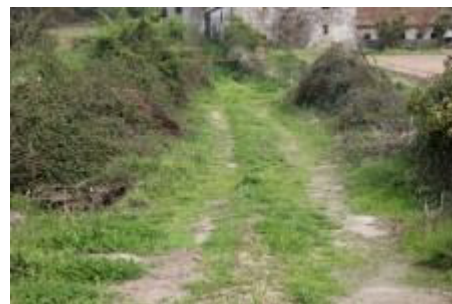
Cronologia: Romano.

Coordenadas: 546236.00 E

4598702.00 N



01 - Igreja em ruínas.



02 - Maximinos-Gondizalves 1.



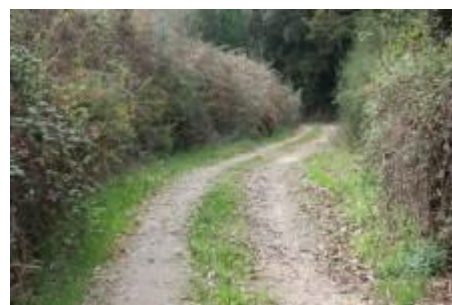
03 - Elemento 1.



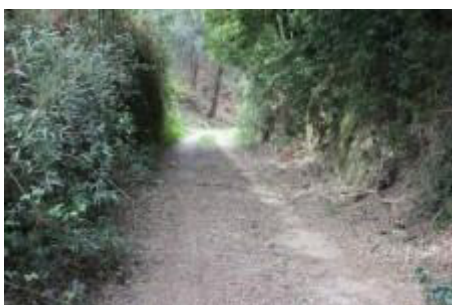
04 - Maximinos-Gondizalves 2.



05 - Maximinos-Gondizalves 3.



06 - Maximinos-Gondizalves 4.



07 - Maximinos-Gondizalves 5.



08 - Maximinos-Gondizalves 6.



09 - Maximinos-Gondizalves 7.



10 - Maximinos-Gondizalves 8.



11 - Maximinos-Gondizalves 9.



12 - Rua Monte da Amarela.



13 - Rua da Venda 1.



14 - Rua da Venda 2.



15 - Rua da Venda 3.

Bibliografia: Alarcão 1988. Fontes 1993. Carvalho 2008.

**41-Igreja, Morreira**

Achados isolados

Distrito: Braga

Concelho: Braga

Freguesia: Morreira

Tipologia: Indeterminado.

Descrição: Nos terrenos envolventes da igreja, sobretudo na vertente a sudoeste, recolhem-se fragmentos de tijolo e tegulae.

Cronologia: Romano, Idade Média.

Coordenadas: 549396.00 E

4593795.00 N

Altitude: 220 m



Vista geral.

Bibliografia: Fontes, 1993, 59.

**17-Agrinha**

Achados isolados

Distrito: Braga

Concelho: Braga

Freguesia: Nogueira

Tipologia: Indeterminado.

Descrição: Referenciam-se o achado de fragmentos de tegulae e tijolo nos revolvimentos de terras feitos por recentes urbanizações. Não foi identificado qualquer vestígio que confirmasse a existência de uma ocupação antiga do sítio.

Cronologia: Romano, Idade Média.

Coordenadas: 548973.44 E

4597316.68 N

Altitude: 260 m

Bibliografia: Fontes, 1993, 61.

**19-Castelo Penafiel de Bastuço**

Fortificação

Distrito: Braga

Concelho: Braga

Freguesia: Passos (S. Julião)

Tipologia: Fortificação.

Descrição: Outeiro escarpado na margem direita do rio Labriosque, delimitado por dois taludes-plataformas circundantes. Verifica-se a presença de blocos graníticos de grandes dimensões, com rasgos para alicerçamento de paredes. Durante a campanha de escavações de 1990 recolheu-se cerâmica de construção e doméstica de época medieval (Fontes e Regalo, 1997).

Cronologia: Idade Média.

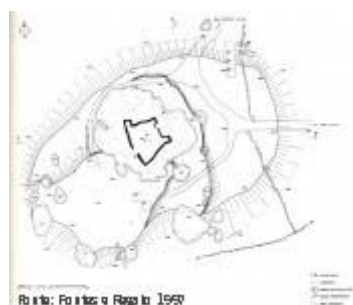
Coordenadas: 541507.00 E

4596274.00 N

Altitude: 227 m



Área de implantação.



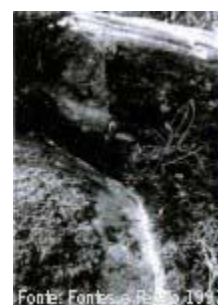
Planta.



Pormenor.



Sulcos de encaixe de estruturas.



Sulcos de encaixe de estruturas.

Bibliografia: César, 1964, 15. Cruz, 1966, 234. Fontes, 1993, 64. Fontes e Regalo, 1997.

**40-Carcavelos**

Povoado

Distrito: Braga

Concelho: Braga

Freguesia: Penso (S. Vicente)

Tipologia: Povoado.

Descrição: Nos terrenos da Quinta de Carcavelos identificaram-se restos de construções de planta circular. A superfície dos campos recolhem-se fragmentos de tijolo e tégula.

Cronologia: Romano, Idade Média.

Coordenadas: 547160.34 E

4593750.11 N

Altitude: 170 m



Vista geral.

Bibliografia: Bellino, 1909, 7. Fontes, 1993, 68.



### 39-Crasto, Priscos

Povoado

Distrito: Braga

Concelho: Braga

Freguesia: Priscos

Tipologia: Povoado.

Descrição: Num outeiro sobranceiro ao rio Este, na vertente noroeste do monte da Moimenta, foram detetados taludes cobertos pelo manto vegetal, que surgem a presença de estruturas. Estas deverão, segundo Barbosa e Azevedo (2004-2005), ser coevas de alguns fragmentos de cerâmica micácea, cronologicamente integráveis na Idade do Ferro.

Cronologia: Idade do Ferro.

Coordenadas: 543957.00 E

4594100.00 N

Altitude: 165 m



Vista geral.



Vista geral.

Bibliografia: Barbosa e Azevedo, 2004/2005, 124.

### 35-Ponte, Priscos

Ponte

Distrito: Braga

Concelho: Braga

Freguesia: Priscos

Tipologia: Ponte.

Descrição: Ponte sobre o rio Este, no lugar de Crasto, provavelmente de época moderna. Possui três arcos, dois de volta perfeita, e outro rectangular. Integrados na ponte estão pedras talhadas e lajes de grandes dimensões.

Cronologia: Indeterminada.

Coordenadas: 544264.00 E

4594380.00 N

Altitude: 125 m



Arco central.



Tabuleiro da ponte.



Vista geral da ponte sobre o rio Este.

Bibliografia: Inédito.

**48-Quinta das Rosas**

Povoado

Distrito: Braga

Concelho: Braga

Freguesia: Priscos

Tipologia: Povoado.

Descrição: Em 2004, nos trabalhos de acompanhamento da remodelação da linha férrea do Minho (Barbosa e Azevedo, 2004/2005, 124), foram identificados fragmentos de cerâmica de fabrico manual, com pastas arenosas, de cozedura redutora, e objectos líticos atribuíveis à Idade do Bronze. Entre os fragmentos cerâmicos encontrados contam-se um bordo vertical, uma base de fundo plano simples, fragmentos decorados com cordões, uma pega em forma de mamilo achatado e um bordo vertical, decorado com impressões. O local foi parcialmente destruído por extrações de saibro e pedra.

Cronologia: Idade do Bronze.

Coordenadas: 543988.00 E

4593289.00 N

Altitude: 248m



Vista geral.



Vista geral.

Bibliografia: Barbosa e Azevedo, 2004/2005, 124.

**13-Estrada Velha**

Via de comunicação

Distrito: Braga

Concelho: Braga

Freguesia: Sequeira

Tipologia: Via de comunicação.

Descrição: A Norte da estrada nacional 103, conhecida como "recta de Sequeira", passava, segundo L. Fontes (1993), a antiga estrada medieval que ligava Braga a Barcelos. Observam-se ainda troços de calçada antiga nos lugares de Calçada e Cabrita, na freguesia de Sequeira.

Cronologia: Romano, Idade Média.

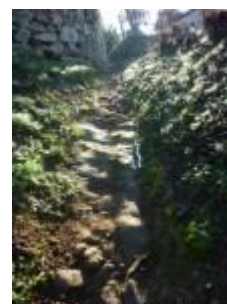
Coordenadas: 544448.74 E

4598435.21 N

Altitude: 150 m



Vista geral.



Marcas rodadas.

Bibliografia: Fontes, 1993, 77.

**15-Penedo da Cruz**

Povoado

Distrito: Braga

Concelho: Braga

Freguesia: Sequeira

Tipologia: Povoado.

Descrição: Em 2004 foram detectados neste local, por R. Barbosa e M. Azevedo (2004/2005, 125) fragmentos de cerâmica de fabrico manual, com pastas arenosas e grosseiras, cozeduras redutoras e acabamentos alisados, entre os quais se destaca uma base de fundo plano simples.

Cronologia: Idade do Bronze.

Coordenadas: 544658.00 E

4597467.00 N

Altitude: 210 m



Vista geral.

Bibliografia: Barbosa e Azevedo, 2004/2005, 125.

**4-Via XX Troço 3**

Via de comunicação

Distrito: Braga

Concelho: Braga

Freguesia: Sequeira

Tipologia: Via romana.

Descrição: Via que ligava 'Bracara Augusta' a 'Asturica Augusta' 'per loca maritima', ou seja, pelo litoral. Começa na Rua da Venda (Sequeira), passando pela Rua de Pousada e Rua das Caldas, atravessando o centro da freguesia até ao início da Rua da Cabrita.

Cronologia: Romano.

Coordenadas: 544996.00 E

4598342.00 N



01 - Rua da Venda 1.



02 - Rua da Venda 2.



03 - Rua de Pousada 1.



04 - Rua de Pousada 2.





05 - Rua de Pousada 3.



06 - Rua de Pousada 4.



07 - Rua das Caldas 1.



08 - Rua das Caldas 2.



09 - Rua das Caldas 3.



10 - Rua das Caldas 4.



11 - Rua das Caldas 5.



12 - Rua das Caldas 6.

Bibliografia: Alarcão 1988. Fontes 1993. Carvalho 2008.

#### 5 - Via XX Troço 4

Via de comunicação

Distrito: Braga

Concelho: Braga

Freguesia: Sequeira, Cabreiros

Tipologia: Via romana.

Descrição: Via que ligava 'Bracara Augusta' a 'Asturica Augusta' 'per loca maritima', ou seja, pelo litoral. Começa na Rua da Cabrita, seguindo pela Calçada da Cabrita e Viela da Seara. No lugar de Corgas atravessa terrenos agrícolas (NE/SO) até à Rua de Montinhos. Segue pela Rua de Sacota, Rua Padre Moreira e Avenida Senhor dos Passos até ao cruzeiro.

Cronologia: Romano.

Coordenadas: 543561.00 E

4598202.00 N



01 - Rua da Cabrita 1.



02 - Rua da Cabrita 2.



03 - Calçada da Cabrita.



04 - Calçada da Cabrita. Rodados.



05 - Viela da Seara.



06 - Corgas.



07 - Saída terrenos agrícolas no lugar de Corgas.



08 - Rua de Montinhos 1.



09 - Rua de Montinhos 2.



10 - Rua Padre Moreira 1.



11 - Rua Padre Moreira 2.



12 - Cruzeiro Rua Padre Moreira.



13 - Avenida Senhor dos Passos 1.



14 - Avenida Senhor dos Passos 2.



15 - Cruzeiro Avenida Senhor dos Passos.

Bibliografia: Alarcão 1988. Fontes 1993. Carvalho 2008.

## 22-Bouça da Lapa I

Povoado

Distrito: Braga

Concelho: Braga

Freguesia: Tadem

Tipologia: Povoado.

Descrição: Em 2004, num outeiro a Este dos montes de Bastuço, foram identificados por R. Barbosa e M. Azevedo (2004/2005) fragmentos de cerâmica de fabrico manual, pasta arenosa e cozedura redutora, tendo um deles uma decoração incisa e impressa, atípica, e outro um sulco inciso. Os investigadores apontam uma cronologia entre a Pré-história Recente e a Proto-história Antiga.

Cronologia: Indeterminada

Coordenadas: 542395.00 E

4595886.00 N

Altitude: 266 m



Vista geral.

Bibliografia: Barbosa e Azevedo, 2004/2005, 125.

## 23-Bouça da Lapa II

Gravura rupestre

Distrito: Braga

Concelho: Braga

Freguesia: Tadem

Tipologia: Gravura Rupestre.

Descrição: Sobre um afloramento granítico, num remate de esporão a este dos montes de Bastuço, foi identificado por foram detectados por R. Barbosa e M. Azevedo (2004/2005) um painel natural na rocha onde foram executadas gravuras com motivos geométricos. Nas imediações foram encontrados um pequeno fragmento de cerâmica que não foi possível enquadrar cronologicamente, e uma lasca sobre seixo.

Cronologia: Indeterminada

Coordenadas: 542382.00 E

4595870.00 N

Altitude: 245 m



Vista geral.

Bibliografia: Barbosa e Azevedo, 2004/2005, 126.



**24-Nossa Senhora das Candeias**

Achados isolados

Distrito: Braga

Concelho: Braga

Freguesia: Tadem

Tipologia: Indeterminado.

Descrição: Na vertente sudoeste do monte de Nossa Senhora das Candeias, foram encontrados por R. Barbosa e M. Azevedo (2004/2005, 127) alguns fragmentos cerâmicos cronologicamente integráveis na Alta Idade Média.

Cronologia: Idade Média.

Coordenadas: 542593.34 E

4595704.25 N

Altitude: 210 m



Vista geral.

Bibliografia: Barbosa e Azevedo, 2004/2005, 127.

**49-Bandeira, Monte do Talégrafo**

Povoado

Distrito: Braga

Concelho: Braga

Freguesia: Tebosa

Tipologia: Povoado.

Descrição: Em 2004, foram detectados por R. Barbosa e M. Azevedo (2004/2005) um fragmento de um dormente de moinho manual, em granito, e fragmentos de cerâmica de fabrico manual, pastas arenosa e grosseiras, de cozedura redutora e superfícies alisadas, atribuídos à Idade do Bronze. Destaca-se a presença, entre os fragmentos, de uma base de fundo plano simples e de um bordo esvasado e de lábio arredondado.

Cronologia: Idade do Bronze.

Coordenadas: 542521.00 E

4592678.00 N

Altitude: 270 m



Vista geral.

Bibliografia: Barbosa e Azevedo, 2004/2005, 127.

**28-S. Bento**

Povoado

Distrito: Braga

Concelho: Braga

Freguesia: Vimieiro

Tipologia: Habitat.

Descrição: No topo norte do monte onde se situa a capela de S. Bento foram identificadas plataformas pouco pronunciadas. Recolheram-se ainda fragmentos de cerâmicas de fabricos manuais e micáceas indígenas, nos caminhos pedestres e nos sulcos abertos pela vegetação. O local encontra-se parcialmente destruído em consequência da construção de habitações.

Cronologia: Idade do Bronze, Idade do Ferro.

Coordenadas: 544287.00 E

4595232.00 N

Altitude: 195 m



Vista geral.

Bibliografia: Fontes, 1993, 79.

**29-S. Bento II**

Achados isolados

Distrito: Braga

Concelho: Braga

Freguesia: Vimieiro

Tipologia: Habitat.

Descrição: No sopé da vertente Noroeste do monte em de S. Bento, em terrenos irrigados pela ribeira de S. Martinho, recolhem-se fragmentos de tijolo e tégula. O local encontra-se totalmente destruído em consequência da construção de loteamentos e habitações.

Cronologia: Romano, Idade Média.

Coordenadas: 544188.00 E

4595340.00 N

Altitude: 170 m



Vista geral.

Bibliografia: Fontes, 1993, 79.



**Apêndices**





**Apêndice 1:** Quadro do Grupo I – Antroponímico: topónimos derivados de antropónimos latinos

Tipo	Freguesia	Nº	Topónimo atual	1875 (Batista, 1875)	1758 (Capela, 2003)	Significado
Grupo I – Antroponímico	Arentim	0201	Arentim	Arentim	Arentim	Segundo José Pedro Machado poderia vir de <i>arentinus</i> , versão dialetal do latim <i>argentinus</i> , 'prateado', derivado de <i>argentum</i> , 'prata' <sup>1</sup> . Segundo Leite de Vasconcelos o topónimo deriva de <i>[Villa] Arentini</i> , 'a quinta de Arentino' <sup>1</sup> . Segundo J. Piel (1948: 174/175) corresponde a <i>Arentinus</i> (antroponimo) ou <i>Argentinus</i> .
		0202	Gondomar	Gondomar	Gondomar	Do baixo-latim <i>[Villa] Gundemari</i> , 'a quinta de Gundemaro' <sup>1</sup> . J. Piel (1936: 159) afirma que a segunda parte deste nome vem de <i>marhs</i> cavalo.
	Aveleda	0301	Antoinha	Antoinha	Antoinha	Do antroponimo latino <i>Antonina</i> <sup>1</sup> .
		0302	Gondufe	Gundufe	Gondufe	Do baixo-latim <i>[Villa] Gundulfi</i> , 'a quinta de Gundulfo' <sup>1</sup> (Piel, 1936: 160).
	Cunha	0501	Frijão	Frijão		Do baixo-latim <i>[Villa] Frauani</i> , 'a quinta de Frauja' <sup>1</sup> . J. Piel (1936: 122) defende a origem do topónimo em <i>frison</i> ou <i>frizom</i> .
		0202	Gondomar	Gondomar	Gondomar	Do baixo-latim <i>[Villa] Gundemari</i> , 'a quinta de Gundemaro' <sup>1</sup> . Joseph Piel (1936: 159) afirma que a segunda parte deste nome vem de <i>marhs</i> cavalo.
	Esporões	0701	Esporões	Esporões	Esporões	Do baixo-latim <i>[Villa] Asperonis</i> , 'a quinta de Áspero' <sup>1</sup> . J. Piel (1948: 177) indica a raiz <i>Aspero</i> , <i>-onis</i> , afirmando existiram vários nomes de servos derivados de <i>Asper</i> .
	Figueiredo	0901	Pipe	Pipe	Pipe	Do baixo-latim <i>[Villa] Pipi</i> , 'a quinta de Pipo' <sup>1</sup> . J. Piel (1948: 348) afirma derivar de <i>Peppus</i> (antroponimo).
	Oliveira S. Pedro	1801	Folão	Fullam		Parece vir do baixo-latim <i>[Villa] Fullonis</i> , 'a quinta de Fulo', derivado de Folões <sup>1</sup> . J. Piel (1936: 108/109) afirma tratar-se de um apelido.
	Tadim	2501	Tadim			Do baixo-latim <i>[Villa] Tadini</i> , 'a quinta de Tadino' <sup>1</sup> . J. Piel (1936: 275) diz tratar-se de nome histórico - Tata (ostrogodo), em genitivo <i>tadini</i> .
	Tebosa	2601	Aboinha			Do baixo-latim <i>[Villa] Abolini</i> , 'a quinta de Abolino'. Há vários lugares com este nome, tanto em Portugal como na Galiza, e existe a variante Aboinha <sup>1</sup> (Piel, 1948: 164).

<sup>1</sup> [www.infopedia.pt/toponimia](http://www.infopedia.pt/toponimia)

**Apêndice 2:** Quadro do Grupo II – Toponímico: vocábulos que identificam o lugar utilizando o nome próprio atribuído a essa unidade

Tipo	Freguesia	Nº	Topónimo atual	1875 (Batista, 1875)	1758 (Capela, 2003)	Significado
Grupo II – Toponímico	Arentim	0203	Crasto	Crasto	Crasto	Do latim <i>castrum</i> , 'fortificação' <sup>1</sup> .
		0204	Fiteiro			Do baixo-latim <i>factarium</i> , 'terreno onde havia pedras fixas', ou seja, monumentos megalíticos <sup>1</sup> .
	Aveleda	0303			Passo	Do latim <i>palatium</i> , 'palácio', na Idade Média 'residência senhorial' <sup>1</sup> . J. Piel (1948: 341) afirma que a falta de <i>palatius</i> no onomástico antroponímico medieval autoriza-nos a supor que o topónimo citado remonta ao período romano.
		0304	Torre	Torre	Torre	Do latim <i>turris</i> , 'torre'; indica muitas vezes uma antiga torre de vigia de um ponto estratégico <sup>1</sup> .
	Celeirós	0401	Paço	Paço	Passo	Do latim <i>palatium</i> , 'palácio', na Idade Média 'residência senhorial' <sup>1</sup> . J. Piel (1948: 341) afirma que a falta de <i>palatius</i> no onomástico antroponímico medieval autoriza-nos a supor que o topónimo citado remonta ao período romano.
	Cunha	0503		Paço	Paço	Do latim <i>palatium</i> , 'palácio', na Idade Média 'residência senhorial' <sup>1</sup> . J. Piel (1948: 341) afirma que a falta de <i>palatius</i> no onomástico antroponímico medieval autoriza-nos a supor que o topónimo citado remonta ao período romano.
	Escudeiros	0601	Hospital	Hospital	Hospital	Refere-se à antiga posse da localidade pela <i>Ordem dos Hospitalários</i> ; um ou outro topónimo moderno poderá aludir à existência de um <i>hospital</i> <sup>1</sup> .
	Esporões	0702	Torre			Do latim <i>turris</i> , 'torre'; indica muitas vezes uma antiga torre de vigia de um ponto estratégico <sup>1</sup> .
	Figueiredo	0902	Corucho	Coruche		De etimologia incerta, mas parece derivar de <i>corucha</i> , 'cume', 'torre' <sup>1</sup> .
		0903	Paço	Passo	Passo	Do latim <i>palatium</i> , 'palácio', na Idade Média 'residência senhorial' <sup>1</sup> . J. Piel (1948: 341) afirma que a falta de <i>palatius</i> no onomástico antroponímico medieval autoriza-nos a supor que o topónimo citado remonta ao período romano.
		0904	Paredes, Cossourados			Os topónimos paredes e cossourados podem supor a existência de muros de fortificações desaparecidas, que poderão ter uma origem anterior à ocupação romana (Cunha, 1975, 19, Ferreira, 1997, 36).
	Guisande	1201	Senhora do Padrão			De <i>padrão</i> , 'marco de pedra' <sup>1</sup> .
	Lomar	1401	Ponte Pedrinha	Ponte Pedrinha	Ponte Pedrinha	Tal como sugere o topónimo, existiu neste local uma ponte em alvenaria documentada nas Memórias Paroquiais de 1758.  O documento nº 3 também refere a existência da Ponte Pedrinha na freguesia de Lomar em 1716-1725, além de referir a Ponte Nova.

	Morreira	1601	Palácio	Paço		Do latim <i>palatium</i> , 'palácio', na Idade Média 'residência senhorial' <sup>1</sup> . J. Piel (1948: 341) afirma que a falta de <i>palatius</i> no onomástico antroponímico medieval autoriza-nos a supor que o topónimo citado remonta ao período romano.
	Nogueira	1701	Paço			Do latim <i>palatium</i> , 'palácio', na Idade Média 'residência senhorial' <sup>1</sup> . J. Piel (1948: 341) afirma que a falta de <i>palatius</i> no onomástico antroponímico medieval autoriza-nos a supor que o topónimo citado remonta ao período romano.
		1702	Penela	Penela		Do latim <i>penella</i> , 'pequena penha', nome que mais tarde veio a significar 'fortificação', 'castelo roqueiro' <sup>1</sup> .
	Priscos	2201	Crasto	Crasto		Do latim <i>castrum</i> , 'fortificação' <sup>1</sup> .
		2202	Marco	Marco		Marco, fronteira, limite <sup>1</sup> .
		2203	Moimenta	Moimenta		Do latim <i>monumenta</i> , 'monumentos' <sup>1</sup> .
		2204	Torre	Torre		Do latim <i>turris</i> , 'torre'; indica muitas vezes uma antiga torre de vigia de um ponto estratégico <sup>1</sup> .
	Tadim	2502	Padrão			De <i>padrão</i> , 'marco de pedra' <sup>1</sup> .
	Tebosa	2602	Passo	Padrão do Passo	Passo	De <i>padrão</i> , 'marco de pedra' <sup>1</sup> . Do latim <i>palatium</i> , 'palácio', na Idade Média 'residência senhorial' <sup>1</sup> . J. Piel (1948: 341) afirma que a falta de <i>palatius</i> no onomástico antroponímico medieval autoriza-nos a supor que o topónimo citado remonta ao período romano.
	Tradeiras	2701	Palácio			Do latim <i>palatium</i> , 'palácio', na Idade Média 'residência senhorial' <sup>1</sup> . J. Piel (1948: 341) afirma que a falta de <i>palatius</i> no onomástico antroponímico medieval autoriza-nos a supor que o topónimo citado remonta ao período romano.
	Vimieiro	2901	Mosteiro	Mosteiro	Mosteiro	Do latim <i>monasterium</i> , 'mosteiro' <sup>1</sup> .

<sup>1</sup> [www.infopedia.pt/toponímia](http://www.infopedia.pt/toponímia)

**Apêndice 3:** Quadro do Grupo III – Topográfico: A - Topónimos ligados à agricultura e divisão de propriedades agrícolas.

Tipo	Freguesia	Nº	Topónimo atual	1875 (Batista, 1875)	1758 (Capela, 2003)	Significado
Grupo III – Topográfico: A	Arcos	0101		Bouças		Bouça, do latim vulgar <i>baltea</i> , 'terreno inculto'.
		0102	Cachada	Cachada		Do português arcaico <i>cachada</i> , 'arroteamento', ato de desbravar a terra para ser cultivada <sup>1</sup> . Trata-se de um vocábulo caracteristicamente minhoto, visto todos os exemplos se repartirem por Viana do Castelo, Braga e Porto (Piel, 1936, pp.57/58).
		0103		Quinta		Do latim vulgar <i>quintana</i> , 'casa anexa a terreno de cultura', através do português antigo <i>quintã</i> <sup>1</sup> (Piel, 1936: 231).
		0104	Souto do Vale			Do latim vulgar <i>saltellus</i> , diminutivo de <i>saltus</i> , 'souto', plantação de castanheiros <sup>1</sup> .
	Arentim	0205	Cachada	Cachada	Cachada	Do português arcaico <i>cachada</i> , 'arroteamento', ato de desbravar a terra para ser cultivada <sup>1</sup> . Trata-se de um vocábulo caracteristicamente minhoto, visto todos os exemplos se repartirem por Viana do Castelo, Braga e Porto (Piel, 1936: 57/58).
		0206	Souto	Souto		Do latim vulgar <i>saltellus</i> , diminutivo de <i>saltus</i> , 'souto', plantação de castanheiros <sup>1</sup> .
	Aveleda	0305	Noval	Noval	Noval	Do português arcaico <i>noval</i> , 'arroteia', ou desbrava a terra para cultivo <sup>1</sup> .
		0306	Quinta			Do latim vulgar <i>quintana</i> , 'casa anexa a terreno de cultura', através do português antigo <i>quintã</i> <sup>1</sup> (Piel, 1936: 231).
	Celeirós	0402	Agrinha	Agrinha		Topónimo derivado de Agra. Do baixo-latim <i>agra</i> , 'campo', proveniente do clássico <i>ager</i> <sup>1</sup> .
	Cunha	0504		Campo		Do latim vulgar <i>campus</i> , 'campo', 'terreno plano'.
		0505		Eiras		Do latim <i>area</i> , 'terreno liso onde se desgranam os cereais' <sup>1</sup> .
		0506		Horta Nova		De <i>horta</i> , terreno plantado de hortaliças e legumes <sup>1</sup> .
		0507	Lavegada	Levegada	Lebeguada	Do português antigo <i>lavegada</i> , 'arroteia', ou desbrava a terra para cultivo <sup>1</sup> .
		0508	Quintães	Quintaes	Quintans	Do latim vulgar <i>quintana</i> , 'casa anexa a terreno de cultura', através do português antigo <i>quintã</i> <sup>1</sup> (Piel, 1936: 231).
	Escudeiros	0602	Ançariz - ançã	Ançariz	Anssariz	Do baixo-latim <i>[Villa] Antiana</i> , 'a quinta velha', o que indica a antiguidade do lugar, que aparece em documentos do século X como <i>Anzana</i> . Joseph Piel (1936: 30) afirma que a raiz <i>ans</i> - não está suficientemente esclarecida, mas aproxima-se de <i>ansis</i> semideuses góticos.
		0603	Campo	Campo		Do latim vulgar <i>campus</i> , 'campo', 'terreno plano'.
		0604	Costa da Bouça	Costa		De <i>costa</i> , geralmente no sentido de 'encosta'. Bouça, do latim vulgar <i>baltea</i> , 'terreno inculto'.
		0605	Granja	Granja		Plural do baixo-latim <i>granium</i> , 'terreno onde se cultivam cereais'.

		0606	Quintã	Quintã	Quintam	Do latim vulgar <i>quintana</i> , 'casa anexa a terreno de cultura', através do português antigo <i>quintã</i> <sup>1</sup> (Piel, 1936: 231).
		0607	Seara			Do latim vulgar <i>senaria</i> , 'seara', campo semeado de cereais.
		0608	Souto			Do latim vulgar <i>saltellus</i> , diminutivo de <i>saltus</i> , 'souto', plantação de castanheiros.
	Esporões	0703	Agra			Topónimo muito comum, que vem do baixo-latim <i>agra</i> , 'campo', proveniente do clássico <i>ager</i> <sup>1</sup> .
		0704	Bouça			Do latim vulgar <i>baltea</i> , 'terreno inculto' <sup>1</sup> .
		0705	Casais			Do português arcaico <i>casal</i> , que, na Idade Média, era um aglomerado de duas ou três casas num meio rural <sup>1</sup> .
		0706	Eido			Do antropónimo germânico <i>Eido</i> , aparentado com o céltico <i>Aidan</i> <sup>1</sup> . Joseph Piel (1936: 83) afirma tratar-se de um topónimo com raiz germânica.
		0707	Eirado			Do latim <i>area</i> , 'terreno liso onde se desgranam os cereais' <sup>1</sup> .
		0708	Granja			Plural do baixo-latim <i>granium</i> , 'terreno onde se cultivam cereais' <sup>1</sup> .
		0709	Quinta, Quintãos			Do latim vulgar <i>quintana</i> , 'casa anexa a terreno de cultura', através do português antigo <i>quintã</i> <sup>1</sup> (Piel, 1936: 231).
	Ferreiros	0801	Eido			Do antropónimo germânico <i>Eido</i> , aparentado com o céltico <i>Aidan</i> <sup>1</sup> . Joseph Piel (1936: 83) afirma tratar-se de um topónimo com raiz germânica.
		0802	Quintela	Quintella		Do latim vulgar <i>quintana</i> , 'casa anexa a terreno de cultura', através do português antigo <i>quintã</i> <sup>1</sup> (Piel, 1936: 231).
		0803	Vilar	Villar		Do português arcaico <i>vilar</i> , 'parte de uma <i>villa</i> cedida para usos agrícolas' <sup>1</sup> .
	Fradelos	1001	Agra			Topónimo muito comum, que vem do baixo-latim <i>agra</i> , 'campo', proveniente do clássico <i>ager</i> <sup>1</sup> .
		1002	Eido			Do antropónimo germânico <i>Eido</i> , aparentado com o céltico <i>Aidan</i> <sup>1</sup> . Joseph Piel (1936: 83) afirma tratar-se de um topónimo com raiz germânica.
	Guisande	1202	Boucinha	Boucinha		Do latim vulgar <i>baltea</i> , 'terreno inculto' <sup>1</sup> .
		1203		Souto		Do latim vulgar <i>saltellus</i> , diminutivo de <i>saltus</i> , 'souto', plantação de castanheiros <sup>1</sup> .
	Lamas	1301	Agrinha			Topónimo derivado de Agra. Do baixo-latim <i>agra</i> , 'campo', proveniente do clássico <i>ager</i> <sup>1</sup> .
		1302	Quintela	Quintella		Do latim vulgar <i>quintana</i> , 'casa anexa a terreno de cultura', através do português antigo <i>quintã</i> <sup>1</sup> (Piel, 1936: 231).
	Lomar	1402	Casal Novo			Do português arcaico <i>casal</i> , que, na Idade Média, era um aglomerado de duas ou três casas num meio rural <sup>1</sup> .
		1403	Quintela			Do latim vulgar <i>quintana</i> , 'casa anexa a terreno de cultura', através do português antigo <i>quintã</i> <sup>1</sup> (Piel, 1936: 231).
		1404	Sobreiro			Do português antigo <i>sobro</i> , árvore de cujo tronco se extrai a cortiça <sup>1</sup> .
		1405	Vilar			Do português arcaico <i>vilar</i> , 'parte de uma <i>villa</i> cedida para usos agrícolas' <sup>1</sup> .

Morreira	1602	Bouça	Bouça da Cruz, Bouça do Vale		Do latim vulgar <i>baltea</i> , 'terreno inculto' <sup>1</sup> .
	1603		Quintaes		Do latim vulgar <i>quintana</i> , 'casa anexa a terreno de cultura', através do português antigo <i>quintã</i> <sup>1</sup> (Piel, 1936: 231).
	1604	Soutelo de Baixo, Soutelo de Cima	Soutello, Soutellino		Do latim vulgar <i>saltellus</i> , diminutivo de <i>saltus</i> , 'souto', plantação de castanheiros <sup>1</sup> .
	1605	Vilar			Do português arcaico <i>vilar</i> , 'parte de uma <i>villa</i> cedida para usos agrícolas' <sup>1</sup> .
Nogueira	1703	Agrela	Agrello		Topónimo derivado de Agra. Do baixo-latim <i>agra</i> , 'campo', proveniente do clássico <i>ager</i> <sup>1</sup> .
	1704	Bouça			Do latim vulgar <i>baltea</i> , 'terreno inculto' <sup>1</sup> .
	1705	Eira Nova			Do latim <i>area</i> , 'terreno liso onde se desgranam os cereais' <sup>1</sup> .
Penso St. Estevão	2101		Soutinho, Souto-chão, Soutello		Do latim vulgar <i>saltellus</i> , diminutivo de <i>saltus</i> , 'souto', plantação de castanheiros <sup>1</sup> .
	Priscos	2205	Souto	Souto	Do latim vulgar <i>saltellus</i> , diminutivo de <i>saltus</i> , 'souto', plantação de castanheiros <sup>1</sup> .
	Ruilhe	2301	Vinhas		Do latim vulgar <i>vinea</i> , 'vinha' <sup>1</sup> .
		2302		Bouça-longa, Boucinha	
	Tadim	2503	Bouça		Do latim vulgar <i>baltea</i> , 'terreno inculto' <sup>1</sup> .
		2504	Eiras		Do latim <i>area</i> , 'terreno liso onde se desgranam os cereais' <sup>1</sup> .
		2505	Quintais de Baixo, Quintais de Cima		Do latim vulgar <i>quintana</i> , 'casa anexa a terreno de cultura', através do português antigo <i>quintã</i> <sup>1</sup> (Piel, 1936: 231).
	Tebosa	2603	Boucinha		Do latim vulgar <i>baltea</i> , 'terreno inculto' <sup>1</sup> .
		2604	Seara		Do latim vulgar <i>senaria</i> , 'seara', campo semeado de cereais <sup>1</sup> .
	Trandeiras	2702	Agrelos		Topónimo derivado de Agra. Do baixo-latim <i>agra</i> , 'campo', proveniente do clássico <i>ager</i> <sup>1</sup> .
		2703	Almoinha		No português antigo, chamava-se <i>almoinha</i> a uma horta ou terra de agricultura de subsistência <sup>1</sup> .
		2704	Quinta, Quintães	Quintãs	Do latim vulgar <i>quintana</i> , 'casa anexa a terreno de cultura', através do português antigo <i>quintã</i> <sup>1</sup> (Piel, 1936: 231).
		2705	Souto	Souto	Do latim vulgar <i>saltellus</i> , diminutivo de <i>saltus</i> , 'souto', plantação de castanheiros <sup>1</sup> .
	Vilaça	2801	Quinta	Quinta	Do latim vulgar <i>quintana</i> , 'casa anexa a terreno de cultura', através do português antigo <i>quintã</i> <sup>1</sup> (Piel, 1936: 231).
		2802	Souto	Souto	Do latim vulgar <i>saltellus</i> , diminutivo de <i>saltus</i> , 'souto', plantação de castanheiros <sup>1</sup> .
	Vimieiro	2902		Agra	Topónimo muito comum, que vem do baixo-latim <i>agra</i> , 'campo', proveniente do clássico <i>ager</i> <sup>1</sup> .
		2903	Bouça	Bouça	Do latim vulgar <i>baltea</i> , 'terreno inculto' <sup>1</sup> .
		2904		Cachada	Do português arcaico <i>cachada</i> , 'arroteamento', ato de desbravar a terra para ser cultivada <sup>1</sup> .  Trata-se de um vocábulo caracteristicamente minhoto, visto todos os exemplos se repartirem por Viana do Castelo, Braga e Porto (Piel, 1936, pp.57/58).

<sup>1</sup> [www.infopedia.pt/toponimia](http://www.infopedia.pt/toponimia)

**Apêndice 4:** Quadro do Grupo III – Topográfico: B - Topónimos ligados à distribuição de água e atividades associadas

Tipo	Freguesia	Nº	Topónimo atual	1875 (Batista, 1875)	1758 (Capela, 2003)	Significado
Grupo III – Topográfico: B - Topónimos ligados à distribuição de água e atividades associadas	Arcos	0105		Ribeirinho		Do latim vulgar riparīu-, rio pequeno, regato <sup>2</sup> .
	Esporões	0710	Fontela			Do latim <i>fontanella</i> , 'fontezinha' <sup>1</sup> .
		0711	Poças			Do latim <i>putĕu-</i> , 'poço'. Cova pouco profunda, geralmente com água <sup>2</sup> .
		0712		Ribeiro		Do latim vulgar riparīu-, rio pequeno, regato <sup>2</sup> .
	Ferreiros	0804	Corrente			Do latim <i>currente-</i> , participio presente de <i>currĕre</i> , 'correr'. Movimento da água ou de um líquido que segue uma determinada direcção, curso de água <sup>2</sup> .
		0805	Fonte			Do latim <i>fons</i> , 'fonte' <sup>1</sup> .
		0806		Tanque		Do hindustâni <i>tankh</i> , 'reservatório de água' <sup>2</sup> .
	Figueiredo	0905	Fervença		Fervensa	De <i>fervença</i> , 'nascente de água borbulhante ou termal' <sup>1</sup> .
	Fradelos	1003	Fontelo			Do latim <i>fontanella</i> , 'fontezinha' <sup>1</sup> .
		1004	Ribeiro			Do latim vulgar riparīu-, rio pequeno, regato <sup>2</sup> .
	Gondizalves	1101	Fontainhas			Diminutivo do português arcaico <i>fontã</i> , 'fonte', por sua vez do latim <i>fontana</i> , 'fonte' <sup>1</sup> .
	Guisande	1204	Lugar das Azenhas			De <i>azenha</i> , 'moinho de água', do árabe as- <i>sániâ</i> <sup>1</sup> .
		1205		Ribeiro		Do latim vulgar riparīu-, rio pequeno, regato <sup>2</sup> .
	Morreira	1606	Rio	Rio		Do latim <i>rivu</i> , 'rio', curso natural de água <sup>2</sup> .
	Nogueira	1706	Fonte	Fonte		Do latim <i>fons</i> , 'fonte' <sup>1</sup> .
	Penso S. Vicente	2001	Entre Águas			Referência a um lugar situado junto a dois cursos de água <sup>1</sup> .
		2002		Fonte		Do latim <i>fons</i> , 'fonte' <sup>1</sup> .
		2003		Lagôa		Do latim <i>lacīna-</i> , 'charco', extensão de água mais pequena que um lago, rodeada de terra por todos os lados e com pouca profundidade <sup>2</sup> .
		2004		Poça		Do latim <i>putĕu-</i> , 'poço'. Cova pouco profunda, geralmente com água <sup>2</sup> .
	Penso St. Estevão	2102	Poça			Do latim <i>putĕu-</i> , 'poço'. Cova pouco profunda, geralmente com água <sup>2</sup> .
		2103		Ribeiro		Do latim vulgar riparīu-, rio pequeno, regato <sup>2</sup> .
	Trandeiras	2706	Poça da Bâcora			Do latim <i>putĕu-</i> , 'poço'. Cova pouco profunda, geralmente com água <sup>2</sup> . De <i>bacoreira</i> , 'curral de bâcoros, leitões' <sup>1</sup> .

<sup>1</sup> [www.infopedia.pt/toponimia](http://www.infopedia.pt/toponimia)

<sup>2</sup> [www.infopedia.pt/lingua-portuguesa](http://www.infopedia.pt/lingua-portuguesa)